

**MARCO JOSÉ DE OLIVEIRA DUARTE
EDNEIA ALVES DE OLIVEIRA
(ORGS.)**

Lutas sociais, democracia e serviço social



LUTAS SOCIAIS, DEMOCRACIA E SERVIÇO SOCIAL



Pedro & João
editores

MARCO JOSÉ DE OLIVEIRA DUARTE
EDNEIA ALVES DE OLIVEIRA
(ORG.)

LUTAS SOCIAIS, DEMOCRACIA E SERVIÇO SOCIAL



Pedro & João
editores

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Marco José de Oliveira Duarte; Edneia Alves de Oliveira [Orgs.]

Lutas sociais, democracia e serviço social. São Carlos: Pedro & João Editores, 2026. 174p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-265-2825-9 [Digital]

DOI: 10.51795/9786526528259

1. Serviço Social. 2. Movimentos Sociais. 3. Neoliberalismo. 4. Democracia. 5. Racismo. I. Título.

CDD – 361.3

Capa: Marcos Della Porta

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB – 8-8828

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editor: Valdemir Miotello

Diretores executivos: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Editorial da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil); Ana Patrícia da Silva (UERJ/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2026

SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
-----------------------	----------

Yolanda Guerra

APRESENTAÇÃO

LUTAS SOCIAIS E DEMOCRACIA: UM TEMA?	15
---	-----------

Marco José de Oliveira Duarte

Edneia Alves de Oliveira

CAPÍTULO 1

DIREITO E CIDADANIA NO CONTEXTO DO NEOCONSERVADORISMO E DA (DES)DEMOCRACIA.....	23
--	-----------

Ivanete Boschetti

CAPÍTULO 2

ANTICOMUNISMO E OPOSIÇÕES AO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: CONTRIBUIÇÃO PARA A CRÍTICA DAS TENDÊNCIAS REGRESSIVAS NA CONTEMPORANEIDADE	51
---	-----------

José Rodolfo Santos da Silveira

CAPÍTULO 3

ECUADOR: LA VIDA EN DISPUTA - RESISTENCIAS COMUNITARIAS DESDE LA PERIFERIA DEL CAPITAL	75
---	-----------

Andrea Tamayo-Torres

CAPÍTULO 4

CICLOS DE LUTAS NO BRASIL DESDE 1978: UM EXERCÍCIO DE PERIODIZAÇÃO.....	95
--	-----------

Davisson Charles Cangussu de Souza

CAPÍTULO 5

POR UM ANTIRRACISMO INSURGENTE: A ATUALIDADE DO PENSAMENTO SOCIAL DE CLÓVIS MOURA	123
--	------------

Ana Paula Procópio da Silva

CAPÍTULO 6	
AMÉRICA LADINA, NEOCOLONIALISMO E RACISMO ESTRUTURAL	145
Magali da Silva Almeida	
SOBRE AS AUTORIAS	163
APÊNDICE	
COMISSÕES DO VIII SEMINTS (2024-2026)	167

PREFÁCIO

Yolanda Guerra

No ano de 2025, a 8ª edição do Seminário Internacional da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora - que nesta edição recebeu o acertado acrônimo de SEMINTSS - marca o retorno das suas edições totalmente presenciais (interrompidas apenas em 2022, quando o evento foi híbrido, em razão da pandemia da Covid 19).

Por certo, o efusivo e eficiente trabalho da Comissão (da qual tive o prazer de participar) de variada e ampla composição (estudantes de graduação e de pós-graduação, coordenadores da pós-graduação, docentes e técnicos administrativos) tem relação com esse retorno à presencialidade. A universidade é viva quando seus segmentos participam das atividades de ensino, pesquisa, extensão e nas diversas instâncias deliberativas, mas, também, quando a universidade se amplia democraticamente para acolher as pautas e demandas dos diversos segmentos da sociedade na direção da reparação da sua dívida histórica, resultante de mais de 300 anos de escravidão, e para com seus povos originários violados em seus direitos humanos, territoriais e culturais desde a colonização até a atualidade.

Também se observou uma sintonia especial da parte dos participantes que, igualmente, representou a diversidade de público interessado, sobejamente da área de Serviço Social, mas não apenas. Por se tratar de evento internacional que já possui lugar privilegiado na agenda da Universidade, o SEMINTSS atraiu público significativo, tanto no âmbito regional quanto nacional e internacional, da área das ciências humanas e sociais e áreas afins.

Por certo, o êxito dessa edição teve relação direta com a organização do evento, que contou com a expertise do prof. Marco José Duarte e com sua capacidade tanto organizativa quanto de

captação de recursos públicos, pois o evento recebeu fomento das principais agências: FAPEMIG, CNPq e CAPES.

Nesta edição, acertadamente, o tema manteve o legado da Faculdade de Serviço Social da UFJF em dar centralidade às lutas e movimentos sociais, mas agregou a ele o tema da democracia. Por óbvio, não apenas pela frágil democracia que o nosso país construiu, nem tampouco pelos mitos que a recobre, o tema se reatualiza diante da ofensiva neoconservadora e ultrarreacionária que vem se constituindo em todos os rincões, com destaque para a nossa América Latina, e se expressa como emblemático no trágico episódio da nossa história ocorrido no dia 08 de janeiro de 2023, também conhecido como “Intentona Bolsonarista”, marcado pela depredação do patrimônio público pela extrema direita, como reação à derrota nas eleições diretas e democráticas.

A história repetida como farsa (Marx, 2011)¹, é a manifestação contemporânea de que a nossa democracia não apenas tem sido objeto de recorrentes ataques, mas de que ela é vulnerável nas suas bases, em especial, mas não somente, pela ausência de um acerto de contas com o nosso passado.

Na periferia do capitalismo, mantendo seus traços coloniais, suas determinações de dependência externa, seu Estado autocrático burguês, sua cultura antidemocrática, sua tradição concentradora e centralizadora de capital e de poder político, pela ausência de uma revolução burguesa clássica, o Brasil vê crescer o ovo da serpente, que já estava posto desde as nossas raízes e ele se manifesta contemporaneamente na tendência neofascista que se nutre da crise estrutural do capital. Tanto aqui, quanto e em outros países capitalistas dependentes, tragédia e farsa se combinam a todo momento, se convertendo na realidade diária de amplas massas de trabalhadores e trabalhadoras, vítimas de empobrecimento e precarização da vida, com destaque para negros e negras, população LGBTQIA+, pessoa com deficiência etc.

¹ MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2011.

Como uma anatomia das expressões das crises contemporâneas (econômica, cultural, política, sanitária) e, simultaneamente, um mapa das resistências, a obra que o leitor e a leitora têm em mão constitui-se num esforço analítico para decifrar as contradições do capitalismo, manifestas na contemporaneidade, que o leva as mais variadas formas de superexploração da força de trabalho, ao esgotamento dos bens naturais e ao extermínio da população pobre, preta, periférica, favelada, à invenção “guerras preventivas”, tomando como exemplo apenas as mais recentes como a invasão da Ucrânia pela Rússia e do Irã pelos EUA. Por isso, trata-se de uma obra com temas imprescindíveis e urgentes.

Os fios que unem seus capítulos estão na contextualidade histórica, que resgata as determinações concretas do Brasil e de outros países da América Latina, como pressuposto das determinações da crise estrutural do capital e de antigas e renovadas formas de enfrentamento que se constituem em medidas anticrise, para contrarrestar seus efeitos, como se evidencia na estrutura da obra. Os temas debatidos abordam o contexto da etapa do capitalismo contemporâneo com suas determinações históricas, dentre elas a sua incontrolável tendência destrutiva, e suas renovadas possibilidades de negação das conquistas civilizatórias, o que nos coloca não apenas diante de um neoconservadorismo que adquire conteúdo reacionário, mas de inegáveis tendências fascistas. É que o “ovo da serpente” se desenvolve largamente no solo da barbárie contemporânea.

A leitura aponta que o neoliberalismo, como estratégia para viabilizar a acumulação capitalista, que atua na desregulamentação do trabalho, eliminação dos direitos trabalhistas, mercantilização da vida, drenagem das riquezas nacionais, transferência do fundo público para o setor privado, privatização dos serviços públicos e seu desfinanciamento, se constitui num verdadeiro antídoto ao processo de democratização, enquanto socialização da riqueza e do poder.

Com esses temas e abordagens, a coletânea não poderia ser mais oportuna.

O capítulo que abre a coletânea *Direito e cidadania no contexto do neoconservadorismo e da (des)democracia*, de autoria de Ivanete Boschetti, tem como objetivo apontar parâmetros para analisar a formação social no capitalismo periférico e dependente e a democracia realmente existente no Brasil, contra-argumentando a tese da (des)democratização, através de uma análise contundente e necessária, fundamentada na crítica de que as interpretações que tratam do tema se restringem aos processos próprios de países capitalistas centrais; que elas ignoram a luta de classes; e que recorrem a interpretações fatalistas, que não vislumbram alternativas anticapitalistas. Com isso, a autora nos fornece uma ampla e profunda análise das desigualdades sociais no Brasil que “reproduzem nosso sistema capitalista, heteropatriarcal e racista e fazem retroagir nossas parcas conquistas civilizatórias”. Por fim, defende que a emancipação política nos marcos do capitalismo é limitada, sendo necessária a luta pelo socialismo para alcançar a verdadeira emancipação humana.

O capítulo 2, *Anticomunismo e oposições ao projeto ético-político do Serviço Social: contribuição para a crítica das tendências regressivas na contemporaneidade*, de José Rodolfo Santos da Silveira, traz uma contribuição fundamental ao analisar a incidência da extrema direita na profissão, como uma tarefa política e ética indispensáveis ao balanço da disputa por projetos profissionais na atualidade. De forma genuína, identifica, a partir do Facebook, linguagens (reacionária, religiosa e neoconservadora) que se fundamentam em matrizes do anticomunismo. O autor argumenta que o avanço do conservadorismo e do neofascismo não é apenas ideológico, mas, está enraizado na crise estrutural do capital. Sua crítica revela como as tendências regressivas buscam confrontar o compromisso profissional de assistentes sociais **com a** (e eu acrescento **como**) classe trabalhadora, reatualizando antigos fantasmas ideológicos. Diante desse cenário, defende-se a necessidade de um

posicionamento crítico e de alianças políticas que preservem o compromisso com a emancipação da classe trabalhadora.

Os dois capítulos que se seguem trazem as disputas, lutas e resistências da classe trabalhadora, nos seus distintos países.

No capítulo 3, *Ecuador: la vida en disputa - resistencias comunitarias desde la periferia del capital*, de autoria de Andrea Tamayo-Torres, nos leva a cruzar fronteiras para conhecer as formas em que o neoliberalismo e a direita tem penetrado no tecido social e na vida cotidiana da população equatoriana, ao mesmo tempo em que ilumina as resistências comunitárias que brotam nas periferias do capital, lembrando-nos de que a alternativa reside na organização coletiva. Aponta, como formas atuais de resistência no Equador os movimentos indígena, ecologista e feminista, como expressões coletivas que colocam no centro a defesa da vida. Estas formas de organização não se limitam a demandas materiais, mas articulam dimensões culturais, afetivas e comunitárias, traçando um horizonte civilizatório alternativo. Indica, ainda, importantes desafios para o Trabalho Social equatoriano frente a luta dos movimentos sociais, dada a sua condição de classe trabalhadora.

No Brasil, as lutas são trazidas por Davisson Charles Cangussu de Souza, que no capítulo 4, *Ciclos de lutas no Brasil desde 1978: um exercício de periodização*, faz um balanço das lutas brasileiras desde a redemocratização, cuja análise culmina na atual fase do capitalismo, levando leitores/as a compreender as lutas e resistências na periferia do capital, seus avanços e recuos. Estabelece uma periodização dos protestos sociais no Brasil (1978–2026), utilizando o conceito de ciclo de lutas. Articula o debate sobre a estrutura econômica e política nacional a uma robusta base empírica, composta por dados do SAG/DIEESE (greves), Dataluta (questão agrária) e o monitoramento realizado pelo GEPECSO/UNIFESP, a partir do que identifica quatro etapas principais: a restauração democrática, a resistência ao neoliberalismo, as reformas moderadas sob governos de esquerda e a recente ameaça neofascista. A análise, consistentemente fundamentada em referencial teórico e em dados empíricos sobre greves, ocupações

de terra e manifestações, demonstra como a correlação de forças políticas e econômicas altera as pautas dos movimentos sociais. Destaca a transição de um sindicalismo combativo para um cenário de fragmentação da classe e de postura defensivas diante do avanço da extrema-direita. Em última análise, busca compreender como as tensões entre democracia e autoritarismo moldam a história recente das resistências na periferia do capitalismo.

O capítulo 5, intitulado *Por um antirracismo insurgente: a atualidade do pensamento social de Clóvis Moura*, de Ana Paula Procópio da Silva, analisa o pensamento moureano, destacando como a sua obra redefine a história brasileira ao posicionar a resistência negra no escravismo e no pós-abolição como processos intrínsecos de nossa história e motor essencial de transformação social. A autora adota o conceito de quilombagem, argumentando que as rebeliões de escravizados foram ações políticas conscientes que desgastaram o sistema colonial e fundamentam o antirracismo insurgente atual. Através de uma lente marxista e amefricana, conecta o passado escravocrata à marginalização contemporânea, denunciando como o capitalismo utiliza o racismo para manter o controle social e o encarceramento em massa. A análise enfatiza que a consciência de classe no Brasil é inseparável da identidade racial. Entretanto, considera apropriação do antirracismo como uma tecnologia insurgente. Assim, convoca a uma transformação radical das relações sociais, utilizando as “estratégias ancestrais-futuristas e coletivas-singulares” como ferramentas para superar a exploração e a desumanização. O texto mostra que o legado de Moura permanece essencial para enfrentar a crise civilizatória e construir uma democracia efetiva.

O capítulo 6 – *América ladina, neocolonialismo e racismo estrutural*, de Magali da Silva Almeida, encerra a coletânea, mas abre profundas sendas para a reflexão sobre a formação sócio-histórica brasileira sob a ótica do racismo estrutural e do neocolonialismo, utilizando o conceito de amefricanidade proposto por Lélia Gonzalez. A autora examina como a exploração do trabalho e a opressão de gênero fundamentam o capitalismo

dependente no Brasil, desafiando o mito da democracia racial que mascara desigualdades profundas. Um foco central da obra é a necropolítica do Estado, que vitima prioritariamente a juventude negra por meio da violência policial sistêmica. Diante desse cenário de extermínio, destaca-se o papel fundamental das mães e familiares de vítimas, que transformam o luto em movimentos de resistência política e busca por justiça. O artigo reafirma a necessidade de resgatar o pensamento feminista negro e a memória ancestral para construir projetos emancipatórios que confrontem a lógica neoliberal.

Por óbvio, estes breves comentários não são capazes de expressar o potencial da coletânea no sentido de trazer à tona questões centrais para o universo das ciências sociais e, em especial, do Serviço Social.

Especialmente para a profissão, a coletânea é uma bela maneira de presentear o Serviço Social pelos seus 90 anos, 50 dos quais vem se mantendo nas trincheiras contra o conservadorismo de todos os tipos. O processo de democratização tem sido fundamental para que a profissão amplie seu espaço de intervenção no âmbito das políticas e serviços sociais e para legitimá-la como profissão que atua na defesa de valores humano-genéricos, dentre eles, a democratização da sociedade entendida como a socialização da riqueza e do poder.

Agradeço à Profa. Ednéia Alves de Oliveira e ao prof. Marco José Duarte, que organizam essa coletânea, pelo privilégio de ser a primeira leitora do material, e à faculdade de Serviço Social por ter acolhido meu trabalho por esses *dois bons anos* em que estive na condição de professora visitante.

Que essa leitura potencialize nossas convicções nas estratégias coletivas de lutas e resistências.

Copacabana, RJ, outono de 2026.

APRESENTAÇÃO

LUTAS SOCIAIS E DEMOCRACIA: UM TEMA?

Marco José de Oliveira Duarte
Edneia Alves de Oliveira

A primeira condição para modificar a realidade
consiste em conhecê-la.
(Eduardo Galeano)

Lutas Sociais, Democracia e Serviço Social foi o tema da oitava edição do Seminário Internacional da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (SEMINTSS) e que desde 2009 objetiva contribuir para a socialização e divulgação das pesquisas, produção de conhecimentos e intercâmbio técnico-científico e político-acadêmico entre pesquisadores, acadêmicos, profissionais, docentes e estudantes da área de Serviço Social e afins, assim como para o fortalecimento de diferentes redes de pesquisas nacionais e internacionais, mantendo a política de internacionalização em curso.

Assim, o SEMINTSS, de abrangência internacional, organizado e promovido pela FSS/UFJF e seu Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS), é o único, com esta sistemática e natureza, de forma gratuita, por uma unidade de formação acadêmica pública e federal, que oferece cursos de graduação diurno e noturno, residência multiprofissional em saúde, especialização, mestrado e doutorado em Serviço Social em Minas Gerais e, particularmente, em uma cidade do interior desse estado da federação e filiada a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

O referido evento está na agenda institucional da unidade de formação acadêmica e, em 2025, completou 16 anos de existência, com apoio das agências de fomento nacionais e estadual, como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). Que agradecemos e em particular a essa última por proporcionar e patrocinar a produção dessa obra.

O SEMINTSS é um evento integralmente presencial, exceto em 2022, quando foi híbrido, em decorrência da pandemia de COVID-19. Tem periodicidade regulamentar, sistemática e atualmente está em três em três anos. Produziu, nessa sua trajetória institucional de sua existência, cinco Anais, em que registra a memória das comunicações orais de participantes, contribuindo para o debate acadêmico qualificado, competente e em sintonia com os atuais dilemas contemporâneos da realidade social e política internacional, em geral e do Brasil e da América Latina, em particular.

Desta forma, o SEMINTSS tem contribuído para a formação crítica na área do Serviço Social e afins, da graduação ao pós-doutoramento, de estudantes, profissionais, pesquisadores e docentes em âmbito internacional. E, principalmente, nessa oitava edição, em problematizar questões advindas da temática central do evento, *Lutas Sociais e Democracia*, nas modalidades de conferências, mesas redondas, sessões de comunicações orais e de minicursos e oficinas. Inclusive nessa última edição, incorporou-se a Semana de Igualdade Racial da FSS/UFJF, outro evento de grande importância e relevância política e acadêmica, também inserido na agenda institucional da unidade de formação acadêmica desde 2012, portanto, na sua 13ª edição, e nessa, comemorando o centenário de Clóvis Moura.

Nesta coletânea, os objetos de pesquisa, ensino, extensão, da formação e do trabalho profissional em Serviço Social, mas também questões contundentes e provocativas da sociedade civil organizada, emergiram e foram tratadas e sistematizadas pelo

olhar crítico de conferencistas e debatedores/as, na perspectiva da emancipação social, humana e na aposta de que um novo mundo é possível, advindo da luta organizada em defesa da democracia.

O VIII SEMINTSS teve, durante toda a sua programação¹, de 11 a 14 de novembro de 2025, dez especialistas convidados/as para suas mesas-redondas e conferências, mas para essa coletânea, tivemos a presença de seis autores/as e seus capítulos que nos deram retorno. Contudo, mesmo que as outras quatro pessoas não puderam, cada um/a ao seu modo, contribuir com seu material em forma de capítulo, convidamos leitores/as para ver e ouvir suas conferências e palestras pelo canal da Faculdade de Serviço Social da UFJF pelo Youtube².

Cabe registrar também que o evento contou com 554 inscritos e 348 participantes, superando a nossa expectativa inicial de 250 pessoas. Houve pela primeira vez, de forma inaugural e com sucesso de público, a modalidade de minicursos e oficinas, em que recebemos 24 propostas com 40 ministrantes, mas sendo aprovado, pelo limite mesmo da infraestrutura da nossa unidade acadêmica que fez-nos limitar e aprovar 13 propostas com 19 ministrantes.

No link da programação do VIII SEMINTSS, todos/as leitores/as dessa obra, tem acesso aos ANAIS, em que se encontram os 189 trabalhos científicos aprovados na forma de comunicação oral, dos 216 trabalhos científicos enviados e que foram avaliados pelos 68 pareceristas, divididos entre os 9 eixos temáticos do evento. Acrescenta que no âmbito do evento houve o lançamento de 9 livros, em sua maioria, todos impressos, que contribuíram para a produção de conhecimento na área de Serviço Social.

¹ Para fins de registro, toda a programação do VIII Seminário Internacional da FSS/UFJF – VIII SEMINTSS - incluindo os ANAIS - encontra-se disponível em: <<https://www2.ufjf.br/seminariointernacionalss/viii/>>. Acesso em 31 jan. 2026.

² Todas as conferências e palestras compõem a *playlist* do evento na página da Faculdade de Serviço Social na rede Youtube e disponível em: <<https://www.youtube.com/playlist?list=PL29JhnJInFcPOYJoZjrAiKcXAw-xUbWk8>>. Acesso em: 31 jan. 2026.

É nesse contexto de evento científico que emerge a produção dessa obra, **Lutas Sociais, Democracia e Serviço Social** e seus seis capítulos com autoras e autores acadêmicos, docentes, militantes e críticos da lógica do capital que ordena o Estado, mas que de forma coletiva, resistem e produzem novos conhecimentos teóricos e políticos para subsidiar a luta e a defesa da democracia em tempos ultraneoliberais e de ofensivas da extrema-direita.

Assim, o capítulo 1, intitulado, **Direito e cidadania no contexto do neoconservadorismo e da (des)democracia**, da professora doutora Ivanete Boschetti, aposentada da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, trata de uma análise crítica da escalada de governos de extrema direita, com o avanço das forças reacionárias e conservadoras e o processo acelerado de destruição de direitos e conquistas civilizatórias. A autora apresenta alguns elementos que estruturam a relação entre neoliberalismo, neoconservadorismo e a (des)democracia, com base em autores referentes a esse debate e tomando dados concretos das particularidades da formação econômica e social brasileira.

No capítulo 2, **Anticomunismo e oposições ao Projeto Ético-Político do Serviço Social: contribuição para a crítica das tendências regressivas na contemporaneidade**, do professor doutor José Rodolfo Santos da Silveira, da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro vem analisar o avanço dessas forças conservadoras, reacionárias e ultraneoliberais que são opostas ao projeto ético-político do Serviço Social brasileiro. O autor parte da compreensão de que os movimentos, articulados à extrema direita, expressam a ofensiva do capital sobre o trabalho. Discute, assim, a necessidade de compreender amplamente o neoliberalismo e suas expressões no campo profissional. Destacando, portanto, o papel do anticomunismo como amálgama do conservadorismo religioso e do ultraliberalismo como forças articuladas contra o projeto crítico. As reflexões do estudo do pesquisador reafirma a importância da

formação teórico-crítica e da resistência coletiva para a defesa do trabalho e da direção social emancipatória do Serviço Social.

Dentre as convidadas internacionais, como se teve de Portugal e dos Estados Unidos da América, tem-se a presença e a reflexão aqui elaborada pela docente Andrea Tamayo-Torres, da Universidad Central del Ecuador (UCE), da cidade de Quito – capital do Equador, o capítulo 3, intitulado, **Ecuador: la vida en disputa - resistencias comunitarias desde la periferia del capital**. A autora a partir da realidade e da experiência equatoriana, retrata em perspectiva histórica, os exemplos de tensão, dominação e resistência do seu país, a partir dos movimentos e lutas sociais, envolvendo indígenas, camponeses dentre outros, desde o período colonial aos dias atuais, demarcando o lugar histórico e periférico que situa o continente latino-americano frente aos ditames do capital, mas também das tantas formas de resistência de seu povo em sua diversidade. Inclui, em sua análise, o lugar estratégico da profissão de serviço social no contexto das lutas sociais na construção da democracia e das resistências comunitárias.

O professor doutor Davisson Charles Cangussu de Souza, da Universidade Federal de São Paulo, nos brinca com o capítulo 4, **Ciclos de lutas no Brasil desde 1978: um exercício de periodização**. O autor realiza uma periodização dos protestos sociais no Brasil de 1978 aos dias atuais. Considerando esse intervalo, propõe a demarcação de quatro ciclos de lutas: de 1978 a 1989, o ciclo da restauração democrática; de 1990 a 2002, o ciclo da resistência ao neoliberalismo; de 2003 a 2014, o ciclo das reformas no neoliberalismo; de 2015 até o presente, o ciclo da ameaça neofascista. Além de um levantamento bibliográfico sistemático, a análise se sustenta em três fontes: o SAG/DIEESE, o DATALUTA e o Levantamento de Protestos Sociais no Brasil realizado pelo GEPECO/UNIFESP, grupo que coordena.

O capítulo 5, intitulado, **Por um antirracismo insurgente: a atualidade do pensamento social de Clóvis Moura**, da professora doutora Ana Paula Procópio da Silva, da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ),

apresenta a atualidade do pensamento de Clóvis Moura diante dos desafios sociais, políticos e econômicos contemporâneos e o caráter insurgente do antirracismo em sua intrínseca convergência com as lutas anticapitalistas considerando a divisão racial, sexual e de gênero do trabalho como fator que se reatualiza e se transforma em congruência com as necessidades do capital.

A professora doutora Magali da Silva Almeida, docente da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e aposentada da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), apresenta, no capítulo 6 – **América ladina, neocolonialismo e racismo estrutural**, uma reflexão sobre a categoria histórico-cultural amefricanidade na análise da violência estrutural contra a juventude negra retratada no alto índice de assassinatos pelas forças policiais do Estado burguês e a resposta das mães e familiares às mortes precoces. Essa violência funda a sociedade brasileira e tem, no racismo estrutural, a tecnologia, por excelência, como uma das respostas à crise do capitalismo contemporâneo. Assim, a autora problematiza a relação entre amefricanidade e seu contributo para o debate do racismo estrutural como dispositivo de dominação do Estado e de reprodução do modelo de acumulação capitalista. A docente traz para a reflexão os dados da sua pesquisa que analisam as respostas do Movimento de Mães e Familiares de vítimas da violência estatal frente à política de morte que incide sobre a juventude negra.

Pelo exposto, o SEMINTSS demonstra o fôlego do pensamento crítico ainda em vigor no âmbito acadêmico e científico e demonstra a vitalidade do debate nas diversas áreas do conhecimento, envolvendo temas e debates contemporâneos, mas que não se deslocam da formação da realidade brasileira e da América Latina e, porque não dizer, do restante do mundo de forma geral, tendo em vista que as formas como a democracia e as lutas sociais estão pautadas no âmbito mundial impactam em todos os países, ainda que de maneira diferenciada.

Ademais, destacamos a intensa participação nos 4 dias do evento de estudantes, profissionais, pesquisadores e docentes de

diversas áreas, mas, particularmente do Serviço Social, agregando conteúdos aos temas debatidos. Destacamos também a conexão proporcionada pelas apresentações culturais durante o SEMINTSS e que fortaleceram a nossa compreensão de que a ciência e a arte são inseparáveis, pois captam a realidade de maneira intensa e fecunda, evidenciando que o pensar não se restringe a ideias elaboradas nas folhas de papel, mas também nas expressões do corpo e das vozes que ecoam os cantos da indignação e da liberdade, invocando a democracia como uma força que exige o esforço coletivo das lutas sociais.

Por fim, registramos e agradecemos de forma coletiva às comissões organizadora, científica, de pareceristas, de apoio com as monitorias, de ANAIS, as agências nacionais e estadual de fomento a pesquisa, a direção da FSS/UFJF, a PROPP/UFJF, as/aos artistas, a APES-JF/ANDES-SN e, particularmente, a cada palestrante convidado/a que prontamente nos enviou seus manuscritos para que pudéssemos publicizar na forma de escrita, a contribuição da produção de conhecimento científico para subsidiar as análises críticas e a lutas sociais em defesa da democracia na América Latina.

Juiz de Fora, outono de 2026.

CAPÍTULO 1

DIREITO E CIDADANIA NO CONTEXTO DO NEOCONSERVADORISMO E DA (DES)DEMOCRACIA

Ivanete Boschetti

A prática da democracia é a condição básica para o socialismo,
e praticá-la está na verdade com que o povo puder viver sua
escolha sempre que se apresente o momento de decidir.
(Pagu)

Apresentação

O título desse artigo, solicitado como palestra para o Seminário Internacional da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora - SEMINTSS, já em sua oitava edição¹, revela uma das principais inquietações neste momento histórico, marcado por algumas tendências mundiais que se espalham do norte ao sul do globo: a escalada de governos de extrema direita, eleitos democraticamente, o acelerado processo de destruição de direitos e conquistas civilizatórias do pós Guerra, e o avanço de forças reacionárias e conservadoras.

As reflexões aqui desenvolvidas tentam apresentar sucintamente alguns elementos que estruturam a relação entre neoliberalismo, neoconservadorismo e a (des)democracia na Europa e nos Estados Unidos, com base em autores referentes nesse debate. Em seguida o texto se dedicará a refletir sobre a pertinência e limites para compreender a relação entre direitos e cidadania na “demo-

¹ Palestra realizada no dia 11/11/25, durante o VIII SEMINTSS. Programação completa disponível em <<https://www2.ufjf.br/seminariointernacionais/viii/programacao/>>.

cracia realmente existente” em nossas paragens, considerando as particularidades da nossa formação econômica e social.

Neoliberalismo, neoconservadorismo e (des)democracia

O debate sobre a relação entre o neoliberalismo, o neoconservadorismo e a (des)democracia entre nós certamente foi impulsionado pela publicação de dois livros que se dedicam a compreender a crise da democracia burguesa em países capitalistas europeus e estadunidense. Um deles é a obra da cientista política americana Wendy Brown, “Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente” (2019)², em que a autora demonstra as implicações da confluência de políticas neoliberais e neoconservadoras na eleição de governos de extrema direita em democracias liberais em diversos países, e especialmente nos Estados Unidos, com a eleição de Donald Trump em 2016³.

Também os autores franceses Pierre Dardot e Christian Laval, com vários livros traduzidos no Brasil, se dedicam há bastante tempo a pesquisar a lógica capitalista contemporânea, seja a partir de uma releitura de Marx e do marxismo (Dardot; Laval, 2012), seja a partir de um ensaio crítico sobre a Revolução no século XXI e a proposição de construção de uma Política do Comum (Dardot; Laval, 2014). Mas é no livro “A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal” (2016)⁴, que os autores incorporam o termo “(des)democracia” cunhado por Wendy Brown, cujas reflexões

² Além deste livro, também nos referenciamos no artigo “Pesadelo americano: neoliberalismo, neoconservadorismo e des-democratização” (Brown, 2024)

³ Além de Donald Trump nos Estados Unidos (2017 a 2021, e retorno ao poder em 2025), lembremos de Viktor Orbán na Hungria (1998 a 2002 e 2010 até o momento), Giorgia Meloni na Itália (desde 2022), Javier Milei na Argentina (desde 2023), Nayib Bukele em El Salvador (desde 2019), Dina Boluarte no Peru (desde 2022), Jair Messias Bolsonaro no Brasil (2019-2022). Para um inventário amplo da extrema direita no mundo, consultar Urbán (2025).

⁴ O livro foi publicado originalmente na França, em 2009.

foram traduzidas e publicadas na França em 2007⁵. Críticos do neoliberalismo, os autores reconhecem as profundas transformações operadas pelo que designam de um “sistema normativo” que espalhou a lógica do capital para todas as esferas da vida e relações sociais. Enfatizam que a profunda crise econômica do final dos anos 2000 não o fez desaparecer e, ao contrário, revelou sua imensa capacidade de auto fortalecimento. Para estes autores, o projeto neoliberal deriva de um antidemocratismo, que estaria conduzindo o capitalismo a entrar em uma “era pós-democrática” (Dardot; Laval, 2016, p. 8).

Tal como Brown, os autores franceses consideram que, antes de ser uma ideologia ou política econômica, o neoliberalismo é, primeiramente, uma racionalidade que estrutura e organiza tanto as ações de governos quanto a própria conduta dos governados, o que os levam a firmar que esta é a “nova razão do mundo”, ou a nova razão do capitalismo contemporâneo (Dardot; Laval, 2016, p. 17). É essa perspectiva que os leva a adotar o termo (des)democratização cunhado por Wendy Brown, para se referir ao processo que “consiste em esvaziar a democracia de sua substância, sem a extinguir formalmente” (Dardot; Laval, 2016, p. 20). Nesse passo, consideram que as teses de Karl Marx e Rosa Luxemburgo não são suficientes para desvelar a capacidade de o neoliberalismo se estender, apesar das sucessivas crises que provoca. Corretamente, constatam que o Estado não é um “instrumento” do neoliberalismo, que possa ser utilizado para combatê-lo. Ao contrário, afirmam que “Enquanto *Estado-estrategista*, co-decididor dos investimentos e das normas, ele é uma peça da máquina que se deve combater” (Dardot; Laval, 2016, p. 31).

Diante destas primeiras considerações, este texto abordará, de modo bastante sintético, as proposições inaugurais de Wendy Brown sobre a determinação da confluência entre a “racionalidade

⁵ Cf. BROWN, Wendy. *Les habits neufs de la politique mondiale, néolibéralisme et néoconservadorisme* (2007).

neoliberal” e a “racionalidade neoconservadora”⁶ na (des)democratização. Conforme a autora, estas duas racionalidades são bastante heterogêneas, colidem e conflitam em muitos aspectos e proposições, mas convergem em características essenciais para explicar o que designa como “canibalismo da democracia liberal” (Brown, 2024, p. 3). O objetivo da autora é enfatizar características que demonstram as “forças sociais e culturais sem rosto da (des)democratização” (Brown, 2024, p. 32) produzidas na intersecção das racionalidades neoliberais e neoconservadoras nos Estados Unidos. Tais forças, conforme defende a autora, tem provocado o esvaziamento de uma cultura política democrática e a produção de cidadãos americanos antidemocráticos. Esse “novo” cidadão, em sua análise, não quer nem a liberdade e nem a igualdade do modelo liberal, também não se importa com a verdade e não demanda responsabilização de ações governamentais e do Estado, tampouco se incomoda com a concentração de poder político e econômico e com a revogação do Estado de Direito (Brown, 2024, p. 4).

A tese defendida por Brown (2019; 2024), brevemente abordada aqui, é que apesar de suas diferenças, estas duas racionalidades se amalgamam para forjar a (des)democracia. Ao explicitar o que as distingue, Brown sustenta que o neoliberalismo é uma racionalidade política-de-mercado, enquanto o neoconservadorismo é uma racionalidade político-moral. O primeiro não nega o futuro, ao contrário, constrói políticas para se reproduzir e avançar com quaisquer mudanças que sejam necessárias para assegurar a economia de mercado. O neoconservadorismo, por outro lado, “identifica a si mesmo como o guardião e defensor de um passado e presente potencialmente

⁶ Dardot e Laval observam adequadamente que, no livro aqui citado, Brown aborda o neoliberalismo como racionalidade política e neoconservadorismo como ideologia, mas no artigo “Pesadelo americano...” também referenciado aqui, trata ambas como duas racionalidades políticas. Para estes autores, “não há simetria possível entre racionalidade neoliberal e a ideologia conservadora” (Dardot; Laval, 2016, p. 388).

desaparecidos (...) e se atribui a si mesmo a responsabilidade numa guerra contra sérios concorrentes de um futuro alternativo” (Brown, 2024, p. 16). Ainda que colidam em muitos aspectos, ambas vestem o manto da “liberdade”. Na visão da autora, foi o neoliberalismo que “preparou inadvertidamente o terreno para que ideias e práticas políticas profundamente antidemocráticas se enraizassem na cultura e no sujeito. Isso é o que permite que o neoconservadorismo se torne mais que uma ideologia política” (Brown, 2024, p. 20).

Tal como Dardot e Laval, a autora sinaliza, com propriedade, que a racionalidade política neoliberal agrega características que a diferenciam do liberalismo clássico, como reconhecer que o livre mercado não é um processo natural e autorregulado, e exige normas estabelecidas em lei econômicas e sociais, o que requer ações de governo que implementem garantias de produtividade e rentabilidade, assumindo cada vez mais as próprias falas e práticas do mercado. O próprio Estado se torna o agente que descarta fundamentos históricos da democracia constitucional americana, como igualdade, universalidade, autonomia política e liberdade, cidadania, Estado de Direito e imprensa livre. Esses ataques da racionalidade neoliberal à cultura política e social acabam gerando uma *“cultura antidemocrática desde baixo, ao mesmo tempo em que constrói e legitima formas antidemocráticas de poder estatal desde cima”*⁷ (Brown, 2019, p. 39).

Uma vez que a igualdade e a liberdade dos regimes democráticos liberais deixam de ser valores importantes, a destruição do social se torna o alvo central da cultura antidemocrática, e “o neoconservadorismo costurado no solo preparado pelo neoliberalismo gera uma nova forma política, uma modalidade específica de governo e cidadania, cuja incompatibilidade com até mesmo práticas formais democráticas e instituições não estimulam uma crise de legitimidade por causa da desvalorização neoliberal dessas práticas e instituições que o

⁷ Grifos no original

neoconservadorismo então consagra” (Brown, 2024, p. 20). Também perdem espaço valores como igualitarismo, liberdades civis, eleições justas e o Estado de Direito: “o neoliberalismo não os requer, e a prioridade neoconservadora de valores morais e do poder estatal os ultrapassam” (Brown, 2024, p. 19). Conclui a autora que o “moralismo, Estatismo e autoritarismo do neoconservadorismo são profundamente possibilitados pela racionalidade neoliberal, mesmo enquanto o neoconservadorismo busca limitar e suplementar alguns dos efeitos neoliberais, e até mesmo quando as duas racionalidades não são harmoniosas” (Brown, 2024, p. 19)

A intersecção destas duas racionalidades está na base de uma nova forma de política, designada pela autora de (des)democratização, que produz efeitos como desvalorização da autonomia política, despolarização de problemas sociais, produção do cidadão-consumidor e legitimação do estatismo. A desvalorização da autonomia política expressa a perda de poder de participação da sociedade, ou o que se convencionou chamar de direitos políticos, e sua restrição cada vez mais evidente aos direitos meramente formais, principalmente de propriedade privada. Os direitos civis, fundantes da democracia liberal são negligenciados em prol de um “projeto moral nacional ou sempre que a autonomia privada é avaliada como ameaçada por questões da segurança” (Brown, 2024, p. 22).

A despolarização de problemas sociais abandona qualquer ideia de direitos sociais coletivos e universais, e os transforma em problemas individuais que devem ser solucionados pelas relações mercantilizadas. As desigualdades sociais descartam qualquer recurso a políticas amplas e universais e as “soluções” são transferidas do público para o privado. Para a autora “Isto é a despolarização a um nível sem precedentes: a economia é ajustada a isso, a cidadania é organizada por isso, os meios de comunicação são dominados por isso e a racionalidade política do neoliberalismo enquadra e reforça isso (...) e o discutido compromisso do neoliberalismo com a ‘privatização’ tem

ramificações que excedem a terceirização de forças políticas, prisões, assistência social, militares e escolas, de um lado; e aquisições corporativas de esforços públicos e instituições do outro” (Brown, 2024, p. 23).

A destruição do cidadão sujeito de direitos pela racionalidade neoliberal produz o cidadão no modelo do empreendedor e consumidor, tornando-o disponível para uma forte “governança autoritária” e “produção de certos tipos de sujeito e comportamentos através de incentivos e impedimentos de mercado” (Brown, 2024, p. 24).

Por fim, a (des)democracia neoliberal legitima o estatismo, mas limitado ao Estado com funções empreendedoras e administradoras, e o refaz seguindo modelo empresarial, que adota e realiza normas próprias do mercado. Para a autora, isso “legitima apropriações de poderes pelo Estado que seriam inaceitáveis para uma cultura democrática (...) Ele substitui as restrições no proceduralismo democrático e na responsabilização por normas de boa administração: efetividade ou rentabilidade” (Brown, 2024, p. 25).

A autora ressalta que, aliado a estes efeitos, a mobilização política do discurso religioso tem se tornado um fertilizante para formar “um cidadão submisso, obediente”. Diz que “uma população interpelada religiosamente, e uma linha cada vez mais tênue entre a cultura religiosa e política, e entre o discurso teológico e político, facilita a recepção de forças des-democratizantes do neoconservadorismo e do neoliberalismo” (Brown, 2024, p. 24). A autora se refere, especialmente, ao “fundamentalismo cristão contemporâneo nos Estados Unidos”, (Brown, 2024, p. 27), e seus efeitos no discurso público, entre os quais destaca a crença que “uma fala pode ser um fazer e um criar, que um enunciado pode trazer sua verdade em ser e, deste modo, literalmente fazer e refazer a realidade. Hoje, esse tipo de verdade parece preencher um vácuo em um mundo radicalmente desencantado (...) A declaração do que é verdadeiro, certo, e bom sem qualquer referência necessária à facticidade, tem se tornado uma modalidade

neoconservadora bem conhecida de verdade política” (Brown, 2024, p. 27).

Além da ênfase no predomínio das “verdades declarativas e reveladoras”, o empenho do fundamentalismo religioso para forjar a submissão a esta verdade e à autoridade que fala, é destacado pela autora como profundamente antidemocrático e anti-intelectual, pois além de desconsiderar os fatos, também nega a autonomia deliberativa individual e sua capacidade de tomar decisões autônomas. Conclui a autora que “Esta relação de verdade-autoridade-submissão é ainda complementada pela valorização da fidelidade que vincula o sujeito a Deus e à comunidade religiosa: a base do pertencimento religioso descansa nessa combinação de crença, submissão e fidelidade” (Brown, 2024, p. 28).

Também a legitimação da desigualdade como natural, boa e permanente responde a uma hierarquia no fundamentalismo cristão, o modelo pastoral se torna o modelo político e a racionalidade religiosa prevalece sobre a racionalidade política, transformando as condições de legitimidade do poder político, que passa a combinar discursos neoliberais e discursos religiosos, e implementar políticas neoconservadoras, a exemplo de preservar o casamento como uma instituição heterossexual, ou ainda preservar a “vida por nascer” (Brown, 2024, p. 29), contrariando direitos democráticos liberais.

Ao mesmo tempo em que sugere e crítica “a ausência de uma visão de esquerda substantiva”, a autora finaliza com uma provocativa questão, a partir de sua convicção com a (des)democratização em curso. Apesar de longa, vale a pena compreender suas inquietações acerca do tema (Brown, 2024, p. 32):

O desmantelamento neoliberal das provisões e serviços públicos comumente impulsiona os liberais e os esquerdistas para um anacrônico Estatismo de bem-estar social. Por mais que seja compreensível, essas respostas tomam inadequadamente as configurações contemporâneas de poder e evitam o que pode ser a questão mais crítica para os democratas radicais e os igualitaristas sociais de hoje, que não é a questão de qual a melhor forma de defender as liberdades civis, o secularismo, ou o estatismo

de bem-estar social, mas se o sonho democrático – o princípio do povo para o povo está terminado. Como podem ser democratizados os poderes extraordinários que hoje constroem e organizam a vida coletiva? Nós somos realmente democratas – nós ainda acreditamos ou queremos o poder popular? Nós acreditamos que o povo pode ou deve governar a si mesmo, dividindo, tanto quanto possível, os vários poderes (políticos, sociais e econômicos) que atualmente o governam? Se não, qual é significância dessa crença vacilante para um projeto de esquerda? E, se nós ainda acreditamos, como é que os nossos esforços renovados para democratizar o poder contestariam as forças e rivalizariam com as iscas da antidemocracia contemporânea?

As análises até aqui apresentadas se situam no campo do que poderíamos situar como social-democratas progressistas ou democratas radicais, e apresentam críticas contundentes e pertinentes ao neoliberalismo, e aos seus efeitos no capitalismo. Contudo, alguns registros nos parecem fundamentais. O primeiro é que ambos elaboram suas análises a partir das relações estruturadas na democracia burguesa instaurada no capitalismo central, apesar das diferenciações existentes entre as democracias europeias ocidentais e suas experiências historicamente determinadas de Estado Social (Boschetti, 2016) e a democracia liberal americana que não alcançou um Estado social à moda europeia (Flora; Heidenheimer, 1981).

O segundo é que ambos parecem desconhecer que a luta de classes foi, historicamente, decisiva para a conquista de direitos como uma forma de “proteção” contra as investidas do capital, o que não significa desconhecer seu significado como fenômeno próprio da sociedade capitalista. Sem a luta de classes, o movimento do capital será sempre no sentido de restringir os direitos ao mínimo vital de modo a impulsionar mais e mais sua reprodução e acumulação.

Terceiro, apesar da crítica convincente aos efeitos do que chamam de (des)democracia, a descrença na luta de classes destrói qualquer possibilidade histórica de emancipação humana nos termos marxianos, o que coloca suas análises num beco sem saída: ao mesmo tempo em que não acreditam e nem defendem

(corretamente) um retorno às políticas regulacionistas keynesianas, também não vislumbram nenhuma possibilidade histórica anticapitalista.

Em ambos os autores, a (des)democracia parece ser o “fim da história”, o que nos provoca a sugerir outros parâmetros de análise, fundamentados no marxismo e que particularizam as relações sociais determinadas pela formação social no capitalismo periférico e dependente, cuja democracia está longe de assegurar a igualdade de direitos. Caberia, assim, considerar que vivemos processos (des)democratizantes?

A democracia realmente existente no Brasil⁸

Certamente, muitas das características e efeitos da intersecção das racionalidades neoliberal e neoconservadora apontadas anteriormente estão presentes nas relações sociais que estruturam e se reproduzem no capitalismo dependente e periférico predominantes no Brasil. Contudo, muitos dos elementos que os autores consideram como efeitos da (des)democratização neoliberal são marcas estruturais do nosso sistema capitalista hetero-patriarcal racista e reproduzem historicamente as desigualdades de classe, sexo-gênero e raça/etnia que estruturam a dominação burguesa no Brasil.

Nesse sentido, nos parece necessário considerar as especificidades que realmente determinam as condições históricas da democracia burguesa em nosso país e, em consequência implicarão em determinado formato de cidadania. É possível falar de (des)democracia num cenário em que o regime democrático liberal não só é recente, como também nunca estabeleceu condições de igualdade sequer formal para todos e todas?

⁸ O título desse item tem como inspiração o artigo de Marcelo Badaró-Mattos (2017), “Algumas observações sobre o Estado burguês e a democracia realmente existente no Brasil contemporâneo”.

As marcas históricas da heteronomia e dependência, do desenvolvimento desigual e combinado, da colonização e da escravização se somam à autocracia burguesa e conformam o que Florestan Fernandes (2005) definiu como uma contrarrevolução preventiva, um processo contrarreformista de longa duração com sentido de contenção de conflitos e lutas “dos de baixo”, atuando como um dique na construção da democracia burguesa capitalista.

A dominação burguesa, nos termos de Fernandes (2009), produziu uma nação cuja riqueza, extraída e produzida, gerou fontes de excedentes econômicos e acumulação de capital para as nações capitalistas colonizadoras e imperialistas e deixou como herança o que Ianni (1989, p. 147) chamou de uma “vasta fábrica de desigualdades e antagonismos que constituem a questão social”, e reeditam a concentração de propriedades, capital, renda, riqueza e poder.

O desemprego, precarização das condições e relações de trabalho, pobreza estrutural, não acesso a direitos civis, políticos e sociais não resultam de processos recentes derivados de políticas neoliberais, mas constituem as teias que tecem as relações sociais desde sempre, e compõem a superexploração da força de trabalho, nos termos propostos pela Teoria Marxista da Dependência. Em Ruy Mauro Marini (1990, p. 10-11), a superexploração constitui uma das principais particularidades da nossa formação social, constituída pela intensificação do trabalho sem compensação salarial; pelo prolongamento da jornada de trabalho sem compensação salarial; e pela expropriação de parte do trabalho necessário ao trabalhador para repor sua força de trabalho.

Nesta mesma perspectiva, Luce (2013) sinaliza evidências concretas de permanência destas condições no contexto da democracia burguesa nos anos 2000, e explica que a remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor converte o fundo de consumo em fundo de acumulação (p. 149), que o prolongamento da jornada de trabalho (p. 153) leva ao desgaste prematuro da corporeidade físico-psíquica e permite que o capital se aproprie de anos de vida futuros de trabalhadores/as, que o aumento da intensidade do trabalho (p. 155) impõe ritmos e intensidade mais

elevados e leva ao esgotamento prematuro da classe trabalhadora, e que o aumento do elemento histórico-moral do valor da força de trabalho não é acompanhado do aumento da remuneração (p. 159), o que impõe o endividamento da força de trabalho ou sua submissão a uma carga extra de trabalho como única forma para acessar bens de consumo que se tornaram bens necessários.

As análises empreendidas por Marcelo Badaró-Mattos (2017) nos mostram que o regime democrático burguês instaurado com a Constituição de 1988 não superou os traços históricos de dominação, dependência e desigualdades, ou seja, não instituiu uma democracia liberal com igualdade de direitos, ainda que apenas formalmente. O autor considera que o fim do regime ditatorial a partir do final dos anos 1980 não significou a superação da perspectiva contrarrevolucionária preventiva e do caráter autocrático da dominação burguesa no Brasil (Badaró-Mattos, 2017, p. 75). Para sustentar sua interpretação, o autor resgata análises de Neves e Fontes (2005) sobre o papel que vêm desempenhando os aparelhos privados de hegemonia do grande capital, desde meios de comunicação e ONGs que agem para construir uma “nova pedagogia da hegemonia” destinada a transmitir valores necessários à adaptação à ordem capitalista, baseada na ampliação da expropriação e intensificação da exploração da classe trabalhadora (Badaró-Mattos, 2017, p. 76).

O autor ressalta que a ampliação das formas de construção de consensos com o regime democrático, contudo, não suprimiu o peso dos mecanismos de coerção como estratégias de dominação burguesa, a exemplo da permanência de extermínios, genocídios, restrição aos direitos civis, sempre em nome da segurança pública⁹,

⁹ A chacina realizada pelo governador do estado do Rio de Janeiro em 28/10/2025 na comunidade da Penha, com 121 mortos, em nome da segurança pública, comprova essa análise e mostra a normalização da barbárie para gerir uma população descartável para o capitalismo. Cf análise disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2025/11/04/chacinas-policiais-socialmente-normalizadas-como-forma-de-administrar-politicamente-uma-populacao-descartavel-para-o-capitalismo-em-crise-estrutural/>>. Acesso em: 18 nov. 2025.

repressão aos movimentos sociais, violência estatal, tudo autorizado pela “democracia burguesa em funcionamento”. Afirma o autor que “Máximo investimento nos aparelhos privados de hegemonia e força máxima na máquina repressiva constituem a combinação mais adequada para definir o grau de articulação de coerção e consenso por meio da qual se constrói a dominação capitalista numa sociedade ocidental periférica, como a brasileira” (Badaró-Mattos, 2017, p. 78).

Tanto o Estado, como os aparelhos privados de hegemonia, se empenham em difundir valores da flexibilidade, da mobilidade, da adaptabilidade, do empreendedorismo, da substituição das classes pelos múltiplos identitarismos descolados da classe, necessários ao neoliberalismo e que alimentam, no âmbito da democracia, a autocracia burguesa. Em diálogo com Florestan Fernandes, Badaró-Mattos (2017) lembra que em meados dos anos 2000, o autor considerava a possibilidade de “uma revolução dentro da ordem”, por meio da eclosão de uma “democracia de participação ampliada” pela ascensão dos movimentos sindicais. Mas também sinalizava que “se o controle burguês da sociedade civil” continuasse a bloquear a “revolução nacional e a revolução democrática de recorte especificamente capitalista, somente a ‘revolução contra a ordem’ – socialista – poderá dar cabo das tarefas democratizantes que enterrarão, de vez, a autocracia burguesa” (Fernandes *apud* Badaró-Mattos, 2017, p. 93).

Tais elementos de análise brevemente pontuados evidenciam que a democracia no Brasil não “sofre” um processo de (des)democratização neoliberal, mas segue subsumida à autocracia burguesa, aliando consenso e coerção à serviço do capital e interditando a possibilidade de construção de uma cidadania que, mesmo nos marcos do capitalismo, possa engendrar reformas sociais e alguma proteção contra a exploração do capital. Para Felipe Demier (2017, p. 35), a ascensão do neoliberalismo, especialmente na Europa a partir dos anos 1980, tornou os regimes democráticos liberais cada vez mais refratários a qualquer tipo de demanda minimamente reformista apresentada pela classe

trabalhadora, tornando-os contrarreformistas e blindando a democracia de qualquer reforma social ou conquista de direitos pela classe trabalhadora.

A “democracia blindada”, perspectiva defendida pelo autor, não é um processo de (des)democracia, mas um novo tipo de democracia liberal erigido na Europa a partir dos anos 1980 com a chegada do neoliberalismo ao poder e com a intensificação das contrarreformas que, desde então, vêm eliminando direitos sem eliminar a democracia. A “democracia blindada” na Europa ocidental se expressa na corrosão dos sistemas públicos e universais de proteção social¹⁰, na realização de contrarreformas destrutivas da seguridade social e dos direitos do trabalho, com cortes significativos nos gastos públicos, privatizações, alterações restritivas nos critérios de acesso aos bens e serviços públicos, e intensificação de programas condicionados de transferências monetárias focalizados e restritivos, com objetivo de reverter a queda da taxa de lucro (Behring; Boschetti, 2006).

Para Demier (2017), mesmo com uma certa reversão das quedas das taxas de lucro ao final dos anos 1980, como resultado das contrarreformas realizadas, as “democracias blindadas” continuaram a ser aprimoradas e intensificadas, pois nas palavras do autor “essas configurações políticas altamente restritas se constituem na forma *ótima* de gestão burguesa da luta de classes” (Demier, 2017, p. 39).

Na análise do autor a blindagem da “democracia *welfariana*” europeia - resultado do pacto social-democrata keynesiano-fordista do pós-guerra – torna-se cada vez mais próxima da democracia liberal americana que, sob o neoliberalismo, também se reformatou em um regime de “democracia blindada”. Tanto na Europa como nos Estados Unidos, a “democracia blindada”, segundo o autor, “parece ter desenvolvido plenamente um potencial de imunização em face da presença e controle populares” (p. 40), se constituindo

¹⁰ Analisamos a destruição dos direitos sociais na Europa em artigo intitulado, “A insidiosa corrosão dos sistemas de proteção social europeus” (Boschetti, 2012).

cada vez mais “uma democracia apenas para a burguesia” (p. 50). Nesta perspectiva, o “transformismo” operado pelos partidos de esquerda, que, ao chegarem ao poder passaram a implementar políticas neoliberais a partir de concertações sociais com partidos de centro-direita, foi decisivo para aprimorar e fortalecer a “democracia blindada” no âmbito da social-democracia europeia.

A importante síntese formulada por Demier (2017, p. 52) explicita uma das mais cruciais características da “democracia blindada” em escala mundial:

Como regime político, ela progressivamente se desfaz de garantias e liberdades democráticas, eliminando, até mesmo no plano jurídico-político, os elementos objetivos reais, que sustentam, em toda democracia liberal, a ficção democrática da igualdade e liberdade. Ao suspender, assim, não só os direitos sociais, mas também direitos civis e políticos, a ‘democracia blindada’ vem atualmente expondo o real conteúdo de toda e qualquer democracia sob o capitalismo.

Também no Brasil, a “democracia blindada” revela a condição da nossa democracia, com suas particularidades e contradições, nos alerta o autor. Para Demier, quando o “novo tipo de regime democrático liberal”¹¹ foi formal e legalmente implementado com a Constituição de 1988 (2017; 2019), ele já “estava projetado segundo o modelo das ‘democracias blindadas’” em curso no capitalismo central (2017, p. 59).

A democracia burguesa se instaura no Brasil em contexto de crise mundial do capitalismo, e faz com que o regime democrático se estruture em sintonia com o novo padrão de acumulação do capitalismo mundial (p. 60). Foram determinantes na formação da “democracia blindada” e ascensão do neoliberalismo no Brasil na viragem dos anos 1980 para 1990, as contrarreformas no governo Fernando Henrique Cardoso que, além de destruir direitos, impuseram imensas derrotas ao movimento sindical na década de

¹¹ Regime que sucede um “longo bonapartismo”, como descreve o autor se referindo aos regimes autoritários, 2013.

1990; o *transformismo* das representações político sindicais da classe trabalhadora, como CUT e PT, especialmente após a ascensão do PT ao poder (Lula 2003-2010 e Dilma 2011-2016), alicerçados em ampla aliança com partidos de centro e direita, que aderiu às contrarreformas e implementou outras¹².

Para Demier (2017), com “o *transformismo petista* findava-se um processo em que as demandas populares de corte propriamente reformista, baseadas na ampliação de direitos, foram sendo gradativamente privadas de seus representantes na esfera estatal, tornando-se praticamente órfãs de representatividade nas instituições do regime. A *democracia blindada* estava finalmente implantada no Brasil” (Demier, 2017, p. 63).

A “onda conservadora” (Demier; Hoeveler, 2016) que se seguiu após as manifestações de 2013 e o golpe legislativo que destituiu a presidenta Dilma fez emergir o que há de mais conservador e reacionário na política e na sociedade civil, e consolidou a “democracia blindada” no Brasil, destruindo direitos, e restringindo ainda mais a “cidadania da desigualdade” imperante no Brasil, o que abordaremos adiante.

Cabe, antes de seguir, reafirmar que não vivemos processos de (des)democratização de uma democracia ampla, com um Estado Social que tenha reduzido as desigualdades estruturais. O regime imperante no Brasil é o da democracia da desigualdade, de um Estado democrático de direito débil, que age para favorecer a precarização e a violência. A dominação burguesa aciona os valores mais conservadores e reacionários para reproduzir relações que “blindam a democracia” das lutas e pressões da classe trabalhadora, e reproduzem nosso sistema capitalista, heteropatriarcal e racista e fazem retroagir nossas parcas conquistas civilizatórias. Foram as lutas históricas da classe trabalhadora que nos permitiram

¹²Inúmeras obras analisam criticamente os governos do PT. Sugerimos aqui o livro de Marcelo Badaró-Mattos (2009), intitulado, “Trabalhadores e sindicatos no Brasil” e o livro de Mauro Iasi (2006), intitulado, “As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento”.

conquistar tardiamente direitos sociais e políticos, fundamentais para satisfazer necessidades da classe trabalhadora, mas também indispensáveis à reprodução social do capitalismo (Mandel, 1982) e sustentáculos da autocracia burguesa.

O antagonismo existente entre necessidades do trabalho e rentabilidade do capital impõe limites intransponíveis no seio da democracia burguesa. O fortalecimento da democracia com radicalidade requer o impulso dos movimentos que se movem pela sua superação como processo histórico, ou, nos termos de Rosa Luxemburgo (2010, p. 95) “Os que desejarem o reforçamento da democracia devem desejar igualmente o reforçamento, e não o enfraquecimento, do movimento socialista, e que, renunciando aos esforços socialistas, renuncia-se tanto ao movimento operário quanto à própria democracia”.

Direitos, cidadania da desigualdade e emancipação¹³

A cidadania possível no capitalismo corresponde ao reconhecimento legal de direitos civis, políticos e sociais pelo Estado na democracia burguesa, sendo, portanto, a cidadania burguesa, ovacionada pela social democracia como capaz de abalar as desigualdades e garantir a liberdade e igualdade formal na democracia capitalista. Resultado das revoluções burguesas, especialmente dos séculos XVIII e XIX, sua expansão progressiva, não linear e diferenciada em cada nação conjuga luta de classes e pactos sociais. Nos limites do capitalismo, a cidadania se apresenta como possibilidade de garantir igualdade formal entre cidadãos e cidadãs, mas a história mostrou que, embora os direitos possam conflitar eventualmente com os interesses da acumulação, não estabelecem com esta uma relação antagônica, e a igualdade substantiva nunca foi alcançada na sociedade de classes.

¹³ Nesse item sintetizamos, com algumas diferenças, análises de nossa autoria publicadas em bibliografias citada nas referências.

Em sua análise crítica aos limites dos direitos no capitalismo, Marx (2012) explica que a cidadania burguesa garante apenas a emancipação política, que expressa a relação entre o Estado político republicano, ou Estado burguês, e os direitos de homens e mulheres reconhecidos como “sujeitos de direitos”. Mas, a emancipação política não liberta a classe trabalhadora das relações de subserviência aos ditames do capital e não é capaz de instituir a emancipação humana. Já nos primórdios do capitalismo Marx (2012) demonstrou a incompatibilidade entre igualdade de direitos e desigualdade de classes, pois a igualdade formal dos direitos no capitalismo é expressão do direito burguês e não reconhece a distinção de classe, ou a aceita como algo necessário e meritório. Assim, a emancipação humana, em Marx, só será alcançada com a superação do capitalismo, quando a classe trabalhadora será verdadeiramente emancipada das forças que a subjagam e exploram. O autor reconhece que os direitos de cidadania no capitalismo, ou seja, a emancipação política, são um “grande progresso” em relação às sociedades estamentais, mas também é enfático ao afirmar que esta não é a “forma definitiva da emancipação humana”. (Marx, 2010, p. 41-42)

Também Daniel Bensaïd (2010, p. 87) reitera as análises de Marx, e reconhece que para este a emancipação política não é uma etapa para a emancipação humana, e tampouco é irrisória, ou pouco significativa. Para Bensaïd, Marx reconhecia o significado histórico da conquista de direitos democráticos e de determinadas liberdades na sociabilidade capitalista. Contudo, também mostra inegavelmente que a emancipação política é a única possível nesta sociabilidade, enquanto a emancipação humana só é possível com a superação da sociabilidade capitalista e não pode ser confundida com a cidadania burguesa ou emancipação política. A emancipação humana pressupõe superar os “grilhões” que sujeitam a classe trabalhadora ao capitalismo, a propriedade privada dos meios de produção e a obrigatoriedade da venda de sua força de trabalho para sobreviver.

Apreender a essência da emancipação política na democracia burguesa, com seus direitos e cidadania, possibilita perceber a natureza contraditória do Estado Social no capitalismo e decifrar sua constituição e funções sob condições histórico-sociais específicas (Boschetti, 2018; 2025). Nos motiva a reconhecer que a relação entre Estado, direitos e política social é uma relação social determinada e condicionada pelas relações capitalistas. Conforme sinaliza Pachukanis (2017, p. 65), ainda que sejam mistificados e fetichizados como direitos igualitários, o capitalismo forjou a “mais desenvolvida, universal e acabada mediação jurídica” que garante a reprodução do capital como relação social, sendo a cidadania burguesa uma expressão dessa forma jurídica.

O reconhecimento político-jurídico dos direitos sociais no capitalismo e sua materialização pelo Estado Social regulam formas específicas de reprodução da força de trabalho (empregada ou não), da futura força de trabalho (caso de crianças e jovens), da força de trabalho já exaurida pelo tempo e pela exploração (caso de idosos/as) ou das pessoas impossibilitadas de trabalhar por diversos fatores, como doenças ou deficiências.

Os tipos, formas e alcance dos direitos realizados pelo Estado Social no capitalismo, portanto, estruturam determinadas relações e formas de reprodução social (Boschetti, 2018). Ainda que possa (ou queira) parecer como um poder público neutro, acima das classes sociais, o Estado Social é uma dimensão constitutiva e determinante da sociedade burguesa e participa direta e indiretamente da reprodução ampliada do capital (Mandel, 1982; Behring, 2018). Erigido no capitalismo maduro, no contexto da democracia burguesa, a emergência e ampliação dos direitos sociais que compõem o Estado Social não podem ser explicadas tão somente como instrumento de dominação e acumulação. São também resultado de longo e secular conflito de classes, crivado por perspectivas revolucionárias e reformistas. Dito de outra forma, são resultado da luta da classe trabalhadora por direitos e melhores condições de vida.

Compreender a natureza essencialmente contraditória dos direitos sociais significa entender que, por um lado, a ampliação das legislações sociais resulta das lutas e pressões da classe trabalhadora, e por outro, também atende aos interesses da reprodução ampliada do capital e integração da força de trabalho (Mandel, 1982). Para a classe trabalhadora, a luta pelos direitos sociais tem o sentido de possibilitar o acesso a uma parte do valor socialmente criado sob a forma de bens e serviços públicos, o que requer ampliar a “parcela do capital total que o Estado redistribui, gasta e investe” (Mandel, 1982, p. 342).

No contexto da “democracia blindada”, se espriam mundialmente retóricas negacionistas, xenofóbicas, LGBTfóbicas, contrárias aos direitos sociais e de recusa à diversidade humana. A contraofensiva monstruosa do capital e da extrema direita, com participação ativa do Estado, expõe a profunda decadência ideológica da burguesia (Martini; Boschetti, 2024).

Na particularidade do capitalismo brasileiro, a cidadania legal que temos hoje percorreu longo e sinuoso caminho, contida pela nossa formação social, pela dominação burguesa e democracia blindada, conforme abordado anteriormente. O que predomina no Brasil é uma cidadania que reproduz cotidianamente as desigualdades de classe, mas também de raça, gênero e orientação sexual. A precarização nas relações de trabalho impede trabalhadores e trabalhadoras de acessarem direitos trabalhistas. O sexismo intensifica a desigualdade de gênero, pois às mulheres não são garantidos os mesmos direitos, salários e condições de trabalho assegurados aos homens. O racismo impede pessoas negras de acessarem os mesmos direitos de pessoas brancas e a violência policial contra a juventude negra destrói seus direitos civis e políticos de viverem e circularem sem medo. A LGBTfobia impede pessoas lésbicas, gays, transexuais/corpos dissidentes de acessarem diversos direitos assegurados às pessoas cisgêneros, especialmente o direito a viver em segurança e sem preconceito e violência. A exploração e destruição das florestas e das águas expropriam o direito à terra e à vida dos povos originários. A aporofobia cria

óbices ao acesso da classe trabalhadora urbana aos direitos à cidade, com moradia digna, água potável, segurança, educação, cultura e que deveriam ser componentes indissociáveis da cidadania. E estes não são processos resultantes de uma (des)democracia provocada pelo neoliberalismo.

A destruição e/ou redução dos direitos instaurados no regime democrático liberal, e cuja implementação nunca foi plenamente concretizada no contexto da “democracia blindada”, constitui uma avalanche expropriatória de parte do fundo público (Boschetti, 2017; Behring, 2018; 2021) antes acessado pela classe trabalhadora. No capitalismo periférico e dependente, especialmente na América Latina e Caribe, em que sua participação na reprodução da força de trabalho sempre foi mais restrita e mais favorável ao capital, a ofensiva burguesa, em sua luta pela recomposição das taxas de lucro, provoca um verdadeiro processo de expropriação dos direitos, que recoloca sob novas bases a reprodução da força de trabalho (Boschetti, 2023).

Com base em Marx (1984, p. 262), para quem “a expropriação rouba dos trabalhadores seus meios de produção e todas as garantias de sua existência”, defendemos que a destruição de direitos, especialmente dos direitos sociais, reconfigura a participação do Estado social na socialização dos custos da reprodução da força de trabalho (e de não trabalhadores/as), agindo de forma mais contundente para garantir a acumulação de capital e assegurar a base social do Capital (Fontes, 2010). Os processos expropriatórios de direitos intensificam a disponibilização de trabalhadores e trabalhadoras para a superexploração (Carcanholo, 2013; Luce, 2013) e renovam formas de acumulação e extração de mais valor, a exemplo da mercantilização de políticas sociais que asseguravam prestação de serviços e bens públicos (trabalho, previdência, saúde, educação, moradia, lazer, entre outras). A destruição e/ou redução de direitos (e sua mercantilização) são, portanto, processos de expropriação massiva de bens coletivos, que suprimem meios comuns necessários à reprodução da força de trabalho, o que provoca

agressiva reapropriação, pelo capital, de parte do fundo público antes destinado aos direitos conquistados pela classe trabalhadora (Behring, 2021; Boschetti, 2017).

O Estado, ao propor, aprovar e materializar as leis que suprimem direitos sociais, garante as ferramentas necessárias para sustentar as bases sociais da acumulação, conforme sinalizam Fontes (2010; 2018) e Bensaïd (2017), para quem as leis vêm se tornando os principais instrumentos de expropriação, institucionalizando a violência estatal contra os direitos. Essa violência estatal institucionalizada destrói as “barreiras sociais à contrato voluntário com o capital” como sinalizou Marx (2013, p. 373-374) e obriga a classe trabalhadora a “vender a si e a suas famílias” sem nenhuma mediação protetiva pública. Sem dispêndio público em sua reprodução, a força de trabalho obriga-se a vender sua força de trabalho a qualquer custo, sujeitando-se às mais brutais formas de exploração e, portanto, gerando mais excedente, portanto, mais acumulação.

A redução dos sistemas públicos de seguridade social, e em decorrência a expansão dos sistemas privados de saúde e previdência social, que se sucede desde os anos 1990, em praticamente todos os países capitalistas, concretiza formas de expropriação social, por meio da “alienação dos domínios do Estado” (Toussaint, 2011), a partir de diversos mecanismos, a exemplo:

- 1) a redução do fundo público nas políticas sociais e sistemas de seguridade social restringe a participação do Estado no processo de distribuição de parcelas do excedente e do trabalho necessário, e desloca importante fração para a acumulação, por meio de pagamento de juros e amortizações da dívida pública, ou por meio de subvenções aos fundos de pensões públicos (regimes fechados de seguros administrados por Fundos de Pensões) e privados (regimes abertos de seguros instituídos majoritariamente por bancos ou seguradoras privadas), além do estímulo aos planos privados de saúde, favorecendo a redistribuição social global da mais valia com vantagens para um grupo específico de capitalistas;

2) a supressão ou diminuição de direitos sociais de saúde e previdência, obriga a classe trabalhadora a dispender parte de seu salário com a compra desses bens e serviços no mercado, operando a transformação dos direitos em mercadorias. Opera-se aqui uma dupla subsunção do trabalho ao capital: subtração de direitos sociais de subsistência que obriga os trabalhadores a disponibilizar sua força de trabalho no mercado; e a mercantilização de direitos que passam a ser mercadorias disponíveis no mercado;

3) a destruição ou redução de direitos do trabalho, e outros derivados como aposentadoria, seguro desemprego, seguro saúde, reduz a participação do Estado Social na reconstituição física da força de trabalho, e obriga a classe trabalhadora a oferecê-la no mercado a qualquer custo e em qualquer condição.

O Estado Social reduz cada vez mais sua função de proteção social e satisfação das necessidades sociais e intensifica sua funcionalidade ao capital, limitado o aumento das despesas públicas pela via da restrição/redução dos direitos, estimulando a oferta mercantil destes serviços e assegurando a subsunção da classe trabalhadora, em flagrante contraofensiva do capital, mediada pelo Estado.

Para finalizar

Neste mês de novembro, em que se realiza este Seminário, vale lembrar o manifesto da Deputada Federal por Minas Gerais, Célia Xakriabá, que “antes do Brasil da coroa existe o Brasil do cocar”. Também existe o Brasil que somente em 2003 aprovou legalmente a inclusão do dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”, e somente em 2024 sancionou a Lei que torna esse dia um feriado nacional: “Dia da Consciência Negra e Dia Nacional de Zumbi dos Palmares”, a quem é atribuída a frase “Nascer negro é consequência, ser negro é consciência”, e reafirma a resistência negra e a luta pela liberdade e igualdade racial que atravessa séculos da nossa história.

A República que se orgulha de estar entre as nações que mais produzem riqueza no mundo, também é a “República da Desigualdade”, que agudiza as distâncias abissais entre ricos e pobres e reproduz dramáticas violações de direitos humanos, que se sucedem no racismo estrutural e institucional contra pessoas negras, mesmo sendo legalmente reconhecido como um crime inafiançável; na permanência de 54,7 milhões de pessoas em condição de insegurança alimentar e 6,48 milhões em situação de insegurança alimentar grave, que vivenciam a fome cotidianamente; na persistência de desigualdades estruturais entre pessoas brancas e negras no acesso a trabalho, direitos, moradia, saúde, lazer e educação; na aquiescência de crimes ambientais que atingem majoritariamente populações negras, periféricas, territórios tradicionais, indígenas, quilombolas e camponeses.

As contradições entre a pretensa igualdade formal e a desigualdade real não cabem em descrições sumárias. Direitos humanos não se definem e nem se limitam ao estabelecido nas leis. Essas são tão somente a expressão democrática burguesa do que os poderes instituídos reconhecem. Nos lembra Carlos Drummond de Andrade, que “As leis não bastam. Os lírios não nascem da lei”. Os direitos brotam das mãos de homens e mulheres que semeiam sonhos, projetos e lutas. Defender intransigentemente os direitos humanos, políticos e sociais requer se insurgir contra os limites da cidadania burguesa, lutar contra todas as violações que impedem ou limitam o acesso aos direitos. Defender direitos também nos exige coragem para ir além e defender a genericidade humana e a diversidade que nos particulariza como seres múltiplos e diversos.

Defender direitos não pode se limitar ao conformismo da cidadania burguesa e da emancipação política no capitalismo. A defesa dos direitos pressupõe entendê-los como mediação fundamental no fortalecimento das lutas da classe trabalhadora pela emancipação humana. Em resposta à questão posta por Wendy Brown, sim, nós queremos fortalecer a radicalidade democrática porque almejamos fortalecer o socialismo, porque não

renunciamos ao socialismo, como nos conclamou Rosa Luxemburgo.

Referências

BADARÓ-MATTOS, Marcelo. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. 2ª ed., São Paulo: Expressão Popular, 2009

BADARÓ-MATTOS, Marcelo. Algumas observações sobre o Estado burguês e a democracia realmente existente no Brasil contemporâneo. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. (org.). **Que política social para qual emancipação?** Brasília: Abaré Editorial, 2018.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social - fundamentos e história**. São Paulo: Ed. Cortez, 2006

BEHRING, Elaine Rossetti. **Fundo público, valor e política social**. São Paulo: Cortez, 2021.

BEHRING, Elaine Rossetti. Estado no capitalismo: notas para uma leitura crítica do Brasil recente. In BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti; LIMA, Rita de Lourdes de. **Marxismos, política social e direitos**. São Paulo: Editora Cortez, 2018.

BENSAÏD, Daniel. Apresentação - Os despossuídos: Karl Marx, os ladrões de madeira e o direito dos pobres. In: MARX, Karl. **Os despossuídos - debates sobre a lei referente ao furto da madeira**. São Paulo: Boitempo, 2017.

BENSAÏD, Daniel. Prefácio. In: MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Editora Boitempo, 2010.

BOSCHETTI, Ivanete. Expropriação de direitos, superexploração e desigualdade de classe, gênero e raça no Brasil recente. In BOSCHETTI, Ivanete et al. (org.) **Os direitos não cabem no estado: trabalho e política social no capitalismo**. São Paulo, Editora Usina, 2023. Disponível em: <<https://blogdausinaeditorial.wordpress.com/2025/10/10/os-direitos-nao-cabem-no-estado-ebook-gratuito/>>.

BOSCHETTI, Ivanete. A insidiosa corrosão dos sistemas de proteção social europeus. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 754-803, out./dez., 2012.

BOSCHETTI, Ivanete. Dívida pública e expropriação social. **Revista Advir**, Rio de Janeiro, n. 36, p. 37-49, jul. 2017. Disponível em: <https://www.asduerj.org.br/images/advir/pdf_revista/ADVIR36comp2.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2025.

BOSCHETTI, Ivanete. Expropriação de direitos e reprodução da força de trabalho. In: BOSCHETTI, Ivanete. (org.) **Expropriação e direitos no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo** - A ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politéia, 2019.

BROWN, Wendy. **Les habits neufs de la politique mondiale, néolibéralisme et néoconservadorisme**. Paris: Les Prairies Ordinaires, 2007.

BROWN, Wendy. Pesadelo americano: neoliberalismo, neoconservadorismo e des-democratização. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 68, e024064, 2024. Disponível em: <<https://doi.org/10.15210/caduc.vi68.27547>>. Acesso em 18 nov. 2025.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. (Im)Precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho. In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer (org.). **Desenvolvimento e dependência**: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: Ipea, 2013. Disponível em: <https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_desenvolvimento_dependencia.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2025.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Commun** - essai sur la révolution ao XXI^{ème} siècle. Paris: La Découverte, 2014.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Marx, prénom: Karl**. Paris: Éditions Gallimard, 2012.

DEMIER, Felipe. **Depois do golpe**. A dialética da democracia blindada no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

DEMIER, Felipe. **Crônicas do caminho do caos**: democracia blindada, golpe e fascismo no Brasil atual. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2005.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 4ª ed. São Paulo: Global Editora, 2009.

FLORA, Peter; HEIDENHEIMER, Arnold Joseph. **The development of welfare state in Europe and in America**. New Brunswick: Transaction Books, 1981.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo** - teoria e história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

FONTES, Virgínia. A transformação dos meios de existência em capital – expropriações, mercado e propriedade. In: BOSCHETTI, Ivanete. (org.) **Expropriação e direitos no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018.

IANNI, Octávio. A questão social. **Revista USP**, São Paulo, v. 3, n. 145, p. 145-154, set./nov., 1989. Disponível em: <<https://revistas.usp.br/revusp/article/view/25490>>. Acesso em: 18 nov. 2025.

IASI, Mauro. **As metamorfoses da consciência de classe**: o PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

LUCE, Mathias Seibel. A superexploração da força de trabalho no Brasil: evidências da história recente. In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer (org.). **Desenvolvimento e dependência**: Cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: Ipea, 2013. Disponível em: <https://portal.antigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_desenvolvimento_dependencia.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2025.

LUXEMBURGO, Rosa de. **Reforma ou revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2010

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1982.

MARINI, Ruy Mauro. A dialética da dependência. 10ª ed. México: Editora Era, 1990 (1ª edição, 1973). In: TRANSPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (org.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm>>. Acesso em: 18 nov. 2025.

MARTINI, Vanderlei; BOSCHETTI, Ivanete. A Decadência ideológica da burguesia no contexto brasileiro. In: SILVA, Mossicleia Mendes da et al. (org.). **Capitalismo, crise e Estado**: ataques à natureza, aos direitos e ao trabalho. Coleção José Paulo Netto, v. 9. Uberlândia: Navegando Editora, 2024. Disponível em: <<https://www.editoranavegando.com/livro-9>>. Acesso em 18 nov. 2025.

MARX, Karl. A assim chamada acumulação primitiva. **O Capital**, v. 1, livro primeiro, tomo 2, capítulo XXIV. Coleção Os Economistas. Ed. Victor Civita, 1984

MARX, Karl. **Crítica do programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, [1875] 2012.

PACHUKANIS, Evguiéni B. **Teoria geral do direito e marxismo**. São Paulo: Boitempo, [1929] 2017.

TOUSSAINT, Éric; MILLET, Damien. (org.). **La dette ou la vie**. Bruxelles: Éditions Aden, 2011.

URBÁN, Miguel. **Trumpismos**: neoliberais e autoritários - Radiografia da direita radical. São Paulo: Usina Editorial, 2025

CAPÍTULO 2

ANTICOMUNISMO E OPOSIÇÕES AO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: CONTRIBUIÇÃO PARA A CRÍTICA DAS TENDÊNCIAS REGRESSIVAS NA CONTEMPORANEIDADE

José Rodolfo Santos da Silveira

Introdução

No capítulo a seguir, trataremos das relações contraditórias entre a imperiosa defesa dos valores atinentes ao projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro e o crescimento de perspectivas reacionárias que advogam pelo aprofundamento dos ataques do mundo do capital ao conjunto da classe trabalhadora. Tais ataques se expressam sob a forma do “ultraneoliberalismo” e da disseminação de (des)valores que, em nome do combate ao chamado “politicamente correto”, expõem segmentos oprimidos da classe trabalhadora a novas e antigas formas de violência e desproteção. Reforçam-se, assim, os traços do racismo estrutural, do machismo, do patriarcado, da cis-heteronormatividade, do capacitismo e de tantas outras formas de legitimação da superexploração e da violência.

Os fatores que determinaram o crescimento do campo político que denominamos “extrema direita” no Brasil — em suas diferentes nuances reacionárias, neofascistas, conservadoras e religiosas — são indissociáveis de determinantes econômicos e sociais que incidem na formação econômica e social do país. O visível crescimento desse campo no conjunto da sociedade não constitui um fenômeno puramente ideológico ou sociológico: ele encontra raízes na base material da sociedade, nas relações sociais que constituem o modo de produzir e reproduzir no capitalismo e

compõe às estratégias burguesas, neoliberais e ultraneoliberais, de enfrentamento do capital à sua própria crise.

Este trabalho se inscreve no esforço coletivo de refletir sobre a história contemporânea do Serviço Social. O avanço dessas visões de mundo conservadoras, ultraneoliberais e reacionárias na sociedade impacta diretamente a disputa entre projetos societários no Brasil. Diante disso, compreendendo que as disputas em torno de projetos profissionais estão intrinsecamente relacionadas às disputas societárias, buscamos analisar as implicações do crescimento dos segmentos ligados à extrema direita — em suas expressões ultraneoliberais, neofascistas, reacionárias e conservadoras — no contexto da sociedade brasileira contemporânea.

Serviço Social brasileiro em “contracorrente”

A gente vai contra a corrente
Até não poder resistir
Na volta do barco é que sente
O quanto deixou de cumprir.
(Chico Buarque)

A denominação do projeto profissional crítico do Serviço Social como projeto ético-político indica a necessária vinculação entre o debate sobre o trabalho e a formação profissional e a discussão acerca dos projetos societários (Netto, 1999). A compreensão das correlações de forças em movimento na sociedade burguesa é, portanto, elemento essencial para a construção de um projeto profissional articulado a um projeto de transformação social, voltado à eliminação da exploração capitalista e ao enfrentamento de todas as formas de opressão que se estruturam na sociedade brasileira a partir do “nexo estruturante entre gênero, raça e classe” (Fornazier, 2023).

A renovação crítica do Serviço Social foi, assim, um processo em que setores organizados da profissão, a partir da década de 1970, se vincularam a projetos que se colocavam na “contracorrente” dos ideais dominantes na sociedade burguesa

brasileira. A crítica oriunda do movimento de reconceituação latino-americano, em sintonia com o crescimento das mobilizações anti-imperialistas, questionava, sobretudo, uma direção social da profissão que, sob a aparência de neutralidade e despolitização, alinhava-se aos interesses institucionais e por conseguinte de segmentos burgueses.

Nessa perspectiva, a ruptura com o conservadorismo no Serviço Social brasileiro, especialmente no âmbito da formação profissional, possibilitou compreender o papel da contradição, da mediação, da historicidade e da compreensão de “totalidade” na análise dos fenômenos sociais, superando visões pragmáticas e imediatistas. Contudo, do ponto de vista teórico-metodológico, exige-se o exercício contínuo da pesquisa e o aprofundamento dos debates críticos, de modo a compreender as transformações em curso no desenvolvimento capitalista e construir respostas profissionais capazes de materializar o projeto ético-político, hegemonicamente sustentado pelo Serviço Social brasileiro, nas últimas décadas. Compreende-se, portanto, que a ruptura com o conservadorismo é uma tarefa permanente:

Romper hegemonicamente com o conservadorismo e situar-se na mediação entre as necessidades sociais e a realização de direitos na sociabilidade capitalista obriga o Serviço Social a conviver permanentemente com tensões próprias das relações sociais capitalistas, inscritas no imperativo permanentemente com tensões próprias das relações sociais capitalistas, inscritas no imperativo de permanente produção e reprodução do capital, ou como afirma Marx (2009, p. 151): “O limite da produção é o lucro e jamais as necessidades dos produtores (Behring; Boschetti, 2016, p. 131).

Na década de 1990, ao mesmo tempo em que se consolidava a direção social crítica da profissão de Serviço Social, os assistentes sociais se depararam com uma profunda redefinição das políticas públicas e sociais, sustentada pela retórica de uma suposta crise econômica e pela necessidade de redirecionar o conjunto das estruturas do Estado para sua superação.

Diante desse cenário, tornou-se comum a remissão ao neoliberalismo como sinônimo de “Estado mínimo” ou como um simples retorno ao receituário do liberalismo clássico. Contudo, ambas as leituras se revelam equivocadas e incapazes de apreender o fenômeno em sua complexidade, uma vez que desconsideram suas mediações históricas e o capturam de forma fragmentada, desvinculada dos movimentos da totalidade concreta, expressa em suas múltiplas manifestações.

Nesse contexto, coube à formação profissional em Serviço Social problematizar a aparência do neoliberalismo como uma contingência histórica ou uma tendência irreversível, desvelando seu caráter profundamente conservador. Entretanto, é fundamental que os espaços formativos apreendam as transformações do período denominado neoliberal na regulação dos conflitos entre as classes e frações de classe, além das redefinições aparentes nas estruturas de Estado. Importa, ainda, ressaltar as diferenças substantivas entre o liberalismo clássico — representado por autores como Adam Smith — e as formulações neoliberais de pensadores como Friedman, Hayek e seus seguidores, por último outras versões mais radicais do neoliberalismo inspirada em autores como Rothbard (2018) e Mises (2018).

Sobre as origens dos pressupostos neoliberais, Dardot e Laval (2016) destacam o evolucionismo biológico ou darwinismo social de Herbert Spencer (1820-1903) como um momento de deslocamento do liberalismo de seu eixo original — centrado na divisão do trabalho e nas trocas — para a exaltação da concorrência. Segundo os autores (Dardot; Laval, 2016, p. 55), o “concorrencialismo” renovou as expectativas do *laissez-faire* na virada do século XIX para o XX. Posteriormente, o evolucionismo biológico seria abandonado, mas não o apelo à concorrência, que se mantém como princípio estruturante no pensamento neoliberal. Essa concepção está profundamente presente na propaganda “ultraneoliberal” que adentra o Serviço Social e determina aspectos centrais do que denomino “liquidacionismo” e sua defesa do papel

redentor do mercado, constituindo visões ultraneoliberais da profissão (Silveira, 2022).

O neoliberalismo em seus diferentes ramos, será profundamente marcado por esse evento, mesmo quando o evolucionismo biológico for abandonado. Será evidente que a concorrência é, como luta entre rivais, o motor do progresso das sociedades e que todo o entrave que se coloca a ele, em particular pelo amparo às empresas, aos indivíduos ou mesmo países mais fracos, deve ser considerado um obstáculo à marcha contínua da vida. Infelizes dos vencidos na competição econômica (Dardot; Laval, 2016, p. 54).

Dardot e Laval (2016) destacam que o neoliberalismo não implica o enfraquecimento do Estado, mas lhe atribui um papel central na garantia do funcionamento adequado do mercado. Essa concepção é evidente, por exemplo, no pensamento de Mises (2018), que enfatiza reiteradamente a necessidade de assegurar os fundamentos da “economia de mercado” capitalista. O autor chega a defender uma militância ativa em prol do mercado e contra o que denomina “intervencionismo”. Não surpreende, portanto, que setores ultraneoliberais recorram ao pensamento de Mises (2018) como referência, tanto na sociedade brasileira quanto entre os adversários — internos e externos — do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro.

“Crise econômica”, política da crise e crise da política

Podemos perceber que, assim como a crise do petróleo no final da década de 1970 foi elemento central para a consolidação do receituário neoliberal, a crise desencadeada a partir dos títulos *subprimes* norte-americanos em 2008 — que levou à bancarrota instituições financeiras e ao superendividamento de milhares de trabalhadores — produziu importantes inflexões no interior das frações dominantes, as quais intensificaram a ofensiva ideológica em defesa do capitalismo e das supostas virtudes do mercado. Contudo, é fundamental evitar o risco determinista de explicar o

crescimento da extrema direita no Brasil e no mundo apenas como decorrência da crise econômica de 2008.

Gramsci (2007) alertava para o equívoco de equiparar “crise econômica” e “crise histórica”, como se os acontecimentos históricos fundamentais fossem resultados imediatos de perturbações econômicas. Embora o fator econômico possua relevância, ele não constitui o único elemento capaz de gerar a “crise orgânica”, que põe em xeque a estabilidade do poder burguês e não conduz, de forma mecânica, a saídas de tipo fascista.

Nessa direção, Mota (2018) chama atenção para a amplitude da crise orgânica que sustenta o avanço do conservadorismo e do (neo)fascismo, expressos pelo golpe de 2016 e o movimento político que possibilitou a ascensão de Bolsonaro ao poder e o fortalecimento da extrema direita.

Essa crise incide nas esferas da economia, da política e da formação de cultura e sociabilidades, determinando o surgimento de renovadas estratégias de gestão da crise que, sob determinadas condições objetivas, criam um campo de forças em torno da luta pela hegemonia (Mota, 2018, p. 135).

A crise orgânica, ao provocar a ruptura entre frações de classe e seus representantes políticos, está nas origens do fascismo histórico. Contudo, como adverte Melo (2020), a “crise orgânica” não produz necessariamente o fascismo, embora constitua uma de suas condições de possibilidade e um terreno favorável ao seu desenvolvimento.

Outro processo de crise política entre frações de classe no Brasil, permitiu a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) à Presidência da República em 2003 — por meio de uma aliança que incluía um vice-presidente oriundo do Partido Liberal (PL). No contexto de crise do início dos anos 2000, parte da esquerda foi incorporada cada vez mais aos espaços institucionais de poder, com a vitória de Lula à presidência da república em 2002, ao custo do apaziguamento dos conflitos de classe resultantes das políticas neoliberais e de sua permanência como estruturante da acumulação capitalista na contemporaneidade.

E o que muda na mudança?

O que muda na mudança,
se tudo em volta é uma dança
no trajeto da esperança,
junto ao que nunca se alcança?
(Carlos Drummond de Andrade)

O conceito gramsciano de *transformismo* é fundamental para compreender a relevância do processo de apaziguamento do movimento dos trabalhadores italianos diante do avanço fascista. Essa categoria é frequentemente utilizada para descrever o processo de adesão de segmentos da esquerda no Brasil à ordem burguesa durante os governos do PT. Foi justamente nesse cenário de apaziguamento dos conflitos de classe que se desenvolveram no país as perspectivas neofascistas, ultraneoliberais e reacionárias que culminaram no bolsonarismo.

Antônio Gramsci, ao analisar a realidade italiana de ascensão do fascismo, evidenciava como a burocratização das lideranças sindicais e o fenômeno que denominou transformismo — quando setores das classes subalternas passam a defender interesses burgueses — atuaram como freio importante à luta antifascista na Itália (Calil, 2019).

Gramsci é precursor desse tipo de análise que articula o crescimento do fascismo às estratégias da esquerda em seu enfrentamento. Calil (2019, p. 47) salienta que “a reflexão de Gramsci é extremamente rica e pertinente para pensar contextos e conjunturas distintos, ainda que com as devidas mediações e com a necessidade de evitar qualquer transposição mecânica”. Sobre isso, Arcary (2020) destaca uma certa linha de atuação que atribui a vitória de Bolsonaro às forças de esquerda, como se estas possuíssem “superpoderes” capazes de deflagrar uma greve geral e derrubar o governo, classificando tais visões como “teoria da conspiração” e “pensamento mágico”.

Ainda que se reconheça que o enfraquecimento das resistências ao fascismo seja resultado do transformismo e de anos

de apaziguamento dos conflitos de classe no Brasil, é necessário apontar que uma postura meramente denunciante aproxima-se do isolacionismo e conduz a táticas fadadas ao fracasso, por desconsiderar a “análise concreta das relações de força”, no sentido atribuído por Gramsci (2007).

Além das características que particularizam a crise no Brasil como “crise orgânica” e o surgimento do neofascismo bolsonarista como alternativa de poder, o crescimento da extrema direita é também um fenômeno internacional, como foi o fascismo histórico do início do século XX. Contudo, não se deve incorrer em transposições mecânicas entre realidades distintas.

Um exemplo de leitura inadequada é apontado por Melo (2020), ao criticar comentaristas internacionais que interpretavam o bolsonarismo como um “trumpismo tropical”, estabelecendo uma equivalência entre a liderança de Trump no tradicional Partido Republicano e a ascensão de Bolsonaro como outsider, impulsionado por uma sequência de golpes e crises, como forma de resolução transitória das disputas entre frações burguesas. Melo (2020) ressalta que Trump, diferentemente de Bolsonaro, é parte da política hegemônica estadunidense, dado seu vínculo orgânico com a máquina partidária conservadora republicana, e adverte que identificá-lo ao fascismo é insustentável, ainda que pequenos grupos neofascistas tenham aderido ao seu projeto.

Entretanto, os desdobramentos históricos posteriores à publicação do texto de Melo (2020) indicam a possibilidade real de fascistização do trumpismo. Elementos que apontam nessa direção incluem o questionamento da institucionalidade burguesa por meio da negação do resultado eleitoral que elegeu Joe Biden, a invasão do Capitólio e a radicalização de segmentos trumpistas e do próprio governo. Ainda assim, Trump conseguiu reorganizar setores de seu partido, expandir sua base e recolocar a extrema direita em posições centrais de poder a partir de 2025.

Arcary (2020) reforça essa crítica, ao afirmar que o reacionarismo da extrema direita não deve ser confundido com fascismo, pois “nem toda extrema direita é neofascista”. Assim, é

fundamental compreender tanto as bases materiais do crescimento de movimentos reacionários da extrema direita mundial quanto às particularidades do neofascismo bolsonarista. A pesquisa sobre a extrema direita, embora deva escapar a pura análise das ideias, não pode prescindir de um retorno crítico à trajetória das ideias conservadoras, liberais e fascistas no século XX no Brasil.

Para além do apelo ao conservadorismo religioso, do anticomunismo (ressignificado no antipetismo) e do revisionismo que marca as disputas de memória sobre as ditaduras empresariais-militares, o bolsonarismo também se articula com tradições de movimentos fascistas brasileiros, sobretudo o integralismo, representado pelos grupos neointegralistas que compuseram sua base de apoio, ocuparam cargos no governo Bolsonaro e seguem disputando esse legado histórico. Gonçalves e Neto (2020), ao tratarem da história do movimento integralista e neointegralista brasileiro, apontam que:

Alguns traços unem o governo Bolsonaro e o fascismo histórico: o conservadorismo, o anticomunismo, o uso das teorias de conspiração e a visão de um mundo baseado na diferenciação entre amigos e inimigos. Por essas razões, por mais que os neofascistas se julguem representados, eles procuram ampliar a presença das suas bandeiras no governo brasileiro. Os neointegralistas não fariam diferente disso (Gonçalves; Neto, 2020, p. 194),

A aparência antissistêmica com que os segmentos da extrema direita brasileira se apresentam integra uma estratégia discursiva que busca legitimá-los como alternativa à barbárie econômica, social e política engendrada pelo neoliberalismo, ao tempo em que propõe a sua radicalização. No entanto, a aliança entre ultraneoliberalismo e conservadorismo de viés autoritário é herdeira, simultaneamente, da tradição liberal-conservadora no mundo ocidental quanto de uma tradição conservadora própria à formação econômico-social brasileira.

Chaloub (2020) ressalta que há argumentos de “longa duração” na história do conservadorismo no Brasil, ainda que, em

suas visões de mundo e discursos, possam ser identificados elementos que os diferenciam de outros períodos históricos.

Se despontam, por certo, mudanças, seja pelo modo de construção de identidades políticas ou pelo lugar de determinados discursos e ideias, há, por outro lado, continuidades que merecem ser destacadas. Mesmo que tais continuidades, como no caso em análise, ganhem sentidos diversos em conjunturas distintas (Chaloub, 2020, p. 164).

O autor supracitado (2020) aponta que “o anticomunismo muitas vezes serviu de guarda-chuva para abrigar frentes de direita integradas por grupos heterogêneos”. Esse apelo ao anticomunismo manifesta-se nas características que tornaram possível a eleição de Bolsonaro e guarda semelhanças com o campo que, no interior do Serviço Social, tem se articulado em torno da defesa da liquidação do projeto ético-político.

A força da tradição anticomunista no Brasil remonta, pelo menos, à década de 1930 e, segundo Sá Motta (2019), ganhou bases mais profundas com a Revolução Russa de 1917 e com a insurreição revolucionária de 1935 no Brasil. De acordo com o autor, haveria “três matrizes distintas de inspiração” desse anticomunismo: o cristianismo, o nacionalismo e o liberalismo. No que se refere às semelhanças, pode-se afirmar que o antipetismo bebe das mesmas fontes do anticomunismo tradicional. O fundamento religioso da recusa moral à esquerda permanece o mesmo, assim como a insistência em associar o “perigo vermelho” a uma suposta ameaça estrangeira à pátria, mesmo diante de lideranças que buscam apoio para suas pautas na presidência dos Estados Unidos da América.

O tema da liberdade ameaçada pelo autoritarismo socialista também se mantém, ancorado na defesa das virtudes do mercado e do individualismo frente aos “males” da intervenção estatal (Sá Motta, 2019). Considerando o anticomunismo como argumento e discurso articulador de frentes de direita voltadas contra os interesses populares, desfaz-se a ideia de um bloco monolítico na extrema direita. Chaloub (2020, p. 164), ao analisar os intelectuais que compõem essas frentes, identifica a presença de três linguagens

predominantes — a reacionária, a neoconservadora e a ultraliberal — e demonstra a continuidade dos argumentos que as atravessam.

Adversários do projeto ético-político e suas relações com o anticomunismo.

Nas disputas contemporâneas em torno do projeto profissional do Serviço Social, o anticomunismo atua como uma amálgama entre segmentos abertamente ultraneoliberais, conservadores e reacionários. O papel desempenhado por esse discurso torna-se evidente ao observarmos que, além de incorporar expressões típicas do anticomunismo brasileiro, os adversários do projeto ético-político mantêm unidade precisamente nesses elementos anticomunistas.

Um exemplo ilustrativo dessa convergência pode ser identificado na página do Facebook mais expressivas desse campo, que foi originalmente registrada com o nome “contra revolução comunista” (Silveira, 2022). No entanto, neste trabalho, compreende-se que cada uma dessas linguagens — reacionária, religiosa e neoconservadora — corresponde a argumentos predominantes em diferentes matrizes do anticomunismo, conforme apresentado por Sá Motta (2019).

A linguagem que Chaloub denomina reacionária é hegemônica na matriz cristã; a linguagem neoconservadora predomina nos segmentos patrióticos organizados em torno da defesa da ditadura e articulados ao pensamento xenófobo da nova direita europeia e norte-americana, como exemplificado em Scruton (2019a); e a linguagem ultraliberal é herdeira direta da matriz liberal.

Há, sem dúvida, a preponderância de linguagens em determinados meios e personagens. Assim, o apoio de Bolsonaro no mercado financeiro e no setor de serviços decorre sobretudo da sua adesão a uma linguagem ultraliberal, sua popularidade nos meios militares das narrativas neoconservadores, e sua mobilização nos meios olavistas, e em outros setores radicais, passa pelos símbolos reacionários presentes em sua narrativa (Chaloub, 2020, p. 177).

Como já ressaltado por Chaloub (2020) e Sá Motta (2019), essas distinções não são rígidas, e tanto as matrizes quanto as linguagens se imiscuem na frente anticomunista conservadora — tanto em sua gênese, no século XX, quanto em suas releituras na aliança entre conservadorismo e ultraneoliberalismo na atualidade. A composição ministerial do governo Bolsonaro ilustra de forma eloquente essa convergência: a presença de Paulo Guedes, no Ministério da Economia, de Damare Alves, no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e de um representante evangélico no Ministério da Educação, constitui talvez a expressão mais nítida da aliança entre o ultraneoliberalismo e o conservadorismo no Brasil contemporâneo. Tal arranjo evidencia, como aponta Chaloub (2020), a correspondência entre as linguagens — reacionária, neoconservadora e ultraliberal — e os sujeitos políticos que compõem as frentes da extrema direita.

Segundo declarações do próprio Bolsonaro, em razão da sua plena ignorância em temas econômicos, Guedes teria total liberdade para implementar seu programa. Como foi amplamente noticiado na imprensa à época, o futuro ministro era um dos grandes fiadores do Governo perante a burguesia nacional e alguns meios de comunicação, como o grupo Globo, onde Guedes escrevera durante onze anos (Chaloub, 2020, p. 158).

Entretanto, as raízes dessa aliança possivelmente se encontram em outra imagem: a dos representantes da jovem direita libertária, que, no período posterior a 2013, se transformaram em autoproclamados “lutadores incansáveis” contra a corrupção atribuída ao PT, reunindo-se em torno de figuras como Eduardo Cunha, político evangélico oriundo do Centrão. A confluência entre o ultraneoliberalismo, o conservadorismo e as organizações neofascistas começou, portanto, a se consolidar antes mesmo da eleição de Bolsonaro, num movimento que ganhou força a partir das jornadas de junho de 2013 e do progressivo alinhamento dessas correntes em torno de um projeto político autoritário e antipopular.

No que toca o liberalismo, no quadro atual as ideias mercadistas são mais fortes que em contextos anteriores, basta dizer que o governo mais liberal da

ditadura, o de Castelo Branco criou o sistema previdenciário público universal e expandiu o sistema sindical corporativista em direção aos trabalhadores rurais, além de ter criado novas empresas estatais (Sá Motta, 2019, p. 96).

Conservadorismo atual e ultraneoliberalismo

A aceitação e divulgação contemporânea do pensamento de Róger Scruton (2019a), inclusive no Serviço Social, não é um mero acaso, o conservador britânico defende o enfrentamento ao multiculturalismo e ao “politicamente correto”, nos mesmos marcos. No entanto, em Scruton (2019a), a oposição que antes era dirigida ao socialismo real é desviada para as religiões minoritárias da Inglaterra e a influência multiculturalista na derruição dos valores cristãos ocidentais, que seriam responsáveis pela civilização.

Na análise da propaganda dos segmentos ultraneoliberais conservadores e reacionários, Silveira (2022) identifica a importância do pensamento de Scruton (2019b) para os sujeitos alinhados com o liquidacionismo profissional e este é um dos muitos indicativos de sua vinculação com as frentes da extrema direita não apenas pela defesa de suas bandeiras, mas pela incorporação de suas visões de mundo.

É fundamental compreender o processo de surgimento dos sujeitos aparentemente novos que emergem como representantes do conservadorismo e do ultraneoliberalismo nesse contexto. Para tanto, Rocha (2018) recorre ao conceito de “contrapúblicos”, originalmente formulado por Nancy Fraser para analisar formas de resistência de segmentos subalternos, mas posteriormente expandido para outros contextos e sujeitos sociais.

Esse conceito, central na análise da autora, refere-se a modos de organização política em que determinados grupos se constituem como espaços de oposição, construindo a imagem de que estariam sendo silenciados ou oprimidos pelas “maiorias”. A forma de atuação desses contrapúblicos caracteriza-se, entre outros aspectos, pela agressividade no debate público, pelo uso estratégico das redes sociais e pela inversão discursiva, que

transforma posições historicamente dominantes em supostas vozes “marginalizadas”:

O surgimento de contrapúblicos não-subalternos vem crescendo cada vez mais com a popularização da internet (Downey; Fenton, 2002), e de acordo com a literatura especializada poderiam ser considerados como contrapúblicos vários grupos que passaram a atuar nos últimos anos principalmente a partir de meios digitais como os formados por pessoas contra a imigração ilegal (Gring- Pemble, 2012); por céticos em relação à mudança climática (Kaiser; Puschmann, 2017); por evangélicos conservadores contrários à universalidade dos direitos humanos (McIvor, 2018); por apoiadores e apoiadoras da candidatura de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos (Thimsen, 2018), e, como procuro apontar nesta tese, pelos membros da nova direita brasileira em formação de 2006 até 2015 (Rocha, 2018, p. 20).

Assim, embora a extrema direita componha o establishment, sua atuação como contrapúblicos lhe permite apresentar-se como anti-establishment (Rocha, 2018). Essa leitura é fundamental para compreender tanto as formas de organização desses segmentos e o papel central ocupado pelos meios digitais em sua difusão, quanto o modo pelo qual, a partir de um contexto de questionamentos profundos sobre a precarização da vida em 2013, pôde emergir e se fortalecer uma direita conservadora e ultraneoliberal.

No caso do Serviço Social, analisado em Silveira (2022), trata-se de contrapúblicos em sentido amplo: seu discurso corresponde à caracterização proposta por Rocha, sendo disruptivo e anti-establishment. Entretanto, o “establishment” contra o qual se volta não é o Estado ou governo, mas sim o da própria profissão, vinculada a um projeto ético-político anticapitalista e sustentada institucionalmente por órgãos de regulamentação e debate profissional, como os conselhos profissionais - Conselhos Federal e Regionais de Serviço Social (CFESS/CRESS) e a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Nesse sentido, sua retórica de oposição e minoria é paradoxalmente verdadeira, pois expressa uma posição marginal dentro da

categoria, embora esta hegemonia crítica seja resultado de amplos processos democráticos que legitimaram tal orientação e não o fruto de uma “ditadura do projeto ético-político”, como viceja em seus discursos.

Ao analisarmos a realidade fora dos marcos do Serviço Social, mesmo diante da hegemonia neoliberal no Estado brasileiro, os contrapúblicos da nova direita produzem uma narrativa na qual seus ideais aparecem como minoritários e perseguidos, recurso retórico que reforça seu caráter de resistência “moral” e “cultural”. Como demonstra Rocha (2018), as entrevistas com esses sujeitos revelam como a autopercepção de exclusão e censura constitui um dos pilares de sua identidade política e de sua capacidade de mobilização.

Na visão das pessoas que entrevistei, as reações de choque à exposição de certas ideias em público seriam o resultado de uma “hegemonia esquerdista”, fruto sobretudo de intelectuais de esquerda reunidos no PT, mas também no PSDB, que teria se difundido, desde a redemocratização, para as ciências humanas dentro e fora da academia, editoras de livro tradicionais, ONGs e associações civis diversas, e meios de comunicação de massa (Rocha, 2018, p. 18).

O conceito de “contrapúblicos” destaca-se como conceito chave para compreender segmentos ultraneoliberais no Serviço Social, que, tanto na forma quanto nos conteúdos, é fidedigno à descrição apresentada por Camila Rocha (2018) em sua pesquisa. Apesar de fugir do caráter meramente manipulatório, a autora não desconsidera a importância dos *think tanks* pró-mercado nem das articulações com a direita neoliberal brasileira pré-existente — pelo contrário.

Ao se apresentarem como “contrapúblicos” durante os governos petistas, os sujeitos que representam esse discurso não abriram mão dos meios e do suporte institucional da direita liberal; no entanto, comportam-se como uma minoria desrespeitada pela hegemonia da esquerda e construíram um discurso com “um caráter performático/poético específico” (Rocha, 2018). Essa *poética*

é muito presente nos setores ultraneoliberais e reacionários no Brasil, inclusive no Serviço Social.

Por mais que essa leitura da “hegemonia comunista” soe aos iniciados na academia como uma teoria da conspiração sem fundamento, ela foi central na disputa de hegemonia dos últimos anos. Essa construção discursiva foi estratégica para a consolidação da extrema direita como alternativa ao neoliberalismo com aparência progressista e sua defesa de um ultraneoliberalismo abertamente reacionário.

A categoria ultraneoliberalismo, que utilizamos, refere-se tanto ao momento aberto após o golpe parlamentar de 2016 — nas pistas de Behring (2018) — quanto à doutrina que, a partir do anticomunismo, pauta uma agenda de radicalização dos ataques neoliberais sobre o trabalho, com flexibilização, precarização e redução de direitos sociais.

Essa denominação é utilizada como recurso didático para diferenciar esses sujeitos — comumente autorreferidos como “libertários” — dos segmentos reacionários em geral, assim como da direita tradicional defensora do neoliberalismo aparentemente progressista. Compreender essas nuances é essencial para entender os desdobramentos desse ideário na disputa por projetos profissionais no Serviço Social.

Conservadorismos no Serviço Social

Em 2016, período em que Netto escreve seu apelo a uma “Nova história do Serviço Social”, o autor destacava como característica dos críticos à direção social da profissão o fato de não se colocarem abertamente contra o projeto ético-político profissional, mas sim em “invocá-lo como se fora um projeto cujo pluralismo não tem fronteiras e que, portanto, comporta ilimitadas possibilidades de concretização teórica e prática” (Netto, 2016, p. 65).

Esse segmento, que buscava incluir no espectro do projeto ético-político perspectivas antagônicas à direção social crítica que o orienta, configurava-se, segundo Netto, como uma das principais

ameaças à direção social da profissão, pois diluía seus fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos sob o argumento de um pluralismo ilimitado.

E por via de consequência, não creio ser irrazoável- se avançar sem contraposição a influência neoconservadora, notadamente a pós-moderna, mais a resiliência dos condicionantes sociopolíticos que a fomentam- vislumbrar a emergência de uma inflexão na atual direção social da profissão, reversão que, a meu juízo, instaurará o quadro de uma profunda regressividade no movimento do Serviço Social no Brasil (Netto, 2016, p. 61).

Silveira (2022) ao tratar dessa influência neoconservadora destaca seu posicionamento dúbio em face do projeto ético-político profissional, conformando o que denomina como “conservadorismo envergonhado”. Alguns anos depois da leitura de Netto (2016), passamos a conviver com páginas em redes sociais alusivas a defesa de um Serviço Social ultraneoliberal, com franca influência do pensamento de Mises (2018), Rothbard (2018) e posicionamento pela incorporação das visões de mundo conservadoras na formação profissional em Serviço Social (Silveira, 2022).

A emergência da aliança política e social em torno do ultraneoliberalismo e conservadorismo na sociedade brasileira alcançou a profissão e passam a ser de conhecimento público a existência de sujeitos que questionam abertamente o projeto ético político profissional. Tal vertente foi denominada por Silveira (2022) como “conservadorismo escancarado” e possui como particularidade em relação ao conservadorismo envergonhado, o seu posicionamento claro em favor da liquidação do projeto ético-político.

Seu caráter “liquidacionista” está relacionada aos aspectos mais diretamente ligados ao objetivo desses segmentos em destruir o arcabouço teórico-metodológico e o acúmulo nas dimensões ético-política e técnico-operativa que consolidam e materializam o projeto ético-político. Tal denominação, no entanto, avança ao localizarmos a efusiva defesa de setores alinhados com segmentos reacionários, conservadores e neofascistas no interior do Serviço Social com a proposta de emenda constitucional (PEC nº 108/2019)

que inviabilizaria a regulamentação das profissões e o papel fiscalizador dos conselhos profissionais (Silveira, 2022).

Destarte, a liquidação proposta por esses sujeitos avança sobre conquistas jurídico-normativas que garantem a defesa do trabalho profissional competente do Serviço Social frente às requisições profissionais indevidas e tensões entre nosso projeto profissional e demandas institucionais. Raichellis (2020) aponta a relação entre aspectos da regulamentação do trabalho profissional em Serviço Social como profissional liberal e sua inserção no mercado de trabalho como profissionais assalariados como elemento constituinte da relativa autonomia do trabalho profissional. Ao defender a desregulamentação neoliberal de nossa profissão, setores liquidacionistas apontam para a liquidação do projeto profissional ético-político e sua substituição pelas requisições impostas pelas instituições empregadoras, e em última instância, as necessidades mais candentes para a produção e reprodução da ordem do capital.

Mesmo que sujeitos ultraneoliberais e reacionários tenham baixa incidência no debate profissional sua existência não é um dado de pequena importância. Sua estratégia como “contrapúblicos digitais”, e sua profunda conexão com as bases da frente conservadora e ultraneoliberal demonstram que além do “neoconservadorismo” que derrui por dentro o projeto ético-político, tratado por Netto (2016), passam a existir inimigos abertos ao mesmo.

É possível que leituras no campo da esquerda possam atribuir a reação dos oprimidos os motivos para o crescimento do fascismo e não faltam exemplos históricos. Setores da social-democracia europeia, no momento do crescimento do Fascismo histórico, interpretavam o fascismo como uma reação ao bolchevismo e, portanto, como produto de uma resposta burguesa à radicalização da classe trabalhadora. A partir dessa leitura, defendiam a estratégia da colaboração de classes e do apaziguamento dos conflitos sociais. Assim, acabavam por imputar aos trabalhadores organizados em defesa do comunismo a responsabilidade pela

ascensão do Fascismo. Como decorrência dessa visão equivocada, sua defesa intransigente da legalidade institucional contribuiu decisivamente para a derrota dos trabalhadores e para o fortalecimento do Fascismo.

Na realidade brasileira contemporânea é possível uma leitura à esquerda similar a social democracia que sob o risco do crescimento do fascismo propõe a mais arraigada defesa da lei e da ordem e apresentando-se como defensor do Estado democrático de direito. Tal postura esvazia o caráter de classe do Estado Burguês além de reforçar ilusões eleitoralistas. Afastar esse tipo de equívoco analítico é central para o Serviço Social, mantendo a autonomia e radicalidade na defesa do projeto ético-político, embora haja profunda necessidade de construir amplas alianças para enfrentar o reacionarismo.

Considerações finais

A pesquisa sobre a presença e a influência da extrema direita no Serviço Social, especialmente, no que se refere às suas incidências sobre a disputa em torno do projeto ético-político profissional, revela-se de extrema relevância para a categoria. Tal investigação não apenas contribui para a construção de estratégias de defesa e fortalecimento do projeto ético-político, como também possibilita compreender o terreno histórico, político e ideológico no qual se movimentam as e os assistentes sociais na busca por sua materialização cotidiana.

A compreensão dos elementos constitutivos da história contemporânea e das atuais correlações de forças na sociedade é fundamental para a formulação de estratégias e alianças políticas capazes de sustentar o exercício profissional crítico. Essa análise deve, ainda, oferecer novos subsídios para a formação profissional, orientando a construção de um perfil de assistente social apto a enfrentar, com segurança teórico-metodológica e compromisso ético-político, os desafios impostos pelo avanço do

conservadorismo, do reacionarismo e suas expressões na extrema direita política na sociedade brasileira.

A efetividade da intervenção profissional vinculada às lutas pela emancipação humana depende diretamente dessa compreensão crítica da realidade. A construção de respostas profissionais consistentes, que promovam processos de autoconsciência de classe junto aos usuários do Serviço Social e explorem a dimensão pedagógica do trabalho profissional, exige que a categoria compreenda as determinações estruturais e ideológicas que sustentam o atual contexto de regressão social e política.

As influências teóricas, políticas e ideológicas do conservadorismo brasileiro são indissociáveis da análise concreta das condições históricas que possibilitam a difusão desse ideário. O caráter autocrático do Estado brasileiro, a permanência de traços da formação econômico-social marcada pelo escravismo e pelas relações de dominação de classe e seus nexos com o gênero e raça conformam uma base material específica para o capitalismo no Brasil, compreendendo que a base material são as relações sociais, conforme Marx e não apenas a “infraestrutura” econômica. Essa particularidade histórica do Brasil, fundado em desigualdades estruturais e no autoritarismo, confere traços próprios ao conservadorismo e ao liberalismo no Brasil, conformando o ideário da extrema direita que, em tempos recentes, vem também incidindo sobre o campo do Serviço Social.

Diante disso, investigar a incidência da extrema direita na profissão não é apenas um exercício acadêmico, mas uma tarefa política e ética indispensável à defesa de um projeto profissional comprometido com a emancipação humana, com valores democráticos e com a luta contra todas as formas de opressão e exploração. O aprofundamento dessa análise se impõe como parte do esforço coletivo de compreensão da conjuntura e de afirmação de uma prática profissional crítica, vinculada às necessidades históricas da classe trabalhadora de superar a ordem burguesa.

Referências

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Serviço Social e política social: 80 anos de uma relação visceral. *In*: SILVA, Maria Liduína de Oliveira (org.). **Serviço Social no Brasil**: história de resistências e de rupturas com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.

BEHRING, Elaine Rossetti. Fundo público, exploração e expropriações no capitalismo em crise. *In*: BOSCHETTI, Ivanete. (org.). Expropriação e direitos no capitalismo. São Paulo: Cortez Editora, 2018.

CHALOUB, Jorge. A América Latina como outro: um discurso da direita brasileira. **Revista de Discentes de Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos**, São Carlos, v. 8, n. 1, p. 157-201, 2020. Disponível em: <www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica>. Acesso em: 3 jan. 2026.

COELHO, Eurelino. **Uma esquerda para o capital**: o transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1998). São Paulo: Xamã, 2012.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEMIER, Felipe. **Depois do golpe**: a dialética da democracia blindada no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

FORNAZIER, Tales; GONÇALVES, Gleyka; FAVARO, Tereza. “Em passos firmes, linha reta”: lutas antirracistas e o trabalho profissional de assistentes sociais. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 146, n. 1, p. 118-138, 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ssoc/i/2023.v146n1/>>. Acesso em: 16 nov. 2025.

FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. **Capitalismo em debate**: uma conversa na teoria crítica. São Paulo: Boitempo, 2020.

HAYEK, Friedrich. **Normas e ordem**: direito, legislação e liberdade. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1985. Disponível em: <<http://ordemlivre.org/>>. Acesso em: 10 jan. 2026.

MANDEL, Ernest. **Introdução a teoria do fascismo em Leon Trotsky**. 1974. Disponível em: <<https://marxists.architexturez>.

net/portugues/mandel/1974/mes/fascismo.htm> Acesso em 13 de outubro de 2025

MELO, Demian Bezerra. As reflexões de Gramsci sobre o fascismo e o estudo da direita contemporânea: notas de pesquisa. **Colóquio Internacional Marx e o Marxismo: De o capital à revolução de outubro (1867 – 1917)**. Niterói, RJ: NIEP-Marx, 2017.

MELO, Demian Bezerra de. Ditadura “civil-militar”?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. **Revista Espaço Plural**, v. 13, n. 27, 2012. Disponível em: <<https://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/8574/6324>>. Acesso em: 15 out. 2025.

MELLO, Patricia Campos. Filosofia obscura une Olavo de Carvalho, Bannon e Dugin, conselheiro de Putin. **Folha de São Paulo**, 20 abr. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/04/filosofia-obscura-une-olavo-de-carvalho-bannon-e-dugin-conse-lheiro-de-putin.shtml>>. Acesso em: 18 nov. 2025.

MISES, Ludwig Von. **Intervencionismo: uma análise econômica**. São Paulo: LVM Editora, 2018.

MOTA, Ana Elizabete (org.). A cultura da crise e as ideologias do consenso no ultraneoliberalismo brasileiro. *In*: CISLAGJI, Juliana Fiuza; DEMIER, Felipe (org.). **O neofascismo no poder (Ano I) - Análises críticas sobre o governo Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. *In*: CFESS (org.). **Crise contemporânea, questão social e Serviço Social**. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Módulo 01. Brasília: CFESS/ABEPSS/DSS/CEAD-UnB, 1999.

NETTO, José Paulo. Por uma história nova do Serviço Social no Brasil. *In*: SILVA, Maria Liduína de Oliveira (org.). **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de rupturas com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

RAICHELIS, Raquel. Atribuições e competências profissionais revisitadas: a nova morfologia do trabalho no Serviço Social. *In*:

CFESS (org.). **Atribuições privativas do/a assistente social em questão**. 1. ed. ampliada. Brasília: CFESS, 2020.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 107, p. 420-437, 2011.

ROCHA, Camila. **“Menos Marx, mais Mises”**: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). 2019. 233f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

SCRUTON, Roger. **Conservadorismo** - um convite a grande tradição. Rio de Janeiro: Record, 2019a.

SCRUTON, Roger. **Como ser um conservador** 10ª edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 2019b.

SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO. **Facebook** [publicações 2016-2018]. Disponível em: __<<https://facebook.com/servicosociallibertario>>. Acesso em: 23 dez. 2025.

SILVEIRA, José Rodolfo Santos da. (Ultra)neoliberalismo, conservadorismo reacionário e liquidacionismo de oposição ao projeto ético-político do Serviço Social. *In*: MATOS, Maurílio Castro de; GAMA, Andréa de S. (org.). **50 Anos de neoliberalismo na América Latina**. Rio de Janeiro. Mórula editorial, 2024.

SILVEIRA, José Rodolfo Santos da. **Projeto ético-político do serviço social frente ao liquidacionismo conservador e ultraneoliberal no Brasil**. 2022. 384f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

CAPÍTULO 3

ECUADOR: LA VIDA EN DISPUTA - RESISTENCIAS COMUNITARIAS DESDE LA PERIFERIA DEL CAPITAL

Andrea Tamayo-Torres

Introducción

Las conferencias que precedieron a esta pueden dar cuenta de la crisis del capital, de la crisis de la democracia, de las formas en que se aplica el ultra neoliberalismo y la extrema derecha en la política pública y en la vida cotidiana en América Latina. En Ecuador también se está palpando las formas en que el neoliberalismo y la derecha van penetrando el tejido social y la vida cotidiana.

¿Cómo llegó Ecuador a ser gobernado por la derecha? Este proceso tiene sus raíces en el gobierno de Rafael Correa, caracterizado como un régimen desarrollista (Artola, 2021), que sentó las condiciones políticas, económicas y culturales que facilitaron el giro conservador del país. Dicho contexto permitió que, en las tres últimas elecciones presidenciales, el pueblo ecuatoriano optara por candidaturas de derecha, primero con Guillermo Lasso y luego dos veces con Daniel Noboa, consolidando así una orientación ideológica más alineada con el capital y el orden neoliberal.

Durante su mandato, Correa abrió el camino a la derecha al ejercer un gobierno de corte autoritario, que restringió el disenso y deslegitimó la crítica, incluso aquella proveniente de los movimientos y organizaciones sociales que inicialmente lo respaldaron. Asimismo, en temas ambientales, retrocedió en decisiones emblemáticas como la iniciativa para preservar el Yasuní, una de las zonas más biodiversas de la Amazonía ecuatoriana, al reinsertar la naturaleza en la lógica de “recurso para el desarrollo”, reproduciendo así la racionalidad extractivista.

Todo ello dio lugar al fenómeno del “correísmo–anticorreísmo”, dos corrientes políticas centradas en la figura de Rafael Correa, cuya polarización marcó el escenario electoral reciente. Los medios de comunicación hegemónicos apelaron al miedo y al rechazo hacia el posible retorno del correísmo, lo que contribuyó a la derrota de Luisa González y a la reelección de Daniel Noboa en los comicios del 9 de febrero de 2025. Estas elecciones no reflejaron un apoyo sólido al actual presidente, sino más bien una votación en contra del correísmo, que reafirmó la lógica binaria y la gramática política polarizada que domina la vida pública ecuatoriana.

Como resultado de estos comicios, el “miedo” y el “odio” al correísmo se consolidaron como fuerzas determinantes en el escenario político, dando paso al gobierno de Daniel Noboa, un régimen que, a todas luces, se configura como de derecha y que coloca al heredero del Grupo Noboa, uno de los grupos económicos más poderosos del país, al frente de la Presidencia de la República del Ecuador.

El Grupo Noboa está integrado por 169 entidades, ocupa el puesto 19 entre los principales grupos económicos del país y es el segundo con más filiales en paraísos fiscales —25 registradas en Panamá, Bahamas, Islas Vírgenes y otros países—. El núcleo Noboa Azin mantiene vínculos con empresas nacionales e internacionales, evidenciando cómo las élites ecuatorianas se articulan a redes globales que amplían sus márgenes de acumulación mediante mercados, estructuras comerciales y paraísos fiscales (Herrera, 2025).

Noboa fue formado en la Universidad de Nueva York, en Harvard y George Washington University, es decir, proviene de espacios que moldean el capital social y cultural de las élites, fortalecen sus redes comerciales y consolidan sus vínculos políticos y administrativos (Herrera, 2025). Además, a través de los medios de comunicación, se ha presenciado el fortalecimiento de su presidencia con otros pares de derecha como Milei (Argentina) y Bukele (El Salvador). Así como su discrepancia con gobiernos como el de Petro (Colombia) y el de Maduro (Venezuela). En ese sentido,

se constata el avance de la derecha ultra neoliberal en la región, con la presencia del actual gobierno de Ecuador.

Situándonos en la periferia ecuatoriana

América Latina y Ecuador no son solo periferia geográfica o económica del capital, sino periferia epistemológica y civilizatoria. En primer lugar, se afirma que Ecuador es periferia del capitalismo global porque produce centros de acumulación y periferias de despojo, donde se extraen recursos: minerales, petróleo, pero también donde se explota la tierra.

En Ecuador se vive la extracción minera en proyectos como: “Fruta del Norte” proyecto de oro en Zamora Chinchipe operada por Lundin Gold (*Lundin Gold Inc.*, 2025); “Mirador” proyecto de minería a cielo abierto al sureste de la Amazonía operada por Ecuacorriente (*Major Mines & Projects. Mirador Mine*, 2025); “Cascabel” proyecto en Imbabura de extracción de cobre, oro y plata con una inversión en miles de millones de dólares para el desarrollo del yacimiento operada por SolGold (“Cascabel Project”, 2025); “Curipamba – El Domo” en Bolívar, proyecto de mediana minería operada por Curimining (*Salazar Resources Ltd*, 2025); “La Plata” proyecto aurífero, de cobre, plata y zinc en Cotopaxi operada por Atico Mining, Compañía Minera La Plata S.A. (*Major Mines & Projects. La Plata (La Mina) Project*, 2025); Loma Larga en Azuay también conocido como “Quimsacocha”, fue operada por Dundee Precious Metals (empresa canadiense) que adquirió el proyecto en 2021, más adelante se retomará en el análisis de las resistencias populares que emergieron frente a este proyecto.

También existe extracción petrolera en: Bloque Sacha en provincia de Orellana en la Amazonía, considerado “la joya de la corona” del sector petrolero ecuatoriano (Valencia, 2025); Bloque Perico y Espejo en la cuenca Oriente (“GeoPark in Ecuador”, 2025); Bloque 43 – Yasuní ITT (Ishpingo-Tambococha-Tiputini) en el Parque Nacional Yasuní que debió cerrarse después de la consulta

popular de 2023 para detener nuevas extracciones, sin embargo, no se ha cumplido con el mandato popular (Gabay, 2024).

Así mismo se tiene el uso desenfrenado de pesticidas y agrotóxicos sobre la tierra avivados por empresas que venden agrotóxicos como: Grupo Agripac, Bayer S.A., Ecuaquimica S.A., entre otros. Las relaciones comerciales de las empresas nacionales y las transnacionales en agroquímicos implican múltiples firmas locales que producen genéricos o distribuyen productos importados, generando un mercado de agrotóxicos a partir de la captura corporativa por parte de instituciones internacionales y megafusiones empresariales (Naranjo Márquez & Macías Yela, 2022). Todo esto ha aportado a que se deteriore la salud de las personas por el consumo de alimentos con químicos y también ha incrementado la crisis climática actual.

Todas estas tensiones socioambientales se hacen visibles, porque existe oposición de comunidades indígenas, organizaciones ecologistas, que abren los debates sobre la legalidad de concesiones, las licencias ambientales, las consultas previas y la soberanía alimentaria.

En segundo, lugar se afirma que Ecuador es periferia epistemológica y civilizatoria porque también se extraen energías vitales de los cuerpos, sobre todo de mujeres, para sostener la vida de otros, el capitalismo aquí extrae conocimientos o subordina conocimiento, explota las formas en que se constituyen las relaciones sociales a través de la reproducción social, para que en medio de las políticas de ajuste se reproduzca la mano de obra de forma explotada y precaria, esto implica mayor trabajo para mujeres indígenas y afrodescendientes, quienes ven su supervivencia subordinada al capital.

Sin embargo, la periferia, no es solo un lugar de carencia, sino un territorio donde emergen resistencias que cuestionan las estructuras que dominan y oprimen y que además producen en lo concreto otras alternativas de vida.

Las resistencias históricas en Ecuador

En la historia ecuatoriana se encuentran ejemplos claros de la tensión entre la dominación y la resistencia. En principio están las rebeliones indígenas y campesinas desde la colonia hasta el siglo XX. En los siglos XVIII y XIX una de las luchas más destacadas fue la rebelión dirigida por Fernando Daquilema en 1871, en la parroquia de Cacha en la provincia de Chimborazo. Daquilema lideró a las comunidades indígenas contra el incremento del diezmo, trabajos obligatorios y la humillación del sistema hacendatario; su rebelión es evidencia de la continuidad de la dominación latifundista y la respuesta de la resistencia indígena (Ibarra, 2018).

En el siglo XX, el protagonismo corresponde a las mujeres indígenas como Dolores Cacuango y Tránsito Amaguaña. Dolores Cacuango (1881-1971) nació en una hacienda en Cayambe, provincia de Pichincha, y desde muy joven vivió las condiciones de explotación de las familias indígenas que trabajaban sin salario en las haciendas (huasipungos). Con iniciativa propia fundó en 1944 la Federación Ecuatoriana de Indios (FEI) junto al Partido Comunista de Ecuador, y en 1946 impulsó la primera escuela biligüe (español y kichwa) en la región de Cayambe (Rodas, 2007). Junto a Jesús Gualavisí fundó el primer (y hasta ahora único) Comité Antifascista Indígena (Mériguet Cousségal, 1988). Su acción permite analizar la lucha por el acceso a la tierra, la educación y la participación política de los pueblos indígenas.

Tránsito Amaguaña (1909 - 2009) nació en la hacienda La Chimba en Cayambe donde sus padres trabajaban como huasipungueros. Tránsito estuvo presente en huelgas agrícolas de 1930-31, en la movilización indígena contra condiciones de trabajo abusivas, al igual que Dolores Cacuango fue militante comunista y aportó en la organización de escuelas bilingües y en la fundación de sindicatos agrarios. Su actividad contribuyó a hacer realidad la Ley de comunas en 1937 y uno de los primeros códigos de trabajo

en 1938, que reconocieron derechos agrarios y laborales para campesinos e indígenas (Miño Grijalva, 2006).

En ese sentido, la resistencia campesina-indígena no es solo un episodio aislado, sino una expresión recurrente de disputa por la tierra y la dignidad. Hoy, los proyectos impulsados por el Estado continúan impactando a los pueblos y nacionalidades, especialmente a través de la minería, el petróleo y las reformas estructurales. Estas políticas alteran sus territorios y modos de vida, generando respuestas colectivas de resistencia y defensa comunitaria.

También desde las primeras décadas del siglo XX surgieron organizaciones obreras y artesanales que protagonizaron huelgas y manifestaciones en defensa de mejores condiciones laborales. Entre los hitos más importantes se encuentra la masacre obrera de Guayaquil del 15 de noviembre de 1922, cuando miles de fueron reprimidos por el ejército tras reclamar salarios justos y derechos laborales (Ayala Mora, 2008).

El movimiento estudiantil cobró fuerza como actor político, especialmente a partir de la Reforma Universitaria inspirada en el movimiento de Córdoba – Argentina de 1918. Los estudiantes ecuatorianos comenzaron a cuestionar la educación elitista y clerical, defendiendo una universidad pública, científica y comprometida con los sectores populares (Aguirre, 2019).

La década de 1970 fue especialmente intensa: las huelgas obreras en el sector petrolero, textil y bananero coincidieron con un fuerte activismo estudiantil y barrial. Además, se contó con movilizaciones de organizaciones indígenas, afrodescendientes y campesinas como la Federación Nacional de Organizaciones Campesinas, Indígenas y Negras (FENOCIN) y la Confederación de Nacionalidades Kichwa del Ecuador (ECUARUNARI). En este período se configuró una clase trabajadora más urbana, sindicalizada y consciente de su papel histórico, articulando demandas laborales con reivindicaciones democráticas y antiimperialistas. La dictadura militar (1972-1979) reprimió

muchas de estas expresiones, pero también impulsó reformas laborales y educativas en un intento de contener el conflicto social.

Hacia las décadas de 1980 y 1990, con la crisis del modelo de industrialización y la adopción de políticas neoliberales, los sindicatos enfrentaron fragmentación y pérdida de fuerza, debido a la precarización del empleo, la flexibilización laboral y la expansión del trabajo informal.

Las resistencias actuales en la periferia del capital: El movimiento indígena, el movimiento ecologista y el movimiento feminista en Ecuador

Tras las dictaduras del siglo XX y las reformas neoliberales que marcaron las décadas de 1980 y 1990, los movimientos sociales latinoamericanos experimentaron un proceso de renovación tanto en sus actores como en sus estrategias. Uno de los debates más relevantes gira en torno al desplazamiento del sujeto político clásico, el proletariado o las clases populares organizadas, hacia sujetos múltiples y territoriales.

Los movimientos obreros, campesinos y estudiantiles tradicionales salen de la escena política y emergen distintas expresiones colectivas que colocan en el centro la defensa de la vida: feministas, disidencias sexo-genéricas, indígenas, afrodescendientes, ecologistas. Estas formas de organización no se limitan a demandas materiales, sino que articulan dimensiones culturales, afectivas y comunitarias, planteando un horizonte civilizatorio alternativo. Este giro implica pensar la política más allá de la disputa con el Estado, sino como práctica de construcción de comunidad y sostenimiento de la vida.

Desde los feminismos marxistas y populares, así como desde la ecología política, autoras como Federici (2018), Gago (2019) y Segato (2016) recalcan que las luchas por el cuidado, el agua, la tierra o la alimentación son luchas políticas en defensa de la vida frente al despojo capitalista y colonial. Raquel Gutiérrez Aguilar (2008) y también Federici (2021) enfocan las resistencias

contemporáneas en América Latina como expresiones de una “política de lo común” y de la defensa de los “bienes comunes”, donde la autonomía colectiva y la reproducción de la vida se convierten en ejes articuladores. Estas luchas no solo se oponen a la explotación económica, sino que buscan reconstituir los vínculos sociales y comunitarios deteriorados por la lógica neoliberal.

Con relación al *Movimiento Indígena del Ecuador*, este ha protagonizado importantes luchas históricas. El primer levantamiento indígena nacional, en junio de 1990, convocado por la Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador (CONAIE), constituyó un hito histórico. Miles de comunidades paralizaron carreteras y ocuparon iglesias y plazas, demandando reconocimiento constitucional, acceso a la tierra y educación intercultural. Este levantamiento colocó por primera vez al movimiento indígena como un interlocutor político frente al Estado y visibilizó sus demandas en el escenario nacional.

Durante los años 1990 y 2000, el movimiento indígena participó activamente en múltiples movilizaciones que provocaron incluso la caída de tres presidentes: Abdalá Bucaram (1997), Jamil Mahuad (2000) y Lucio Gutiérrez (2005). En particular, el levantamiento de enero de 2000, junto a militares insubordinados y sectores populares, derrocó a Mahuad tras la dolarización del país. Estos procesos mostraron la capacidad organizativa de la CONAIE.

Durante la década de 2007 a 2017, bajo el gobierno de Rafael Correa, las relaciones entre el movimiento indígena y el Estado se tensaron debido al avance del modelo extractivista y a la criminalización de la protesta social. En octubre de 2019, bajo el gobierno de Lenin Moreno, la CONAIE lideró un nuevo paro nacional de 11 días contra el Decreto 883 que eliminaba los subsidios a los combustibles. La movilización, que paralizó al país, logró la derogación del decreto y revalorizó al movimiento indígena como actor político central. Tres años más tarde, en junio de 2022, durante el gobierno de Guillermo Lasso, la CONAIE, junto a la FENOCIN (Federación Nacional de Organizaciones

Campesinas, Indígenas y Negras) y la FEINE (Federación Ecuatoriana de Indígenas Evangélicos), encabezó un paro nacional de 18 días que consiguió reducciones en los precios de combustibles, condonaciones de deudas y compromisos sobre políticas extractivas, además de visibilizar nuevamente la desigualdad estructural que enfrentan los pueblos originarios (Santillana et al., 2023).

En 2025, las bases del movimiento indígena volvieron a protagonizar 31 días de protesta contra las políticas de ajuste impulsadas por el gobierno de Daniel Noboa. Sin embargo, a diferencia de los levantamientos anteriores, como los de 2019 y 2022, esta vez la movilización no logró revertir las medidas gubernamentales, lo que evidencia un contexto de mayor fragmentación social, criminalización de la protesta y consolidación de un modelo autoritario y empresarial del Estado.

El papel que el Movimiento Indígena ha jugado como sujeto colectivo en la historia política del Ecuador ha sido significativo, es el movimiento que históricamente ha enfrentado directamente a los gobiernos de turno y ha logrado frenar el avance del neoliberalismo y las políticas de ajuste gestadas por el Fondo Monetario Internacional.

Con respecto al *movimiento ecologista en Ecuador*, este ha protagonizado tres luchas fundamentales en los últimos años. La primera se dio en 2023, con la defensa del Yasuní durante la Consulta Popular, en la que la opción por mantener el petróleo bajo tierra triunfó con un 58% de apoyo a nivel nacional. Sin embargo, como se ha mencionado anteriormente, los gobiernos de turno no han cumplido plenamente con la voluntad popular expresada en las urnas. En esta lucha, el movimiento indígena fue actor clave en la defensa del territorio y el cuidado de los bienes comunes.

Una investigación realizada por Pedro Bermeo Guarderas (2025) sobre este proceso de consulta ofrece una lectura valiosa del amplio consenso social existente en torno a la defensa de la naturaleza en Ecuador. El autor plantea que esta experiencia podría interpretarse como la expresión de un ecologismo popular,

entendido como una forma de acción colectiva que articula la defensa de la naturaleza con la defensa de la vida, la justicia social y los derechos de los pueblos.

En este mismo sentido, Martínez Alier (2021) recuerda que el ecologismo popular nace en los territorios donde las comunidades defienden su derecho a vivir, subrayando que las luchas ecológicas del Sur Global emergen de la experiencia concreta de territorios que enfrentan el despojo de la naturaleza (materiales, energía, agua) y el crecimiento del metabolismo económico, en un constante triunfo para el capitalismo.

La segunda, fue una iniciativa local de defensa territorial y que refleja la fuerza del ecologismo popular es la protección del Chocó Andino, cuya consulta popular obtuvo en 2023 un 68 % de apoyo en la provincia de Pichincha, expresando un amplio respaldo a la conservación de este territorio megadiverso frente al avance de la minería metálica.

La tercera, es Quimsacocha (ex proyecto minero Loma Larga), en la provincia del Azuay, donde las comunidades han sostenido una prolongada resistencia contra la minería a gran escala. Durante el paro nacional de 2025, la presión social logró que la empresa Dundee Precious Metals anunciara el cierre de su concesión, constituyendo un triunfo histórico en la defensa del agua y de las fuentes hídricas que abastecen a la ciudad de Cuenca y a varias comunidades rurales (Redacción Diario El Mercurio, 2025).

En articulación con los movimientos indígena y ecologista, *el movimiento feminista en Ecuador* ha desplegado un campo de lucha amplio y diverso. Sus reivindicaciones no se limitan a la erradicación de la violencia de género o al derecho a decidir sobre el propio cuerpo, sino que se extienden hacia la defensa de la vida, el cuidado, el descanso y las militancias gozosas (Federici, 2023) como nuevas preocupaciones en la lucha.

Cada año, en fechas emblemáticas como el 8 de marzo (Día Internacional de la Mujer Trabajadora), el 28 de septiembre (Día por el Derecho a Decidir) y el 25 de noviembre (Día de la Erradicación de la Violencia de Género), mujeres y disidencias

llenan las calles, transformando el espacio público en un territorio de denuncia, pero también de esperanza.

Sin embargo, la acción feminista va más allá de las fechas conmemorativas, de esta manera, mujeres campesinas, indígenas y populares sostienen las formas cotidianas de resistencia cuando luchan por el agua, la tierra y los cuidados. Estas luchas encarnan la reproducción social entendida no como tarea privada o doméstica, sino como acto político que exige reconocimiento, redistribución y retribución por parte del Estado. Ejemplos de ello son las Guardianas del Agua en Cuenca y Molleturo (Comuna San Felipe de Molleturo et al., 2021), las organizaciones de mujeres rurales que practican agroecología como alternativa al agronegocio, y las redes de cuidado comunitario que emergieron durante la pandemia.

Estas experiencias muestran que la política ya no se juega únicamente en las calles o en el legislativo, sino también en la cocina, el huerto y el cuerpo. Desde los páramos, las comunas y los barrios, las mujeres organizadas, pese a la criminalización de la pobreza y las políticas de ajuste, sostienen la vida de manera concreta e inventan formas colectivas de resistencia frente a los embates del poder patriarcal, capitalista y de la derecha ecuatoriana.

Desafíos para el Trabajo Social ecuatoriano frente a la lucha de los movimientos sociales

El vínculo entre el Trabajo Social y los movimientos sociales ha sido objeto de reflexión desde la reconceptualización latinoamericana de los años setenta. Autoras y autores como Marilda Iamamoto (2003), Yolanda Guerra (2017) y Carlos Montaña (2021) sostienen que el Trabajo Social no es una práctica neutra, sino una práctica social e histórica inscrita en la contradicción entre capital y trabajo. Desde esta perspectiva, la intervención profesional se sitúa en la disputa entre la reproducción de la fuerza de trabajo y la construcción de proyectos colectivos orientados a transformar las condiciones de vida.

Para Iamamoto (2003), la cuestión social no solo expresa los efectos de la desigualdad capitalista, sino también las resistencias y formas de rebeldía que emergen entre quienes viven del trabajo. En este escenario, el Trabajo Social interviene en medio de las tensiones entre la producción de desigualdad y las estrategias cotidianas de defensa de la vida. Comprender estas dinámicas implica reconocer las mediaciones contemporáneas de la cuestión social, así como captar las formas en que los sujetos se organizan, resisten y ejercen presión social en contextos marcados por la mercantilización y el individualismo. Para Iamamoto (2003), las personas crean vínculos, solidaridad y estrategias colectivas para defender la vida y debemos prestar atención a dichas manifestaciones porque posibilitan estrategias de intervención distintas y situadas. Desde esta mirada, el Trabajo Social no se limita a mitigar los efectos de la desigualdad, sino que promueve la solidaridad como valor colectivo, fortalece la organización social y contribuye al largo camino de la transformación estructural (Iamamoto, 2003).

En América Latina, diversas experiencias de trabajo con comunidades campesinas, organizaciones feministas y ecologistas han impulsado prácticas de acompañamiento y procesos de formación política a través de la educación popular, que amplían la comprensión de la intervención profesional.

Así, el Trabajo Social se asume también como una práctica de cuidado colectivo y acción política, orientada a fortalecer los vínculos sociales y la autonomía comunitaria. El desafío actual consiste en politizar los cuidados y fortalecer el tejido social-comunitario, es decir, pasar de la asistencia individual a la articulación colectiva, del apoyo puntual a la construcción de poder popular.

El Trabajo Social adquiere sentido cuando se vuelve parte de las tramas que defienden la vida y se inscribe en la memoria de las resistencias populares, así lo plantea Rozas Pagaza “no podemos declamar y hablar de la resistencia si a su vez no estamos implicados de alguna manera desde los lugares donde estamos” (Rozas Pagaza, 2025).

A modo de conclusión: En tiempos de ultraderecha neoliberal, la resistencia de los pueblos es el cuidado de la vida y la defensa de los derechos básicos.

Ecuador acaba de vivir un “Paro Nacional” o “estallido social” desde el 22 de septiembre al 23 de octubre de 2025, es decir, 31 días de movilizaciones. A diferencia de otros momentos de estallido social, como en el año 2019 y 2022, las manifestaciones no lograron escalar.

En primer lugar, este Paro Nacional, no solo se dio por la subida de precio de la gasolina que encarece los alimentos e insumos básicos para la vida, antes de este suceso el ejecutivo y el legislativo aprobaron leyes que forjaron el descontento general, la aplicación de la Ley de Integridad Pública generó el despido de cinco mil empleados públicos; la Ley de Inteligencia configuró un marco legal difuso que posibilitó el control político y la vigilancia interna amparándose en el discurso de la seguridad nacional; la Ley de Fundaciones permitió al gobierno la fiscalización de fundaciones sin fines lucro y organizaciones sociales, la Ley de Áreas Protegidas desconoce el derecho a la consulta previa, libre e informada de los pueblos y nacionalidades indígenas.

En segundo lugar, hay que caracterizar este “Paro Nacional” como un “Paro desconcentrado” o “Paro localizado”, es decir, había movilizaciones y manifestaciones en localidades específicas, pero no hubo concentración de la disputa en la ciudad capital, como fue característica de los paros 2019 y 2022.

En tercer lugar, este Paro Nacional, fue un paro de las bases organizativas, las dirigencias de la Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador (CONAIE) no estuvieron a la altura del momento histórico. Fueron las bases organizadas de las comunidades indígenas, destacando que fueron precedidas por mujeres, quienes deciden tomar medidas de hecho frente a las medidas de ajuste que el gobierno de Noboa estaba tomando.

Sin embargo, pese a los 31 días de paralización y movilizaciones no se logra que el precio de la gasolina baje, esto ha

implicado que los costos de alimentos e insumos básicos para la vida se eleven, mientras que los sueldos de los trabajadores permanecen estancados.

Por otro lado, al momento de realizar este escrito, en Ecuador estamos a puertas de una Consulta Popular convocada por el ejecutivo. Daniel Noboa pretende cambiar la Constitución de la República del Ecuador aprobada por el pueblo ecuatoriano en el 2008, esta contiene 444 artículos y Noboa pretende reducir la Constitución a 180 artículos en nombre de la “eficiencia”, que como bien se sabe es un postulado del neoliberalismo para encubrir la explotación y el despojo.

Según un estudio del Proyecto de Constituciones Comparadas (CCP, por sus siglas en inglés), la Constitución de Ecuador se ubica como la cuarta con mejor índice de alcance y la que más número de derechos humanos posee. Su alta posición refleja amplitud normativa y alcance temático, tiene un amplio catálogo de derechos humanos, colectivos y de la naturaleza (Comparative Constitutions Project, 2016).

Un estudio de Opinión Pública sobre la Consulta Popular, el Paro Indígena y el gobierno nacional (IPSE, 2025) destaca que la mayoría de quienes defienden la actual Constitución del Ecuador son mujeres, porque son ellas quienes experimentan en sus cuerpos y en su vida cotidiana los efectos de la precarización. Son las que enfrentan de manera más directa los problemas diarios: las tareas de cuidado, la crianza de los hijos, la búsqueda y compra de alimentos, la organización de la vida familiar. Desde ese lugar, perciben antes que nadie cuando las condiciones empeoran y cuando las políticas de ajuste golpean al pueblo. Son ellas, en definitiva, quienes sostienen la vida y, al mismo tiempo, quienes primero sienten sus fracturas.

Por estas razones, el pueblo ecuatoriano está convocado a defender en las urnas una Constitución nacida del impulso de los movimientos y organizaciones sociales. Si bien fue elaborada durante el gobierno de Rafael Correa, el propio expresidente mostró luego su desacuerdo con varios de sus artículos. Por ello, su

movimiento, Revolución Ciudadana, no ha demostrado mayor interés en sostenerla y, al contrario, hacia el final de su mandato ya había expresado su intención de modificar algunos de sus artículos.

Al igual que el pueblo ecuatoriano, América Latina está llamada a defender los derechos que nos ha costado conquistar. Las ultraderechas pretenden arrasar con todos los bienes comunes, esto es con la naturaleza, con el agua, pero también con la política pública que cubre los derechos más básicos como son la salud, la educación, la jubilación.

Hoy en día, los Estados han dejado de reconocer a los sujetos como parte esencial de la relación entre Estado y sociedad. El Estado neoliberal actual, defiende unos intereses de las élites en detrimento de las necesidades de las clases populares y empobrecidas, por su propia esencia incorpora la noción de desigualdad, jerarquía y dominación como principios constitutivos. Con ello, se evidencia la voracidad de un aparato estatal que se apropia de la renta y la riqueza, aplicando políticas de ajuste que afectan a los sectores más vulnerables. En este proceso, desconoce la cuestión social, lo que resulta preocupante, pues al hacerlo el Estado debilita su propia función social.

Margarita Rozas Pagaza en la Conferencia por los 100 años del Trabajo Social en América Latina manifestó que “El ultraconservadorismo se caracteriza por ser anti-Estado [...] No basta decir que estamos frente a la derecha ultraconservadora, es por esencia anti-Estado, y esto es peligroso, por eso destruye los mecanismos de protección social delegando su responsabilidad a los individuos” (Rozas Pagaza, 2025).

Si bien desde la sociedad civil y el Trabajo Social se cuestiona constantemente la función social del Estado y el modo en que operan sus instituciones, en la actualidad esa función se encuentra en riesgo de ser disuelta, cada vez es menor la capacidad del Estado para asumir de manera responsable la cuestión social. Por ello, no es posible dejar este campo de disputa tampoco, no al menos hasta que otras formas de comunidad política se concreten. No podemos

abandonar la exigencia de derechos que le corresponden asumir al Estado.

Por esta razón el Trabajo Social está abocado a defender los derechos, esto en tanto y en cuanto, ha sido históricamente la plataforma donde se ha disputado el acceso a servicios básicos de salud, educación, alimentación, vivienda, trabajo, etc. La política pública, las políticas sociales han sido medios para que nuestro ejercicio pueda estar orientado a la justicia social.

Además, los Trabajadores Sociales también están llamados a acompañar y caminar junto a las organizaciones y movimientos sociales, por un lado, por nuestra pertenencia de clase como trabajadores asalariados, pero por otro lado como parte del campo popular organizado, como sujetos con agencia política y crítica que tienen como parte de su encargo profesional la reproducción y el sostenimiento de la vida.

En la periferia del capital, los pueblos no solo resisten: crean. Allí donde el capital produce despojo, las comunidades producen vida. Allí donde el poder impone el sacrificio de los cuerpos, las mujeres trabajan desde los cuidados procurando militancias gozosas (Federici, 2023). Allí donde el Estado en su giro neoliberal reprime, los pueblos sostienen. Nuestra tarea es escuchar, acompañar y aprender de esas resistencias que están construyendo otras formas de hacer política.

Referencias

AGUIRRE, Manuel Agustín. **Movimientos estudiantiles en América Latina y Ecuador**. Quito, Ecuador: Universidad Andina Simón Bolívar; Ediciones La Tierra, 2019.

ARTOLA, Sebastián. **Teoría, política y militancia**: Apuntes sobre el movimiento popular. Rosario, Argentina: Último Recurso, 2021.

AYALA MORA, Enrique. **Resumen de historia del Ecuador**. 3ª ed. Quito: Corporación Editora Nacional, 2008.

BERMEO GUARDERAS, Pedro Juan. **Vínculo de la consulta popular del Yasuní con el ecologismo popular**. 2025. 135f. Tesis Máster (Cambio Climático y Diversidad: Desarrollo Territorial Sostenible - CCD-STeDe). Università degli Studi di Padova, Padova, Itália, 2025.

CASCABEL PROJECT. **SolGold**. Quito, Ecuador, 2025. Available in: <<https://solgold.com/projects/ecuador/cascabel-project/>>. Access at: 18 nov. 2025.

COMPARATIVE CONSTITUTIONS PROJECT. **Constitution Rankings**. Comparative Constitutions Project, 2016. Available in: <<https://comparativeconstitutionsproject.org/ccp-rankings/>>. Access at: 18 nov. 2025.

COMUNA SAN FELIPE DE MOLLETURO, COMUNIDADES Y BARRIOS EN RESISTENCIA DEL PUEBLO DE MOLLETURO, SINCHI WARMI, FRENTE DE RESISTENCIA SAN PEDRO DE YUMATE, RÍO BLANCO RESISTE. Molleturo defiende el agua, la vida y su territorio. **Ecuador Today**, 2021. Disponible en: <<https://ecuadortoday.media/2021/01/11/molleturo-defiende-el-agua-la-vida-y-su-territorio/>>. Acceso en: 18 nov. 2025.

FEDERICI, Silvia. **Revolución en punto cero**: Trabajo doméstico, reproducción y luchas feministas. 2ª ed. Madrid: Traficantes de Sueños, 2018.

FEDERICI, Silvia. **Ir más allá de la piel**: Repensar, rehacer y reivindicar el cuerpo en el capitalismo contemporáneo. (Trad. Aránzazu Catalán Altuna). 2ª ed. Madrid: Traficante de Sueños, 2023.

FEDERICI, Silvia. **Reencantar el mundo**: El feminismo y la política de los comunes. (trad. Aránzazu Catalán Altuna; Carlos Fernández Guervós; Paula Martín Ponz). 2ª ed. Madrid: Traficantes de Sueños, 2021.

GABAY, Aimee. One year after oil referendum, what's next for Ecuador's Yasuní National Park? **Mongabay Environmental News**, 20 aug, 2024. Available in: <<https://news.mongabay.com/2024/08/one-year-after-oil-referendum-whats-next-for-ecuadors-yasuni-national-park/>>. Access at: 18 nov. 2025.

GAGO, Verónica. **La potencia feminista, o, el deseo de cambiarlo todo**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2019.

GeoPark in Ecuador. **GeoPark**, 2025. Available in: <<https://www.geo-park.com/assets/ecuador/>>. Access at: 18 nov. 2025.

GUERRA, Yolanda. **Trabajo social: Fundamentos y contemporaneidad**. Buenos Aires: Colegio de Asistentes Sociales o Trabajadores Sociales de la Provincia de Buenos Aires, 2017.

HERRERA, Stalin. El joven Daniel, sus leyes y proyecto. **Análisis y debate**. Rosalux Andina, n. 83, sep. 2025. Disponible en: <<https://www.rosalux.org.ec/el-joven-daniel-sus-leyes-y-proyecto/>>. Acceso en: 18 nov. 2025.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **El Servicio Social en la contemporaneidad: Trabajo y formación profesional**. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

IBARRA, Hernan. **La rebelión de Daquilema** (Yaruquíes – Chimborazo, 1871) 2ª ed. Quito: Instituto Nacional de Patrimonio Cultural (INPC); Cooperativa de Ahorro y Crédito Fernando Daquilema, 2018.

IPSE. **Estudio de opinión pública sobre la consulta popular, el paro indígena y el gobierno nacional en 2025**. Rio de Janeiro: IPSE, 2025. Disponible en: <https://ipse.global/pdf/IPSE-Ecuador_encuesta_consulta_popular_2025-10-Oct.pdf>. Acceso em: 18 nov. 2025.

LUNDIN GOLD INC. **First large scale gold mine in Ecuador**. Ecuador: Fruta del Norte, Gold Project, 2025. Available in: <<https://lundingold.com/fruta-del-norte/fruta-del-norte/project-overview/>>. Access at: 18 nov. 2025.

MAJOR MINES & PROJECTS. **La Plata (La Mina) Project**. Ecuador: Mining Intelligence and News, 2025. Disponible en: <<https://miningdataonline.com/property/4590/La-Plata-La-Mina-Project.aspx>>. Access at: 18 nov. 2025.

MAJOR MINES & PROJECTS. **Mirador Mine**. Ecuador: Mining Intelligence and News, 2025. Disponible en: <<https://miningdataonline.com/property/4557/Mirador-Mine.aspx>>. Access at: 18 nov. 2025.

MARTÍNEZ-ALIER, Joan. **El ecologismo de los pobres**: conflictos ambientales y lenguajes de valoración. 6º ed. Barcelona: Icaria, 2021.

MÉRIGUET COUSSÉGAL, Raymond. **Antinazismo en Ecuador**: años 1941 – 1944. Quito: Aquiles Henríquez López, 1988.

MIÑO GRIJALVA, Cecilia. **Tránsito Amaguaña**: heroína indiana. Quito: Banco Central del Ecuador; Oxfam América, 2006.

MONTAÑO, Carlos. **La naturaleza del Servicio Social**: Un ensayo sobre su genesis, su especificidad y su reproducción. São Paulo: Cortez Editora, 2021.

NARANJO MÁRQUEZ, Alexander; MACÍAS YELA, Mario. **Las cadenas de los agrotóxicos**: Salud y soberanía alimentaria en los territorios maiceros y arroceros del Ecuador. Quito: FIAN Internacional; Unión Tierra y Vida; Centro Agrícola Cantonal de Quevedo, 2022. Disponible en: <<https://fianecuador.org.ec/wp-content/uploads/2022/04/cadenas-agrotoxicos-0122.pdf>>. Acceso en: 18 nov. 2025.

REDACCIÓN DIARIO EL MERCURIO. Fin del proyecto minero Loma Larga. **El Mercurio**, Ecuador, 05 de oct. 2025. Disponible en: <<https://elmercurio.com.ec/principal/2025/10/05/fin-del-proyecto-minero-loma-larga/>>. Acceso en: 18 nov. 2025.

RODAS, Raquel. **Dolores cacuango**: Pionera en la lucha por los derechos indígenas. Quito: Gobierno del Ecuador, 2007.

ROZAS PAGAZA, Margarida. (2025, octubre 15). Conferencia de cierre. *In*: Seminario de la Asociación Latinoamericana de Enseñanza e Investigación en Trabajo Social (ALAEITS), XXIV, 2025. Santiago, Chile. **Anais** [...]. Santiago, Chile: ALAEITS, 15 oct., 2025. 100 años de Trabajo Social en Chile y América Latina: Crisis civilizatoria, luchas contra hegemónicas y proyectos emancipatorios: Desafíos, rupturas y organización frente al avance ultraconservador.

SALAZAR RESOURCES LTD. **El Domo, Curipamba**. Ecuador: Salazar Resources Ltd, 2025. Disponible en: <<https://salazarresources.com/projects/adventus-mining-partnership/el-domo-curipamba/>>. Acceso en: 18 nov. 2025.

SANTILLANA, Alejandra; HERRERA, Stalin; DAZA, Esteban (Coord.). **Levantamientos, insurrecciones y paros**: dinámica de la disputa social en Ecuador. Quito: Instituto de Estudios Ecuatorianos; CIESPAL; CLACSO, 2023.

SEGATO, Rita Laura. **La guerra contra las mujeres**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.

VALENCIA, Alexandra. Ecuador awards oil contract to Chinese-led group to boost “crown jewel” project. **Reuters**, 4 mar. 2025. Available in: <<https://www.reuters.com/business/energy/ecuador-awards-20-year-production-sharing-contract-new-stratus-energy-sinopec-2025-03-03/>>. Access at: 18 nov. 2025.

CAPÍTULO 4

CICLOS DE LUTAS NO BRASIL DESDE 1978: UM EXERCÍCIO DE PERIODIZAÇÃO

Davisson Charles Cangussu de Souza

Introdução

No presente texto, meu objetivo é propor uma periodização dos protestos sociais no Brasil nas últimas décadas, lançando mão de um dispositivo metodológico que permite compreender a evolução dos conflitos – o conceito de *ciclo de lutas*. O recorte temporal é o período de 1978 aos dias atuais. Para realizar essa tarefa, adoto os seguintes procedimentos: primeiramente, o debate teórico sobre a estrutura social e o processo político brasileiro, o que inclui a compreensão da dinâmica das lutas sociais no país; em segundo lugar, os dados de greves do Sistema de Acompanhamento de Greves Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (SAG/DIEESE) e de ocupações de terra do Dataluta, além de produzir uma base própria, o *Levantamento de Protestos Sociais no Brasil*, que vem sendo realizado, desde 2011, pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Classes e Conflitos Sociais da Universidade Federal de São Paulo (GEPECSO/UNIFESP), sob minha coordenação.

Dividirei esta exposição em três momentos. Inicialmente, farei uma breve reflexão sobre o tema da mesa, buscando enquadrar o caso brasileiro no recorte mais geral que foi proposto, a “periferia do capital”, mas situando-o, por sua vez, na atual fase do capitalismo. Em seguida, proporei uma periodização dos protestos sociais no Brasil em ciclos de lutas. Finalmente, apresentarei alguns indicadores empíricos que considero úteis para a demarcação de tais ciclos.

A atual fase do capitalismo e as lutas e resistências na periferia do capital

Para tratar das “Resistências, lutas e movimentos sociais na periferia do capital”, tema desta mesa do VIII Seminário Internacional da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (VIII SEMINTSS), darei destaque ao caso brasileiro. No entanto, o primeiro procedimento que julgo adequado consiste em situar o Brasil na conjuntura internacional, o que nos obriga a tratar de algumas tendências da conflitualidade no plano global e, em particular, no capitalismo dependente.

O processo de acumulação capitalista convive com crises de diferentes níveis, dimensões e temporalidades. Desde a chamada crise do petróleo, no início dos anos 1970, o capitalismo entrou em uma nova fase, que tem sido marcada pela hegemonia do capital financeiro. Para recompor suas bases de lucro, e assim aumentar sua composição orgânica, o capital vem introduzindo novas tecnologias e novas formas de gestão e controle da força de trabalho: desde a década 1970, com a robótica, a microeletrônica e a informática, consagradas pelo modelo toyotista (indústria 3.0); e mais recentemente, com a internet das coisas, a inteligência artificial, a *big data* e a criação das chamadas fábricas inteligentes (indústria 4.0).

No plano político, assistimos à consolidação da ofensiva imperialista por meio da introdução de políticas neoliberais, que propõem medidas de austeridade fiscal, a capitulação do Estado diante de uma radical financeirização da economia, o desmonte das políticas sociais e da legislação trabalhista, privatizações e abertura comercial, ampliando a acumulação por espoliação (Harvey, 2005).

O resultado de tal processo tem sido o crescimento exponencial, e em escala global, da concentração e centralização capitalista e, mais especificamente, da bolha especulativa do capital fictício. Do lado da classe trabalhadora, é notório o aumento de sua parcela sobrando, denominada por Marx de superpopulação relativa, especialmente de sua modalidade estagnada. Ainda que

as estatísticas oficiais consagradas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) tendam a subestimar esse fenômeno, é possível evidenciá-lo de forma aproximativa nos dados de desemprego, informalidade, trabalho temporário, emprego parcial e, mais recentemente, no trabalho sob demanda plataformizado.

No plano da luta ideológica, a partir dos anos 1980, observa-se o refluxo do horizonte socialista, especialmente após a derrocada do bloco soviético. Esse contexto criou um terreno propício para o avanço da ideologia neoliberal, sustentada pelos princípios do Estado mínimo, do livre mercado e da globalização e, mais recentemente, na noção ideológica de “empresário de si-mesmo”. Embora esse cenário comporte variações e seja movido por múltiplas contradições, de maneira geral vem criando dificuldades para as lutas e resistências dos movimentos sociais, sindicatos e partidos de esquerda em todo o mundo.

Em resumo, ao analisar a correlação de forças econômicas, políticas e ideológicas, bem como o terreno da luta de classes em escala global, podemos afirmar que há cinco décadas a burguesia imperialista se encontra na ofensiva. Para impor sua agenda, quando a disputa ainda se travava com o socialismo soviético, o imperialismo estadunidense, por meio de sua Agência Central de Inteligência (CIA), patrocinou golpes de Estado em todo mundo, em especial na América Latina. A partir do início dos anos 1980, as ditaduras militares entram em crise, mas com a derrocada da URSS, a transição democrática é logo atravessada pela imposição da cartilha neoliberal. O neoliberalismo, que no contexto latino-americano teve seu laboratório na ditadura de Pinochet, no Chile, implantada em 1973, avança no terreno político e ideológico nos anos seguintes e, a partir do final dos anos 1980, passa a ser vitorioso nas urnas em vários países (Menem e De la Rúa, na Argentina, Collor e FHC no Brasil, entre outros).

A ortodoxia neoliberal logrou a estabilidade monetária, mas às custas de ajuste fiscal, perda de direitos, desemprego e arrocho salarial para os trabalhadores. Com o aprofundamento desses efeitos, a partir do final da década de 1990, o neoliberalismo sofre

alguns reveses, seja com a introdução de uma versão mais moderada de seus pilares (Lula e Rousseff no Brasil, Kirchner na Argentina etc.), seja com a resistência dos governos bolivarianos (Chávez na Venezuela, Morales na Bolívia, Correa no Equador etc.).

Porém, com o agravamento dos efeitos da crise iniciada em 2008, o neoliberalismo lança uma contraofensiva, encontrando como aliado o crescimento internacional do movimento neofascista. Sob o manto ideológico da bandeira anticorrupção, grupos de extrema-direita se organizam em todo o mundo para convocar mobilizações em massa pelas redes sociais e incentivar processos de desestabilização dos regimes políticos democráticos. O caso brasileiro é notório, nesse sentido, com as manifestações pelo *impeachment* e a Operação Lava-Jato, que prendeu Lula, tirando-o da disputa presidencial, eventos que contribuíram para legitimar o golpe parlamentar que depôs a presidente Dilma Rousseff. É nesse contexto que candidatos de extrema-direita chegam a expressivas vitórias eleitorais (Jair Bolsonaro no Brasil, Javier Milei na Argentina). Esse cenário de ascensão do neofascismo e restauração do neoliberalismo ortodoxo vem significando para a periferia do capital o aprofundamento da dependência e do processo de acumulação por espoliação, com o avanço predatório sobre seus territórios e recursos, o desmonte das já limitadas políticas sociais e o crescimento da população sobrando.

Essa digressão inicial sobre a conjuntura internacional e a atual fase do capitalismo se faz necessária para situar os processos de lutas e resistências na periferia do capital como um todo, e no capitalismo dependente brasileiro em particular. Trata-se de marcadores importantes para a compreensão dos ciclos de lutas vividos pelo Brasil nas últimas décadas. Por ora, vale dizer que tais ciclos são atravessados por quatro contradições fundamentais, que podem ser expressas pelos seguintes binômios: democracia x ditadura, social-democracia x neoliberalismo, neoliberalismo moderado x neoliberalismo ortodoxo e democracia x neofascismo.

Ciclos de lutas no Brasil (1978-2025)

Antes de passar a nossa proposta de periodização da conflitualidade social no Brasil, faz-se necessária uma breve incursão teórica no conceito de ciclo de lutas que empregamos. São incipientes as pesquisas no Brasil que se propõem a compreender a evolução dos protestos sociais a partir de uma periodização sistemática. Alguns autores, ao conceberem os ciclos de protestos como momentos de agudização das lutas, restringem a análise a uma conjuntura de mais curta duração (Tatagiba, 2014, Alonso, 2017). Outros se propõem a um exercício de periodização das lutas sociais no Brasil a partir de um recorte temporal mais extenso, mas sem realizar um levantamento sistemático de dados que permitam observar tendências com base em uma demonstração empírica mais rigorosa (Gohn, 2019). Finalmente, estão as pesquisas que se propõem à construção de bancos de dados de eventos de protesto, mas cujos resultados parciais publicados até o momento se restringem a conjunturas específicas mais curtas, segundo o caso, de alguns anos ou de pouco mais de uma década (Tatagiba, Galvão, 2019, Alonso *et al.*, 2024). Nesse sentido, o *Levantamento de protestos sociais no Brasil* que estamos realizando no GEPECSO/UNIFESP, cujos resultados parciais se encontram disponíveis (Souza, 2011, 2017, Souza, Vilalta, 2024), é uma ferramenta que julgamos mais adequada para a demarcação de ciclos de lutas, tendo em vista que cobre um período mais extenso, neste momento, de 2003 a 2021¹.

A noção de ciclo de lutas que empregamos se diferencia daquela proposta por autores ligados à teoria do confronto político, tal como Tarrow (1999). Para esse autor, o ciclo se define como uma fase de agudização dos conflitos, o que significa que as lutas travadas nos interstícios de um ciclo e outro são delegadas a um

1 Atualmente, o levantamento está avançando nos anos de 2022 a 2024 e no intervalo de 1990 a 2002, de modo que em breve cobrirá todo o período que se estende de 1990 a 2024.

segundo plano, ou consideradas como mobilizações intraciclos que não fazem parte nem caracterizam os ciclos propriamente ditos.

Embora o conceito de ciclos de lutas não tenha sido elaborado de forma sistemática pelos clássicos do marxismo, encontramos algumas elaborações muito profícuas em autores ligados a essa tradição teórica (Gramsci, 1976; Hobsbawn, 2000; Mandel, 1986)². A concepção marxista de história sustenta que os eventos podem ser ordenados de modo coerente a partir de diferentes temporalidades. Nesse sentido, o ciclo é uma unidade de tempo que contempla momentos de ascensão e refluxo. Isso significa que a fase de intensificação dos conflitos pode revelar tanto o auge de um processo de maturação, onde se concentram determinadas contradições no interior de um ciclo, como o momento de saturação, capaz de promover fissuras, desestabilizar ou até mesmo provocar rupturas que dão origem a um novo ciclo.

Definimos *ciclo de lutas* como um período no qual, diante de uma determinada correlação de forças econômicas, políticas e ideológicas, o conjunto dos protestos assume uma determinada direção, que expressa o sentido histórico-estrutural da contradição principal da luta de classes. Sendo assim, a caracterização de um ciclo de lutas deve expressar o sentido geral dos conflitos centrais, em torno dos quais os demais orbitam, seja de modo subordinado, mas a eles entrelaçados em maior ou menor grau, seja como movimentos secundários que guardam uma relação mais distante com os embates decisivos e por isso não logram influenciar decisivamente a correlação de forças.

Considerando o período que se estende do final da década de 1970 aos dias atuais, propomos a demarcação de quatro ciclos de lutas no Brasil: de 1978 a 1989, o *ciclo da restauração democrática*; de 1990 a 2002, o *ciclo da resistência ao neoliberalismo*; de 2003 a 2014, o *ciclo das reformas no neoliberalismo*; de 2015 ao presente, o *ciclo da*

2 Também devemos destacar o conceito de *ciclo de rebelião* desenvolvido por pesquisadores do *Programa de Investigación sobre el Movimiento de la Sociedad Argentina* (PIMSA). Ver especialmente, Cotarelo (2016).

ameaça neofascista. Esses ciclos expressam as mudanças nos posicionamentos das classes, frações de classe e grupos sociais diante do cenário internacional, dos conflitos geopolíticos e da divisão internacional do trabalho, mas sobretudo em face das transformações políticas, econômicas e ideológicas vividas pelo capitalismo brasileiro. Sendo assim, constitui-se um elemento indispensável para a análise da correlação de forças e do processo político.

Ciclo da restauração democrática (1978-1989)

A ditadura militar iniciada em 1964, mas sobretudo a promulgação do Ato Institucional n. 5 (AI-5), em 1968, instalou um longo período de repressão das lutas e resistências dos trabalhadores e grupos subalternos no Brasil. A greve dos metalúrgicos do ABC, em 1978, nesse sentido, pode ser considerada um marco por romper esse silenciamento e desencadear a retomada das lutas sindicais e populares. Tem-se início um novo ciclo de lutas no Brasil.

Entre 1978 e 1980, uma onda grevista se espalhou por todo o país: metalúrgicos, bancários, professores, petroleiros e servidores públicos paralisaram o trabalho, o que constituiu o maior movimento grevista do Brasil desde o golpe de 1964. A repressão foi intensa: demissões em massa, intervenções nos sindicatos e prisões de lideranças, como foi o caso de Lula em 1980. Ainda assim, as greves fortaleceram a organização no local de trabalho, o enraizamento das comissões de fábrica e a construção de uma cultura sindical independente. Apesar de não ter rompido com a estrutura burocrática do sindicalismo de Estado (Boito Jr., 1991), esse movimento desestabilizou o controle ditatorial do aparelho sindical, estimulando movimentos de oposição às diretorias interventoras e pelegas em todo o país. Foi o nascimento do que se convencionou chamar de “novo sindicalismo”, corrente sindical que valorizava a autonomia política, a democracia interna e a

articulação entre luta econômica e política a partir de uma concepção classista e combativa.

Nesse contexto, observamos o surgimento de lutas e resistências pela moradia, de mulheres, estudantes, sem-terra e negros, a exemplo do Movimento Negro Unificado (MNU), fundado em 1979. Todos esses movimentos estavam organizados em torno da luta por direitos e pela democratização da sociedade. Ainda que seja evidente o protagonismo do movimento sindical e a presença marcante da greve como instrumento de luta contra o arrocho salarial diante de um contexto hiperinflacionário, denominamos esse período de *ciclo da restauração democrática*. Isso porque, embora o movimento operário tenha sido o motor da abertura política, a bandeira aglutinadora do conjunto das lutas foi a da redemocratização do país. Aparentemente, as lutas estavam voltadas exclusivamente para reivindicações materiais imediatas, como reposição salarial e melhores condições de vida. Porém, dirigiam-se para a resistência à ditadura militar e pela transição para a democracia, tendo em vista que entre suas pautas, estava aquela mais elementar, que é o próprio direito à organização, ou seja, o “direito de reivindicar direitos” (Sader, 1988, p. 26). Estende-se da greve do ABC de 1978 às eleições de 1989, quando a candidatura do chamado campo “democrático-popular”, representada por Lula, do Partido dos Trabalhadores (PT), é derrotada, abrindo as portas para a ofensiva neoliberal no país.

Podemos dividir esse ciclo em dois momentos. O primeiro se estende de 1978 a 1984 e é marcado pela ascensão do movimento sindical e popular. Além de paralisações de trabalhadores que desafiaram a grande burguesia e o governo ditatorial, como as já citadas greves do ABC de 1978-1980, devemos lembrar alguns eventos marcantes. Em primeiro lugar, o movimento pela Anistia, em 1979, liderado por familiares de presos e desaparecidos, movimentos sociais e entidades civis, que embora tenha concedido perdão a agentes estatais envolvidos em torturas e violações de direitos humanos, permitiu o retorno de exilados e a libertação de presos políticos.

Destacamos também a campanha das Diretas-Já, ocorrida entre 1983 e 1984, uma das mais importantes manifestações de rua da história brasileira, que reivindicava o reestabelecimento de eleições presidenciais. A emenda Dante de Oliveira foi derrotada no Congresso, mas o movimento desmoralizou a ditadura militar e consolidou a transição. Destacamos ainda a Greve Geral de 21 de julho de 1983, a primeira desde o golpe de 1964, que mobilizou mais de 3 milhões de trabalhadores e paralisou transportes, bancos, indústrias e serviços públicos em todo o país, denunciando o desemprego e a recessão do governo Figueiredo. Nessa fase foram criados o PT, em 1980, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), em 1984.

O segundo momento desse ciclo se estende de 1985 a 1989 e se destaca pela presença cada vez mais marcante dos trabalhadores no processo político brasileiro. Na segunda metade dos anos 1980 o movimento sindical foi renovado, ampliou sua capilaridade e protagonizou uma verdadeira “explosão” de greves (Noronha, 2009). Além disso, é na segunda metade dos anos 1980 que ocorrem paralisações importantes, como a greve nacional dos bancários, em 1985, a greve da CSN, que resultou em ocupação militar e na morte de três operários, e três greves gerais, em 1986, 1987 e 1989. A greve geral de 1986, contra o fracasso do congelamento dos preços do Plano Cruzado e por reajustes salariais, foi a maior greve geral já ocorrida no Brasil, em termos relativos, tendo contado com a adesão de mais de 35 milhões de trabalhadores.

O *ciclo da restauração democrática* foi marcado pela capacidade de mobilização do movimento operário e sindical. Durante esse ciclo, muitos sindicatos foram renovados a partir de uma concepção classista, combativa e independente. Surgiram novas centrais sindicais, houve uma explosão de greves setoriais e quatro greves gerais, que marcaram o auge da unidade das classes trabalhadoras contra o autoritarismo e o arrocho salarial. Além do movimento sindical, abrangeu um amplo leque de lutas sociais e de movimentos voltados à defesa da transição democrática. Essas mobilizações

recolocaram as demandas e formas de organização dos trabalhadores como elementos decisivos do processo político, após o período de silenciamento imposto pela ditadura militar. No final desse ciclo, foram emblemáticas as lutas por emendas populares durante o processo constituinte e a militância em torno da candidatura de Lula, operário metalúrgico e fundador da CUT e do PT. O ciclo encerrou-se com a promulgação da Constituição de 1988 e a realização das primeiras eleições presidenciais diretas após a ditadura, em 1989. A candidatura de Lula, da Frente Brasil Popular, foi derrotada. Porém, podemos afirmar que o ciclo teve um saldo organizativo positivo com o retorno pleno à democracia e com a construção do chamado projeto “democrático-popular”, que defendia a implantação de uma social-democracia e um Estado de bem-estar social amplo no Brasil. Esse campo, que encontra sua expressão organizativa na tríade PT-CUT-MST, veio a protagonizar as lutas sociais e o processo político brasileiro nas décadas seguintes.

Ciclo da resistência ao neoliberalismo (1990-2002)

O *ciclo da resistência ao neoliberalismo* se estende de 1990 a 2002 e teve como principal característica a resistência à ofensiva do capitalismo neoliberal e seus principais efeitos sobre os trabalhadores. Durante os governos de Fernando Collor de Mello (1990-1991) e especialmente nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002), a plataforma neoliberal avançou no país, por meio das políticas de abertura comercial e financeira, privatização de empresas estatais, flexibilização de leis trabalhistas e o desmonte de vários direitos sociais. Nesse cenário, observamos um refluxo do sindicalismo e a ascensão do MST. O ciclo pode ser dividido em três momentos: de 1990 a 1992, de 1993 a 1996, e de 1997 a 2002.

Na primeira fase do ciclo, durante o governo Collor, já se faziam sentir os primeiros efeitos das políticas neoliberais, especialmente o aumento das demissões em massa. Esse cenário adverso contribuiu para uma expressiva redução no número de

greves. No entanto, é importante considerar também as mudanças na estratégia de luta sindical, que passou a assumir um caráter mais propositivo, tanto na ala hegemônica da CUT, quanto na nascente Força Sindical (FS). Ainda assim, o movimento sindical logrou deflagrar uma greve geral, em 1991, convocada por CUT e a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) contra o arrocho salarial e o desemprego. Com o aprofundamento da crise econômica e política, em 1992, o movimento “Fora Collor” contribuiu para pressionar pelo *impeachment* do presidente, que deixou o cargo no final do ano.

Na segunda fase desse ciclo, de 1993 a 1996, tem-se um período de transição, no qual os governos neoliberais promovem uma nova ofensiva por meio de uma série de políticas que visavam quebrar a espinha dorsal do movimento sindical e criminalizar o MST. Durante o governo de Itamar Franco (1993-1994), é implantado o Plano Real, que logrou estabilizar a inflação por meio do ajuste fiscal e do crescimento do desemprego. O plano tem aprovação de amplas parcelas da população e contribui para a vitória de FHC, então ministro da Fazenda, nas eleições presidenciais. Durante o primeiro mandato de FHC, acontecem dois eventos cruciais que impactaram negativamente o movimento sindical. Em primeiro lugar, a greve dos petroleiros de 1995, uma das mais emblemáticas do período, que durou 32 dias e foi duramente reprimida pelo governo federal, com ocupação do Exército e demissões. Em segundo lugar, a greve geral de 21 de junho de 1996, convocada por CUT, CGT e FS, contra o desemprego, mas que teve baixa adesão.

A luta pela terra foi igualmente alvo de crescente criminalização. O avanço das ocupações desencadeou uma escalada repressiva no campo, o que pode ser evidenciado pelos massacres de Corumbiara (1995) e de Eldorado dos Carajás (1996). Neste último, ocorrido em 17 de abril de 1996, 19 trabalhadores sem-terra foram mortos pela polícia do Pará, em um episódio que gerou ampla comoção nacional e se tornou um símbolo da luta pela reforma agrária.

De 1997 a 2002 temos a terceira e última fase do ciclo. Nesse período, o movimento sindical entra em descenso, o que pode ser

atestado, ainda que de forma aproximada, pela redução no número de greves. Esse refluxo pode ser explicado pelo avanço das políticas neoliberais e pela reestruturação produtiva, cujos principais efeitos — o crescimento do desemprego e da informalidade — se combinaram a mudanças ideológicas no interior do sindicalismo, orientadas para uma concepção predominantemente propositiva. A luta pela reforma agrária ganha amplitude e o MST assume o protagonismo das lutas, com a crescente onda de ocupações de terra. Nesse contexto, realizou-se, em 1997, em Brasília, a Marcha dos Cem Mil — uma grande mobilização pela reforma agrária que reuniu essa quantidade de manifestantes na Esplanada dos Ministérios. O ciclo se encerra com a vitória de Lula nas eleições presidenciais, em 2002, o que gerou fortes expectativas de mudanças no interior da classe trabalhadora.

Ciclo das reformas no neoliberalismo (2003-2014)

No *ciclo das reformas no neoliberalismo*, o sentido das lutas se redireciona para o conflito distributivo. A bandeira antineoliberal, que agregava os setores populares no período anterior, dá lugar a um movimento de lutas por reformas, cujo objetivo era a recuperação de perdas anteriores, mas sem propor uma ruptura radical com o neoliberalismo. Com o PT no governo, o refluxo do MST e a perda de protagonismo político da CUT, há uma moderação do horizonte político, na mesma medida em que as pautas se tornam mais fragmentadas e dispersas. As ocupações de terra entram em declínio, e embora haja uma retomada das greves, o movimento sindical não consegue promover ações contundentes para colocar na agenda do governo as reivindicações mais amplas dos trabalhadores (fim do fator previdenciário, redução da jornada de trabalho, proibição da dispensa imotivada, redução dos juros e do *spread* bancário etc.).

Este ciclo possui um caráter ambíguo, o que expressa a principal contradição dos dois mandatos de Lula e do primeiro governo de Dilma Rousseff: a combinação de avanços sociais com

a manutenção da política macroeconômica neoliberal. Durante esses governos, foi implementado um conjunto de medidas que articularam crescimento econômico e transferência de renda com o programa de estabilidade financeira proposto pela cartilha do neoliberalismo. Por um lado, podemos citar a política de valorização do salário mínimo e a geração de empregos formais, além de políticas impactantes para a classe trabalhadora, como o Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida, Luz para Todos, o Reuni, a ampliação do Prouni e a política de cotas sociais e raciais, que tanto contribuíram para abalar a ideologia meritocrática no sistema universitário brasileiro, historicamente marcado pelo elitismo e pela branquitude. Por outro lado, a política de crédito via BNDES favoreceu amplamente a burguesia interna (Boito Jr., 2018), inclusive o chamado agronegócio, mas a ortodoxia neoliberal seguiu comandando o sistema financeiro. A política macroeconômica herdada de FHC – metas inflacionárias baseadas em juros altos (taxa Selic), controle fiscal via *superávit* primário e câmbio flutuante – sofreu ajustes pontuais, mas na sua essência foi mantida.

No plano das lutas, podemos observar a moderação nas pautas por parte dos setores alinhados ao governo federal. Porém, tal recuo organizativo ao mesmo tempo significou o crescimento de um ativismo reivindicativo em torno do conflito distributivo. Durante este ciclo é possível observar o refluxo do MST e a retomada das lutas sindicais, especialmente das greves, mas também a ascensão do movimento estudantil e a diversificação das lutas pelo *controle do território* urbano e rural (Semeraro, 2014, p. 72). Estende-se de 2003 a 2014 e pode ser dividido em três momentos: de 2003 a 2006, de 2007 a 2012, de 2013 a 2014.

O primeiro momento, de 2003 a 2006, coincide com o primeiro mandato de Lula. O novo governo foi recebido com entusiasmo pelo campo democrático-popular, que protagonizou os dois ciclos que analisamos até aqui. A novidade na conjuntura estava em que, pela primeira vez após o período ditatorial, havia um alinhamento das principais entidades sindicais e movimentos populares com o

governo federal. Existia uma expectativa de que o governo romperia com a plataforma neoliberal e implantaria reformas estruturais que colocassem na agenda as principais bandeiras históricas da classe trabalhadora e dos grupos subalternos (reforma agrária, redução da jornada de trabalho, reforma tributária progressiva etc.). Nesse contexto, ainda era possível observar o protagonismo do MST em direção a uma pauta antineoliberal. Exemplo disso foi o alto número de ocupações desses anos e manifestações de grande vulto, como o Abril Vermelho de 2004, que buscava colocar o tema da reforma agrária na mesa de negociações. O campo hegemônico do movimento sindical, notoriamente a CUT, aliada histórica do PT, colocou-se em compasso de espera, buscando deslocar o governo para a esquerda, mas sem contestá-lo abertamente. Nesse contexto, as ocupações de terra seguiram em alta e as greves permaneceram em baixa.

De 2007 a 2012 se dá o crescimento do ativismo reivindicativo de setores que estavam sendo beneficiados pelas políticas do governo federal. As lutas pela terra entram em refluxo, mas observamos uma onda de ocupações e paralisações estudantis e, especialmente após a crise de 2008, o crescimento das greves, predominantemente de caráter propositivo e vitoriosas, cujos resultados apresentavam ganhos reais de salário. Cumpre fazer uma breve análise sobre o arrefecimento das ocupações promovidas especialmente pelo MST. A principal reivindicação do movimento – a desapropriação de terras para a reforma agrária – não vinha sendo levada a cabo pelos governos de Lula e Dilma Rousseff. Ademais, observamos um duplo movimento. Por um lado, as bases sociais do MST se viram diminuídas, com o assalariamento do campo. Por outro, as demandas da parcela assentada do movimento foram parcialmente atendidas, não só com o aumento do emprego e dos salários, mas por políticas que permitiram a melhoria de suas condições materiais, como o Bolsa Família e a ampliação do crédito para a agricultura familiar.

Por fim, temos um terceiro momento, que se estende de 2013 a 2014, e que pode ser caracterizado pela condensação das

contradições acumuladas nos dez anos de governos encabeçados pelo PT. Nesse contexto, as manifestações de junho de 2013 foram um ponto de inflexão na história do movimento social brasileiro. Embora o ano 2013 também tenha sido marcado por um pico de greves, o maior registrado pelo SAG/Dieese desde 1990, as chamadas “jornadas de julho” do movimento sindical tiveram uma baixa adesão, evidenciando sua dificuldade de inserir a pauta do trabalho na agenda política. Cabe destacar que, naquele contexto, apesar do aumento do número de centrais, especialmente após a Reforma Sindical, em 2008, houve relativa unidade da base de apoio ao governo, o que se relaciona com o atendimento parcial das reivindicações mais imediatas dos trabalhadores, mas também à maior participação de dirigentes sindicais no aparelho estatal. É certo que as centrais chegaram a realizar várias marchas pelo avanço da pauta trabalhista (valorização do salário mínimo, fim do fator previdenciário, redução da jornada de trabalho etc.) (Krein; Dias; Colombi, 2015). Porém, em nenhum momento desse ciclo sequer se chegou a cogitar um confronto aberto com o governo, como nas greves gerais dos ciclos anteriores. Ao contrário, o setor majoritário do sindicalismo brasileiro apoiou os dois primeiros mandatos de Lula e o primeiro governo de Dilma Rousseff, em boa medida por conta do cenário favorável para a recuperação do emprego e do salário.

Valem algumas palavras sobre as manifestações de junho de 2013. Em nossa avaliação, tais manifestações se dão em um contexto de confluência das principais contradições que foram gestadas ao longo do ciclo e expressa uma grande virada política que abriu o caminho para a contraofensiva neoliberal ortodoxa. Nesse sentido, junho de 2013 teve um caráter ambíguo: se por um lado, expressou o descontentamento popular diante dos limites do neoliberalismo mitigado, por outro abriu espaço para o avanço de pautas reacionárias. Essa ambiguidade se expressa nas duas fases das manifestações: a primeira, protagonizada por estudantes e jovens trabalhadores contra o aumento das tarifas dos transportes; a segunda, liderada por setores da classe média, e que foi

caracterizada por pautas difusas, canalizadas pela bandeira da anticorrupção com forte viés meritocrático. Na primeira fase, observa-se sinais de esgotamento dos ganhos materiais do ciclo econômico que estava em curso, tendo em vista que os protestos contra o aumento das tarifas de ônibus tiveram como principais sujeitos justamente os jovens, boa parte com alta escolaridade, frustrados com suas expectativas de ascensão social. Já a segunda fase mostrava o descontentamento das classes dominantes e de parte da classe média, que passaram a escancarar seu incômodo com os avanços sociais das classes subalternas. A bandeira anticorrupção os unificou e serviu para detonar um processo de reação às reformas e conquistas materiais – ainda que tímidas – levadas a cabo pelos governos petistas.

O *ciclo de reformas no neoliberalismo* termina com um paradoxo. Com popularidade em baixa, a reeleição de Dilma Rousseff, em 2014, parecia improvável e o neoliberalismo ortodoxo passa a ganhar terreno para sua restauração, com a candidatura de Aécio Neves, do PSDB. De forma surpreendente, Dilma Rousseff é reeleita. Porém, contrariando o programa de sua campanha, implanta um pacote de ajuste fiscal, contribuindo para a pioria nos indicadores econômicos, o que dá início a uma profunda crise econômica. Após o movimento de contestação do resultado das urnas e com o crescimento da polarização política, bem como da capacidade de mobilização de setores médios conservadores, a ortodoxia neoliberal se revigora para contra-atacar no ano seguinte. À crise econômica se soma um longo período de instabilidade e crise política. É o fim do *ciclo de reformas do neoliberalismo*.

Ciclo da ameaça neofascista (2015-atual)

O último período que buscamos caracterizar é o *ciclo da ameaça neofascista*. Este ciclo vem sendo marcado pela expansão da capacidade de mobilização da direita reacionária, liderada por um movimento neofascista, o bolsonarismo. Tal movimento logrou protagonizar as manifestações de rua, e com uma agenda

conservadora, elegeu um Presidente da República, mudando o quadro político e partidário brasileiro. O sentido do processo político passa a ser determinado pela ameaça concreta de mudança do regime político para um Estado ditatorial de tipo neofascista. As lutas se deslocam para a resistência à fascistização da sociedade e do Estado, para a disputa pelo protagonismo das manifestações de rua e pela hegemonia nas mobilizações de massa. O ciclo teve início em 2015 e, em novembro de 2025, avaliamos que ainda não dispomos de elementos suficientes para determinar se estamos em sua fase final ou se já se iniciou um novo ciclo. Propomos dividi-lo em quatro fases: de 2015 a 2016, de 2017 a 2018, de 2019 a 2022, e de 2023 ao presente.

A primeira fase, de 2015 a 2016, é aquela que concentra as manifestações pró e contra o impeachment de Dilma Rousseff. De forma simbólica, inicia-se mais precisamente em 15 de março de 2015, com uma manifestação massiva na qual se apresentavam pautas aparentemente dispersas, como a bandeira anticorrupção e pedidos de intervenção militar, mas cujo objetivo principal era a deposição da presidente. O principal instrumento político dos atos era a Operação Lava Jato, liderada pelo juiz Sérgio Moro. Nesse momento, observamos o crescimento da direita militante, engajada em torno de organizações políticas não partidárias como o Movimento Brasil Livre (MBL), Vem Pra Rua, Endireita Brasil e Revoltados Online. Já as manifestações que buscavam barrar a deposição da presidente foram convocadas especialmente por duas frentes políticas – a Frente Brasil Popular e a Frente Povo sem Medo –, que aglutinava partidos, centrais sindicais e movimentos sociais ligados à esquerda socialista e ao chamado campo democrático-popular. Ao longo desse biênio houve um calendário carregado de manifestações de ambos os lados, alimentadas por novos fatos jurídicos e parlamentares no calor do momento e por uma militante espetacularização midiática. Diversas pesquisas demonstram que os protestos da esquerda saíram derrotados nas ruas, o que contribuiu para consumir o golpe em 2016.

A fase seguinte se estende da deposição de Dilma Rousseff em 31 de agosto de 2016 à eleição de Bolsonaro em outubro de 2018. Nesse período se dá a restauração do neoliberalismo ortodoxo com o pacote de ajuste fiscal e contrarreformas do presidente Michel Temer, com destaque para a “PEC do teto dos gastos” e a Reforma Trabalhista, em 2017, que promoveu as medidas mais impactantes de desestruturação da CLT. Durante o governo Temer, foram travadas lutas importantes, como a greve geral de 2017 contra a Reforma Trabalhista, que em termos absolutos foi a mais massiva de nossa história. Apesar das resistências, o governo Temer impôs uma agenda de austeridade radical, garantindo a restauração do neoliberalismo ortodoxo e preparando o terreno para a ascensão da extrema direita.

A terceira fase se estende da eleição de Jair Bolsonaro à tentativa fracassada de golpe de estado no ato de 8 de janeiro 2023. Com a prisão de Lula em 2018 e a vitória de Bolsonaro nas eleições, consolidou-se um governo autoritário de traços neofascistas, que combinou neoliberalismo extremado, militarização do Estado, discurso antidemocrático e pautas conservadoras. A ameaça neofascista era iminente e anunciada à luz do dia. Além da adesão militante de setores da alta classe média, o governo Bolsonaro contou com o apoio popular de fiéis de igrejas evangélicas neopentecostais. Mas essa é a superfície do fenômeno. O principal caráter das relações de classe no governo Bolsonaro é o fortalecimento da hegemonia do capital financeiro internacional no bloco no poder. Por meio de seu ministro Paulo Guedes, assistimos ao aprofundamento da plataforma neoliberal e retrocessos nas políticas sociais, como foi a Reforma Previdenciária. Durante a pandemia da Covid-19, Bolsonaro assumiu uma postura negacionista, atrasou o calendário de vacinação e desdenhou da morte das centenas de milhares de vítimas da doença.

O contexto adverso e o protagonismo nas ruas pelo neofascismo bolsonarista colocava as lutas dos trabalhadores e demais camadas subalternas na defensiva. Ainda assim houve muitas lutas. Destacamos o movimento “Ele não” organizado por

entidades feministas durante o processo eleitoral, em 2018, os protestos estudantis, em 2019, contra os cortes orçamentários na educação, além das greves ocorridas durante a pandemia, como o Breque dos Apps, em 2020. Com a derrota de Bolsonaro nas eleições de 2022, a ameaça neofascista entra em uma fase de arrefecimento.

Chegamos então à última fase, que tem início no terceiro mandato de Lula, em 2023. Neste momento o bolsonarismo sofre alguns revezes. Porém, não temos elementos suficientes para afirmar se já se chegou ao fim desse ciclo. Apesar da derrota de Bolsonaro, a persistência da capacidade de mobilização do campo bolsonarista ainda é notória. Além disso, cabe destacar a presença marcante de políticos de extrema-direita no Congresso Nacional, e nos governos estaduais e municipais. Alguns eventos podem sugerir que este ciclo entrou em uma fase descendente, ou até mesmo que tenha chegado ao fim: as eleições de Lula, a tentativa fracassada de golpe no dia 8 de janeiro de 2023, e a ação do STF que tornou réus Bolsonaro e alguns de seus principais colaboradores. Vale mencionar ainda os atos de 21 de setembro de 2025 contra a PEC da blindagem e o PL de Anistia. Não seria exagero afirmar que desde as manifestações pelo impeachment em 2015 a esquerda não ganhava nas ruas. O espectro do neofascismo ainda ronda o processo político brasileiro. Mas seria o fim desse ciclo em que ele se tornou, de fato, uma séria ameaça?

Indicadores empíricos para a demarcação dos ciclos de lutas

O Brasil não possui um levantamento que dê conta do conjunto dos protestos sociais do período de 1978 aos dias atuais. O SAG/Dieese sistematiza dados de greves desde 1983, tendo incorporado em sua base eventos coletados por outras fontes desde 1978. Já o Dataluta apresenta dados de ocupações de terra desde 1988, tendo incluído a categoria “manifestações” apenas em 2009. Nesse sentido, o *Levantamento de protestos sociais no Brasil* que estamos realizando no GEPECSO/UNIFESP, embora não cubra

todo o período de nosso interesse, permite uma compreensão mais global das lutas realizadas entre 2003 e 2021³. Utilizaremos essas três fontes para apresentar alguns indicadores empíricos que contribuem para a demarcação dos quatro ciclos de lutas aqui analisados.

1. Ciclos de lutas e greves

Ao analisar os dados da atividade grevista no Brasil disponibilizados pelo SAG/Dieese, observamos a seguinte média anual de greves durante os quatro ciclos analisados:

Quadro 1: Média anual de greves durante os ciclos de lutas (1978-2024)

Ciclo 1	1978-1989	590,8
Ciclo 2	1990-2002	787,7
Ciclo 3	2003-2014	711,4
Ciclo 4	2015-2024	1485,1

Fonte: Elaboração própria a partir de SAG/Dieese

À primeira vista, os dados parecem paradoxais. A média anual de greves é mais baixa justamente no momento em que o movimento operário e sindical se encontrava na ofensiva (ciclo 1), e é mais alta no momento em que os trabalhadores se encontram na defensiva (ciclo 4), além de não apresentar diferença significativa quando comparamos duas conjunturas bem distintas, uma geralmente considerada adversa (ciclo 2), em relação a outra tida como mais favorável (ciclo 3). No entanto, uma análise mais pormenorizada da evolução anual das greves, segundo diferentes fases, permite observar algumas oscilações.

³ Para mais detalhes sobre os procedimentos metodológicos de coleta dos dados, ver Souza e Vilalta (2024)

Quadro 2: Média anual de greves segundo fases dos ciclos de lutas (1978-2024)

	<i>fase 1</i>		<i>fase 2</i>	
<i>Ciclo 1</i>	1978-1983	202	1984-1989	979,6
<i>Ciclo 2</i>	1990-1996	1047,5	1997-2002	484,5
<i>Ciclo 3</i>	2003-2007	315,4	2008-2014	994,2
<i>Ciclo 4</i>	2015-2018	1785,5	2019-2024	928,1

Fonte: Elaboração própria a partir de SAG/Dieese

Ao dividirmos o ciclo 1 em dois momentos, é perceptível que se trata de um ciclo ascendente, ao passo que o ciclo 2 é descendente, seguido pelo ciclo 3, novamente ascendente, e finalmente o ciclo 4, que pode ser considerado descendente. Essa caracterização é a primeira evidência do comportamento cíclico que assumem as greves nos períodos descritos.

Outro elemento importante a ser considerado é o caráter das greves, se defensivas ou propositivas. Observemos o quadro abaixo.

Quadro 3: Média anual do caráter das greves nos ciclos de lutas (1978-2024), em %

		<i>defensivas</i>	<i>propositivas</i>
<i>Ciclo 1</i>	1983-1989	31,4	68,6
<i>Ciclo 2</i>	1990-2002	43,1	56,9
<i>Ciclo 3</i>	2003-2014	50,9	49,1
<i>Ciclo 4</i>	2015-2024	67,9	32,1

Fonte: Elaboração própria a partir de SAG/Dieese

Não tivemos acesso aos dados de 1978 a 1982. Porém, os números referentes ao ciclo 1 são eloquentes para demonstrar que este foi marcado por greves propositivas. Também os dados do ciclo 4 são incontestes para indicar o caráter defensivo das greves nesse momento. Porém, novamente essa primeira aproximação não permite compreender os deslocamentos no interior dos ciclos 2 e 3. Adotamos então o critério de dividir cada um desses ciclos em fases distintas.

Quadro 4: Média anual do caráter das greves segundo fases dos ciclos de lutas (1990-2024), em %

	<i>fase 1</i>	defensivas	propositivas	<i>fase 2</i>	defensivas	propositivas
<i>Ciclo 2</i>	1990-1996	30,7	69,3	1997-2002	61,0	39,1
<i>Ciclo 3</i>	2003-2011	41,2	58,8	2012-2014	58,4	41,6

Fonte: Elaboração própria a partir de SAG/Dieese

Esses dados permitem observar as seguintes tendências: i- no ciclo 2, predominância do caráter propositivo de 1990 a 1996 e seu deslocamento para greves de caráter defensivo de 1997 a 2002; ii- no ciclo 3, predominância do caráter propositivo de 2003 a 2011 e deslocamento para greves de caráter defensivo de 2012 a 2014. Essa alternância é outra evidência do caráter cíclico das greves durante o período analisado.

Já podemos fazer um exercício de síntese. Ao analisar as greves de 1978 a 2024, podemos afirmar que: i- o ciclo 1 é ascendente e com predomínio de greves propositivas; ii- o ciclo 2 é descendente, com predomínio de greves propositivas, em um primeiro momento, seguido por deslocamento em direção a greves defensivas; iii- o ciclo 3 é ascendente, com predomínio de greves propositivas, seguida por deslocamento em direção a greves defensivas nos anos finais; iv- e o ciclo 4 é descendente e com predomínio de greves defensivas.

2. Ciclos de luta e ocupações de terra

As ocupações de terra coletadas pelo Dataluta também contribuem para demarcar os ciclos de lutas aqui propostos. Sua média anual, desde 1988, quando se inicia a série, até 2015, último ano do qual tivemos acesso aos dados, está expresso no quadro abaixo.

Quadro 5: Média anual de ocupações de terra durante os ciclos de lutas (1988-2015)

<i>Ciclo 1</i>	1988-1989	78,5
<i>Ciclo 2</i>	1990-2002	334,5
<i>Ciclo 3</i>	2003-2014	405,3
<i>Ciclo 4</i>	2015-2016	231,5

Fonte: Elaboração própria a partir de Dataluta

Embora o levantamento traga apenas os dois anos finais do primeiro ciclo e os dois primeiros anos do último ciclo, é possível observar as seguintes tendências em relação às ocupações de terra: i- baixo patamar no ciclo 1; ii- crescimento explosivo no ciclo 2; iii- manutenção da curva ascendente no ciclo 3; iv- queda expressiva no ciclo 4. Para uma compreensão mais fina das oscilações, dividimos os ciclos 2 e 3 em dois momentos distintos.

Quadro 6: Média anual de ocupações de terra segundo fases dos ciclos 2 e 3 (1990-2014), em %

	<i>fase 1</i>		<i>fase 2</i>	
<i>Ciclo 2</i>	1990-1995	115	1996-2002	522,7
<i>Ciclo 3</i>	2003-2009	517,1	2010-2014	248,8

Fonte: Elaboração própria a partir de Dataluta

Esses dados nos permitem uma compreensão mais apurada da evolução das ocupações de terra. Durante o ciclo 2, a primeira metade dos anos 1990 apresentava uma média anual em patamar pouco acima dos anos finais do ciclo anterior. O crescimento explosivo se deu, na verdade, a partir de 1996, com o pico em 1999, quando o Dataluta registrou 856 ações. O ciclo 3 também comporta variações. As ocupações permaneceram em alta até o ano de 2009, com pico em 2004, quando ocorreram 662 eventos. Porém, as ocupações começam a cair a partir de 2010, mantendo-se em um baixo patamar até os anos iniciais do ciclo seguinte. Em suma, esses dados indicam as seguintes tendências: i- durante o *ciclo da resistência ao neoliberalismo* houve um movimento ascendente nas ocupações, especialmente a partir de 1996, enquanto o *ciclo das reformas no neoliberalismo* representou um movimento descendente a partir de 2010. O comportamento cíclico desse instrumento de

luta é um dos indicadores centrais para a compreensão da conflitualidade durante o período analisado.

3. Ciclos de lutas e protestos sociais

O *Levantamento de protestos sociais no Brasil* realizado pelo GEPECSO/UNIFESP é um indicador mais preciso para a análise dos ciclos de lutas. Porém, até o momento, contamos com dados que abarcam apenas o ciclo 3 (2003-2014) e parte do ciclo 4 (2015-2021). O quadro abaixo mostra a média anual de eventos durante esse período.

Quadro 7: Média anual de protestos sociais durante os ciclos 3 e 4 (2003-2021)

Ciclo 3	2003-2014	341
Ciclo 4	2015-2021	210,4

Fonte: *Levantamento de protestos sociais no Brasil (GEPECSO/UNIFESP)*

A primeira tendência a ser destacada a partir desses dados é que, comparado ao ciclo 3, o ciclo 4 representa uma tendência de refluxo no número de protestos sociais. Porém, sabendo que o biênio 2015-2016 foi marcado por intensas manifestações, dividimos cada um dos ciclos em dois momentos. O resultado está expresso no quadro abaixo.

Quadro 8: Média anual de protestos sociais segundo fases dos ciclos 3 e 4 (2003-2021)

		<i>fase 1</i>		<i>fase 2</i>
Ciclo 3	2003-2012	311,9	2013-2014	487
Ciclo 4	2015-2016	469	2017-2021	107

Fonte: *Levantamento de protestos sociais no Brasil (Gepecso/Unifesp)*

Esses dados nos permitem observar dois momentos distintos em cada ciclo. Durante o ciclo 3, há uma tendência ascendente no movimento de protestos nos anos finais, o que expressa o pico vivido durante o ano de 2013, para o qual nosso levantamento registrou 670 ações, o maior número de toda a série. Durante o ciclo 4, verifica-se uma alta quantidade de eventos no biênio 2015-2016, mas seguido

por um movimento descendente nos anos seguintes. A explosão de protestos durante o período de crise e instabilidade política brasileira que marcou a transição entre os ciclos 3 e 4 merece uma análise à parte. Por ora, cabe ressaltar que desde o golpe de 2016 o movimento social brasileiro vive um período de refluxo.

Para aprofundar nossa análise, daremos atenção para o conteúdo dos protestos. O nosso levantamento permite agrupar as reivindicações em temas e, estes, por sua vez, em quatro objetivos: econômicos, políticos, sociais e simbólicos. O quadro abaixo mostra o comportamento dessa última variável nos dois ciclos que estamos analisando.

Quadro 9: Média de anual dos objetivos das reivindicações nos ciclos 3 e 4 (2003-2021), em %

	Econômicos	Políticos	Sociais	Simbólicos
Ciclo 3	66,3	33,6	17,1	7,2
Ciclo 4	34,5	68,5	13,3	13,7

Fonte: Levantamento de protestos sociais no Brasil (GEPECSO/UNIFESP)

Os dados mostram as seguintes tendências: i) os objetivos econômicos são os proeminentes no ciclo 3, mas passa por um movimento descendente no ciclo 4; ii) os objetivos políticos, que ocupavam a segunda posição no ciclo 3, assumem o protagonismo no ciclo 4; iii) os objetivos sociais apresentam uma queda entre um ciclo e outro; iv) os objetivos simbólicos apresentam um crescimento no ciclo 4.

A análise empreendida até aqui nos permite fazer o seguinte exercício de síntese. O ciclo 3 apresenta uma tendência ascendente no número de protestos, com preponderância de reivindicações com objetivos econômicos. Já o ciclo 4 apresenta uma tendência descendente no número de protestos, com o crescimento das reivindicações com objetivos políticos. Essas características se relacionam com o sentido que as lutas assumiram em cada um dos ciclos. O ciclo 3 foi de ascenso das lutas em torno do conflito distributivo, em um contexto de reformas no neoliberalismo que permitiram a melhoria das condições de vida e salário,

especialmente para a classe trabalhadora. O ciclo 4 foi defensivo em um duplo sentido: diante do aprofundamento da crise econômica e da restauração do neoliberalismo ortodoxo, e diante do crescimento da extrema direita neofascista, nucleada no bolsonarismo. Esse contexto contribuiu para a perda da capacidade de resistência dos trabalhadores e um deslocamento das lutas para a polarização no terreno político.

Conclusão

A análise panorâmica aqui proposta possui o risco de simplificações, pois carece de aprofundamentos que permitam dar conta do caráter complexo e contraditório que as lutas e resistências assumem em cada conjuntura. A dinâmica de um ciclo de lutas é sobredeterminada e por isso caberia explorar, de forma mais detalhada, suas múltiplas determinações, bem como suas relações recíprocas, estabelecendo critérios teóricos para hierarquizá-las. Ainda assim, pensamos que o exercício de síntese aqui proposto é uma ferramenta válida para orientar o trabalho teórico e de pesquisa.

Os quatro ciclos de lutas que abarcam o período de 1978 aos dias atuais expressam o movimento das classes, frações de classes e grupos sociais em uma fase de ofensiva da burguesia imperialista em escala mundial. Tal ofensiva tem impactado as lutas e resistências na periferia do capital, e no capitalismo brasileiro em particular, provocando mudanças, efetivas e potenciais, no regime político (democracia x ditadura militar/neofascista) e nos programas econômicos que orientam a política estatal (neoliberalismo ortodoxo x neoliberalismo moderado). Esses são os conflitos centrais que vêm direcionando as relações de classe e organizando o sentido dos ciclos de lutas no Brasil há quase meio século.

Referências

- ALONSO, Angela et al. Análise de eventos de protesto: decisões metodológicas na organização do Banco de Eventos de Protesto (BEP) 2013-2016. **Plural**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 288-323, dez., 2024.
- BOITO JR., Armando. **Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT**. 2^o. ed. rev. e ampl. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.
- BOITO JR., Armando. **Sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1991.
- COTARELO, María Celia. **Argentina, 1993-2010: el proceso de formación de una fuerza social**. Buenos Aires: Ediciones Imago, 2016.
- GOHN, Maria da Glória. Ciclos de protestos no Brasil: 1970-2019. **Mundos Plurales - Revista Latinoamericana de Política y Acción Pública**, Quito, v. 6, n. 1, p. 93-119, maio, 2019.
- GRAMSCI, Antonio. O moderno príncipe. In: GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. 2^a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 2^a. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- HOBBSBAWN, Eric. **Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado**. 2^a. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- KREIN, José Dari; DIAS, Hugo; COLOMBI, Ana Paula. As centrais sindicais e a dinâmica do emprego. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 29, n. 85, p. 121-135, 2015.
- MANDEL, Ernest. **Las ondas largas del desarrollo capitalista - La interpretación marxista**. Madrid: Siglo XXI, 1986.
- NORONHA, Eduardo G. Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p. 119-168, 2009.
- SADER, Éder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

- SEMERARO, Giovanni. Gramsci e os movimentos populares: uma leitura a partir do Caderno 25. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 126, p. 61-76, jan.-mar. 2014.
- SOUZA, Davisson Charles Cangussu de. Lutas de classes e ciclo de lutas no Brasil de 2003-2013: os limites para a constituição de uma força social. *In*: AMORIM, Henrique; SOUZA, Davisson Charles Cangussu de. **As classes sociais no início do século XXI**. São Paulo: Annablume, 2017.
- SOUZA, Davisson Charles Cangussu de. Lutas sociais e tradições de luta no Brasil nos anos 2000. **Lutas sociais**, São Paulo, n. 25/26, pp. 191-205, 2011.
- SOUZA, Davisson Charles Cangussu de. **Sindicalismo e desempregados**: um estudo comparativo das centrais sindicais do Brasil e da Argentina (1990-2002). Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2013.
- SOUZA, Davisson Charles Cangussu de; VILALTA, Gisele Maria da Costa. Protestos sociais no Brasil (2003-2021): instrumento de mensuração e algumas hipóteses. *In*: SILVA, Sandro Pereira et al. **Regulação trabalhista e ação coletiva de trabalhadores no Brasil no século XXI**. Brasília, DF: Associação dos Funcionários do IPEA, 2024.
- TARROW, Sidney. **O poder em movimento**: movimentos sociais e confronto político. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- TATAGIBA, Luciana, GALVÃO, Andreia. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). **Opinião pública**, Campinas, v. 25, n. 1, p. 63-96, jan.-abr., 2019.
- TATAGIBA, Luciana. 1984, 1992 e 2013 - sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. **Política & sociedade**, Florianópolis, v. 13, n. 28, p. 35-62, set.-dez., 2014.

CAPÍTULO 5

POR UM ANTIRRACISMO INSURGENTE: A ATUALIDADE DO PENSAMENTO SOCIAL DE CLÓVIS MOURA

Ana Paula Procópio da Silva

Não fizemos os quilombos sozinhos. Para que fizéssemos os quilombos, foi preciso trazer os nossos saberes de África, mas os povos indígenas daqui nos disseram que o que lá funcionava de um jeito, aqui funcionava de outro. Nessa confluência de saberes, formamos os quilombos inventados pelos povos afro confluentes, em conversa com os povos indígenas. A contracolonização é o diálogo com as cosmologias, a ancestralidade, as encruzilhadas. No dia em que as favelas confiarem nos quilombos e os quilombos perderem o medo das favelas; quando os quilombos, as favelas e as aldeias todas confluenciarem, o asfalto vai derreter. O mote é favela, quilombo, aldeia; aldeia, favela, quilombo, quilombo, favela e aldeia. É a circularidade.
(Nego Bispo)

Clóvis Moura: sujeito insurgente

Apresentar a importância de Clóvis Steiger de Assis Moura (1925-2003) na atualidade nos obriga a pensar sobre um mundo cujas proclamadas certezas da democracia liberal entram cada vez mais em rota de colisão com a voracidade anti-humana e destrutiva do capitalismo. A derruição da sociabilidade burguesa se mostra inevitável e o apego às promessas de um capitalismo mais humano apenas prolongam o espanto pelo fim do que aparentava ser para sempre.

A História não chegou ao seu fim, mas os tempos duros nos convocam para uma práxis que implica em assumir em nosso cotidiano estratégias ancestrais-futuristas e coletivas-singulares

cujas bases concretas e subjetivas estão fundadas na experiência comum da amefricanidade que nos constitui (Gonzalez, 1988), no associativismo e na confiança e não na competição e na indiferença. A trajetória de Clóvis Moura é um exemplo dessa coragem.

Apenas o curto intervalo de trinta e sete anos separa o seu nascimento e a Abolição da escravidão. Nascido em 1925, na cidade de Amarante, no Piauí, sua mãe, Elvira Steiger, branca, era neta de um barão escravocrata; seu pai, Francisco de Assis, era maranhense de São Luís, negro, fiscal de rendas e neto de uma mulher escravizada.

A sua infância e juventude foram marcadas por acontecimentos de transição no mundo, como os efeitos econômicos e políticos da crise do capital de 1929, nos Estados Unidos, e a ascensão de regimes totalitários do nazismo e do fascismo, na Europa, que resultaram na 2ª Guerra Mundial. No Brasil, os desdobramentos do movimento de 1930, a ascensão do varguismo, a modernização econômica pela industrialização, o aprofundamento do declínio do nordeste agrário como eixo econômico para o sudeste e a cristalização do pauperismo como condição estrutural para as populações negras; bem como as mudanças no modo de vida da família Steiger-Moura com a mobilidade social e econômica através do emprego público de seu pai, e a mudança, em 1935, para Natal, capital do Rio Grande do norte.

A história familiar de Clóvis Moura nos ajuda a pensar a integração de uma classe média negra e “mulata”, a partir das oportunidades abertas pelo processo de modernização econômica, industrialização e formação de um aparato de funcionários públicos estatais que se verificam, sobretudo, na década de 1930 (Oliveira, 2016, p. 37).

É bastante possível que a condição de classe média nordestina e miscigenada da família de Moura tenha contribuído em suas posições intelectuais e políticas, na medida em que sendo exposto desde cedo, no ambiente doméstico, às contradições da formação social brasileira elaborou uma percepção racializada das desigualdades entrelaçada com a cultura, a economia e a política.

Em 1942, morando em Salvador (BA), começou a participar de um círculo de intelectuais do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que discutia literatura e política. Entre 1942 e 1955 foi secretário de redação da revista *Fundamentos*, órgão de imprensa oficial do PCB e a partir daí ingressou na carreira jornalística. Contudo, as suas pesquisas para a primeira edição de *Rebeliões da Senzala* (1959) divergiam da orientação sobre a revolução brasileira norteada por uma perspectiva etapista de desenvolvimento econômico organizado em: colonial, subdesenvolvido e desenvolvido. Um esquema que não abordava a totalidade do conteúdo dinâmico dos processos sócio-históricos particulares da América latina, e muito menos indicava as populações negras como integrantes das forças sociais revolucionárias.

Ingressou em 1962 na dissidência que formou o Partido Comunista do Brasil (PC do B), liderada por Pedro Pomar e João Amazonas. Durante a ditadura civil-militar de 1964, manteve, na clandestinidade, a colaboração com o partido. Nos anos de 1969 a 1972 foi diretor do *Jornal Folha de São Carlos* no interior paulista, período que marcou a sua aproximação com o movimento negro pela participação no Centro Recreativo e Cultural Flor de Maio. Nos anos 1970 realizou uma série de viagens internacionais que ampliaram a sua circulação intelectual e nas quais afirmou sua condição de pesquisador negro: Colóquio Negritude e América Latina (1974, Dakar); 20º Encontro da LASA – Latin American Studies Association e o 7º Encontro da ASA – African Studies Association (Houston, Estados Unidos, 1977) (Oliveira, 2016).

O Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas (IBEA) fundado por Moura em 1975 promoveu pesquisas de valorização da cultura negra africana, bem como a crítica e a denúncia do mito da democracia racial realizando ações de engajamento e mobilização políticas com uma geração importante de ativistas do Movimento Negro nos anos 1970 e 1980, como Hamilton Cardoso (1954-1999), Maria Beatriz Nascimento (1942-1995), Lélia Gonzalez (1935-1994) e Eduardo de Oliveira e Oliveira (1924-1980).

Nos anos 1980 recebeu o título de Doutor Notório Saber, pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, o que permitiu sua atuação como examinador em diversas bancas de mestrado e doutorado (Oliveira, 2016). Na década seguinte se aproximou do Movimento dos Sem-Terra (MST) e publicou em 2000, pela Editora Expressão Popular, o livro *Sociologia Política da Guerra Camponesa de Canudos*. Até sua morte em 2003, produziu dezenas de livros e artigos sobre a formação social brasileira tomando as resistências negras no escravismo e no pós-abolição como processos intrínsecos de nossa história, com destaque para: *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições e guerrilhas* (1959), *O preconceito de cor na literatura de cordel* (1976), *O negro de bom escravo a mau cidadão?* (1977), *A sociologia posta em questão* (1978), *Os quilombos e a rebelião negra* (1981), *Brasil: as raízes do protesto negro* (1983), *Sociologia do negro brasileiro* (1988), *Quilombos: resistência ao escravismo* (1987), *História do negro brasileiro* (1989), *As injustiças de Clío: o negro na historiografia brasileira* (1990), *Dialética radical do Brasil negro* (1994) e *Dicionário da Escravidão Negra*, publicado postumamente em 2004.

No conjunto de seu pensamento social Clóvis Moura realiza um duplo movimento: a ruptura epistemológica com os estudos culturalistas sobre o negro no Brasil a partir da teoria marxista e a crítica radical à sociologia academicista pela apreensão da perspectiva de totalidade que compreende a práxis como um complexo que articula teoria e prática política. Por outro lado, a apropriação do método histórico-dialético com ênfase no seu dinamismo, ampliando a percepção dos aspectos da realidade a serem investigados confrontou a própria tradição marxista ao colocar a noção de resistência negra como práxis em primeiro plano nas discussões sobre classes e estrutura de produção, sem, porém, desarticular essas dimensões, especialmente quando demonstra a conexão entre a quilombagem (insurgências escravizadas) e as legislações repressivas com base no antagonismo estrutural em que estava fundado o escravismo.

As lutas dos escravos foram um elemento de desgaste permanente. Como podemos ver, se as constantes lutas não chegaram ao nível modificador da estrutura, criando um novo modelo de ordenação social, foram, no entanto, um motivo de permanente desgaste do sistema. Podemos dizer que esse desgaste permanente apresenta-se em três níveis principais: a) desgaste econômico; b) desgaste político; c) desgaste psicológico (Moura, 1988, p. 227).

As mediações realizadas por Moura a partir, especialmente, das categorias de totalidade, modo de produção, dialética, alienação, contradição e práxis são o arcabouço para a construção de uma nova categoria de análise, que sintetiza as particularidades da formação sócio-histórica brasileira, a práxis negra. Porém, o seu pensamento não nos fundamenta exclusivamente para a compreensão dos problemas enfrentados pela classe trabalhadora negra, mas para o reconhecimento das contradições e alienações estruturais produzidas pelo sistema com vistas à uma organização política revolucionária para a superação da subordinação do trabalho ao capital, ou seja, a transformação radical das relações sociais em termos objetivos e subjetivos.

Antirracismo insurgente e a atualidade de Clóvis Moura

A leitura de Clóvis Moura nos convoca para uma *utopia sem devaneio*, termo usado pela professora Maria Inês Barbosa da Silva¹ chamando atenção para que o central da luta não se perca e isso vale muito para o reconhecimento e a apropriação do antirracismo como uma tecnologia insurgente.

O livro *Brasil: as raízes do protesto negro* (1983; 2023) é apresentado por Moura como o trabalho de encerramento do primeiro ciclo dos,

¹ Assistente social, professora aposentada do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), doutora em Saúde Pública pela USP e referência nacional na luta antirracista no campo da saúde. Autora do primeiro estudo do país que relaciona relações raciais e saúde, a tese *Racismo e saúde* defendida em 1998 na referida instituição.

estudos sobre o escravo negro no Brasil, a importância do escravismo colonial e os desdobramentos relevantes que esse modo de produção exerceu na formação dos hábitos, da família e da situação social, econômica e ideológica do brasileiro e do negro em particular (Moura, 2023, p. 20).

É uma obra que demonstra como as suas ideias se mantêm imprescindíveis no campo do pensamento social brasileiro, especialmente, quando detemos o olhar crítico para as condições terríveis das relações sociais contemporâneas. Uma parte do caráter atual de suas reflexões está na demonstração científica do significado central do protesto negro na formação social brasileira durante o escravismo e no pós-abolição.

A tese do conflito entre as classes de proprietários e de escravizados – que funda e dinamiza o desenvolvimento da sociedade nacional se contrapõe às explicações que caracterizam os protestos negros como expressões anticulturativas reflexas de uma incapacidade atávica dos povos africanos e seus descendentes para integração na “cultura civilizada ocidental”.

A abordagem conceitual do praxismo presente nas diversas manifestações negras e sua interpretação como protesto, nos permite compreendê-las como experiências concretas no interior das relações sociais, em que sujeitas e sujeitos negras e negros ao se negarem como coisa possuída, têm a oportunidade de se perceberem donas e donos de seus próprios corpos e de se tornarem cada vez mais conscientes do caráter humano de sua existência. Nesse sentido, as resistências negras são apreendidas em seu conjunto como a “práxis que nega o estatuto que desumaniza” (Moura, 1977).

No livro, a epígrafe de abertura *Ciência e Consciência* (2023, p. 17) cita um trecho de *Pele negra, máscara branca* de Frantz Fanon (que em 2025 também se torna centenário), trecho que por sua vez abre o capítulo “A mulher de cor e o branco” que explica como o poder de alienação do racismo imobiliza nos negros o seu real movimento para o mundo, indisponibiliza a manifestação das componentes energéticas e simultâneas de agressividade e de amor

e inviabiliza a construção de uma superestrutura valorizante acerca de si e de seus semelhantes.

As condições problematizadas por Fanon são também indispensáveis para a identificação coletiva, a criação e a operacionalização de estratégias emancipatórias. Daí inferimos que a construção da consciência de classe passa obrigatoriamente pela consciência de si como um ser social constituído historicamente por raça, gênero e sexualidade.

O tripé do sistema colonial formado pela exploração do trabalho de pessoas escravizadas, pelo latifúndio e pela monocultura, dinâmica que perdurou por mais de três séculos, foi um dos elementos principais no processo de acumulação primitiva do capital, mas também de produção de subjetividades e práticas sociais conformadas ou de contraposição ao que estava estabelecido, não apenas em termos econômicos, mas sociais, culturais e políticos.

As identidades produzidas na sociedade colonial a partir da ideia de raça foram associadas com a natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle do trabalho. Raça e divisão do trabalho estruturalmente associadas passaram a reforçar-se mútua e dinamicamente, ao mesmo tempo em que também se articularam com a opressão ao gênero feminino e com a cisheteronormatividade. Compreendemos que raça, classe, gênero e sexualidade não dependem entre si para existir, contudo a relação entre esses elementos construiu em nível global uma sistemática divisão racial, sexual e de gênero do trabalho que se reatualiza e se transforma em congruência com as necessidades do capital e no seu confronto com as demandas e resistências dos movimentos sociais. Desse modo, a tensão entre a colonialidade do poder (Quijano, 2005), a colonialidade de gênero (Lugones, 2020) e a contracolonialidade (Bispo dos Santos, 2023) mantém-se nas entrelinhas das contradições e conflitos que dinamizam as lutas sociais na contemporaneidade.

O racismo que legitimou as invasões e a expansão colonial em suas configurações contemporâneas atua na manutenção do

sistema capitalista em uma articulação sempre dinâmica e não hierárquica com a classe, o gênero e a sexualidade. E certamente com outros marcadores sociais definidores de opressão e desigualdade. O que temos aprendido apenas como divisão social do trabalho se constituiu no capitalismo como uma divisão racial, sexual e de gênero do trabalho. Nesse sentido, a apropriação concreta e cotidiana do antirracismo, do antissexismo e da anti-LGBTfobia, nesse século de ultra precarização mundial das relações de trabalho são escolhas políticas urgentes e necessárias para o enfrentamento do capitalismo e suas expressões. Porque apesar da classe como categoria social seguir sendo o que nos une, é a intermitente violência das opressões o que nos assemelha como seres humanos em nossa diversidade.

Ter consciência do racismo, do sexismo, da homofobia, da lesbofobia e da transfobia não é “coisa de preto, travesti, mulher e viado”. É coisa da classe trabalhadora, pois esses são elementos dinâmicos de hegemonia da sociabilidade burguesa, detentores de uma funcionalidade que o sistema não pode mais prescindir.

Retomando o diálogo com a citação de Fanon questionamos o significado da produção intelectual que não está disposta a confrontar a forma hierárquica de produzir ciência, pautada pela forma sujeito-objeto e não pela alteridade da relação sujeito-sujeito que também envolve as dimensões de raça, gênero, sexualidade e classe. *Quais as possibilidades dessa ciência produzir consciência emancipatória?*

O antirracismo de que estamos falando é sobre superar a concepção maniqueísta do mundo, porque não se trata de criar “uma sociologia negra no Brasil, mas que os cientistas sociais tenham uma visão que enfoque os problemas étnicos do Brasil a partir do negro” (Moura, 1988, p. 10). Isso porque o racismo brasileiro assim como a exploração de classe precisa também ser submetido ao crivo da objetividade científica. “Toda experiência, sobretudo se ela se revela infecunda, deve entrar na composição do real e, desse modo, ocupar um espaço na reestruturação desse real” (Fanon, 2020, p. 63).

A bússola mouriana aponta para o lugar preponderante do antirracismo na luta anticapitalista, especialmente pela articulação dos nexos históricos, culturais, ideológicos, políticos e econômicos que no escravismo tardio (Moura, 1994) alicerçam a relação entre a marginalização negra no pós-abolição e a superexploração no capitalismo dependente.

O capitalismo é racial, genocida e carcerário, nos termos de intelectuais negras e negros como Cedric Robinson², Lélia Gonzalez e Ruth Wilson Gilmore³, somente para citar algumas e alguns que abordam a relação entre Estado, capitalismo e relações raciais. É um debate que se esvazia quando realizado em bases meramente academicistas, porque precisa ser forjado na experiência militante. Para Moura trata-se de uma produção intelectual que precisa estar fundada na intencionalidade de “injetar consciência crítica e revolucionária na comunidade negra e nas camadas e segmentos realmente democráticos do País.” Afinal de contas, não somos uma temática. Somos 56% da população brasileira!

Em sua chave analítica ele nos apresenta como uma questão premente para a revolução brasileira, o negro urbano emergente e sua condição social levantando novos aspectos nas relações entre escravismo, colonialismo, imperialismo e racismo para

² Antropólogo social e ativista político desenvolveu o conceito de capitalismo racial, indicando que o capitalismo não é um sistema neutro, mas intrínseca e estruturalmente racializado desde sua formação, com o racismo sendo uma condição para o seu desenvolvimento, não como uma expressão do sistema, mas como elemento fundamental para a acumulação de capital, sendo a permanência da opressão racial uma forma inseparável e contínua. Em seu livro *Marxismo negro* apresenta as conexões entre a história europeia e a racialização global, demonstrando o significado essencial da escravidão moderna e da colonização para o sistema-mundo capitalista.

³ Geógrafa e abolicionista penal cujo debate central sobre o capitalismo carcerário está na argumentação de que o encarceramento em massa, especialmente nos Estados Unidos não é um erro ou acaso, mas uma característica inerente da racialização do capitalismo, que explora desigualdades de raça, gênero e classe para acumular capital, sendo a prisão uma solução geográfica para as crises econômicas e sociais, e o abolicionismo penal uma luta essencial para a transformação social, articulando a liberdade racial à liberdade de todos (Gilmore, 2024).

compreensão do capitalismo brasileiro em estreita conjugação com Estado despótico-escravista e republicano-autoritário (Moura, 1987). Uma perspectiva de investigação histórica e sociológica que desmente a ideia do negro como peça subsidiária em nossa formação social e contesta a visão reificada e justificadora de sua marginalização no conjunto da sociedade.

No pós-abolição, os mecanismos discriminadores – capitaneados pelo Estado republicano-autoritário empurraram negras e negros para a periferia do sistema capitalista. A marginalização como condição objetiva é um elemento estruturante das subjetividades negras e determinante para as suas formas de organização política. Em composição, o mito da democracia racial fundamenta as relações entre pessoas negras e branca das classes trabalhadoras e entre as negras e negros de condições econômicas e posições diferentes no espaço social. É um quadro que interfere no enfrentamento unificado do racismo e do capitalismo. Pretos e pardos, que no conjunto racial brasileiro são negros, enquanto trabalhadores internalizam de modo articulado os desejos de branquitude e os valores burgueses, alienando-se de sua condição racial e de classe. Assimilam a hierarquização racial, embranquecem seus corpos e comportamentos. Recusam de modo consciente ou não, o conteúdo histórico que lhes confere a potência radical de práxis negra.

Clóvis Moura nos *dá um sacode* para o fato de que a população brasileira é etnocêntrica do ponto de vista branco. Os brancos o são pela ideologia da branquitude e pela necessidade permanente de se resguardarem contra a ameaça de perda do seu lugar em uma sociedade extremamente desigual, que por isso mesmo demanda a superexploração de grandes parcelas marginalizadas. E com Lélia Gonzalez identificamos a hegemonia transversal da branquitude nas sociedades colonizadas através do reconhecimento dos privilégios materiais e imateriais dos sujeitos que a detém, mesmo quando não os advogam diretamente, pois esta é uma ideologia sustentada pela negação e invisibilização permanentes da história, do pensamento e das ações políticas do segmento negro.

O privilégio racial é uma característica marcante da sociedade brasileira, uma vez que o grupo branco é o grande beneficiário da exploração, especialmente da população negra. E não estamos nos referindo apenas ao capitalismo branco, mas também aos brancos sem propriedade dos meios de produção que recebem seus dividendos do racismo (Gonzalez, 2020, p. 46).

E os negros? Submetidos sistematicamente ao racismo institucional e à disseminação de uma ideologia estrutural que tem a força de verdade histórica seguem, ainda, em sua grande maioria, alienados do caráter racial e de classe que os torna descartáveis no processo de “seleção natural” do sistema. Descartados, mas mantidos no permanente espetáculo de miséria, violência e morte banalizadas pelas mídias que estabelecem uma fina linha de suposto equilíbrio entre a “gente de bem” e os “bandidos”.

Os movimentos negros nas demandas por direitos ao Estado brasileiro, desnaturalizaram as relações raciais, politizaram o racismo como questão racial, denunciaram o seu entrelaçamento na contradição entre as classes e o seu lugar na totalidade social.

Em termos de Movimento Negro no Brasil, a nossa proposta não é a mesma do Movimento Negro dos Estados Unidos. Não é porque, em primeiro lugar, se nós somos maioria efetivamente, nós temos que lutar pelos nossos direitos, nós não temos que ficar no gueto, temos que partir para ocupar espaços na sociedade como um todo, não há dúvida. Nós temos as propostas mais democráticas. É da gente que tem que partir essas propostas de democracia, efetivamente. O sistema funciona justamente no sentido de alijar a maioria, basta você vê, por exemplo, o quadro da classe política: é a mesma coisa desde que o Brasil é Brasil. E o cara, daqui a pouco é o filho dele, daqui a pouco é o neto dele, o poder rola praticamente nas mesmas mãos e nós ficamos de fora, nós que somos o povo — o movimento negro cultural está cansado de mostrar que nós somos o povo, já provou isso tranquilamente pra todo mundo (Gonzalez, 1991, p. 8).

O racismo que atinge negros e indígenas no Brasil é uma questão nacional e o seu enfrentamento organizado e politicamente referenciado é potencialmente perigoso para as bases da acumulação capitalista no país, pois as lutas por terra fora da lógica de mercado, por trabalho digno sem exploração e pela distribuição

democrática da riqueza socialmente produzida são revolucionárias ainda neste século XXI e geram perseguição e morte às sujeitas, sujeitos, sujeitos que as reivindicam.

Permanecem no Brasil, de maneira densa, as ideias de mestiçagem e democracia racial, em contraposição às ideias de identidade negra forjadas pelos movimentos negros, cujos projetos em disputa têm permeado as arenas de luta no campo social e político. Neste cenário, algumas conquistas dos movimentos negros são garantidas através da implantação de políticas de ações afirmativas para a população negra na educação (educação básica, ensino fundamental, médio e superior), no mercado de trabalho, na política de saúde etc., em consonância aos preceitos constitucionais e dentro dos limites jurídicos normativos do Estado de Direito. Longe da garantia de atendimento às suas necessidades mínimas, a população negra é o segmento populacional que ocupa, maciçamente, a base da pirâmide social, e sua presença no topo é quase inexistente (Almeida, 2014, p. 132).

Capitalismo racial, genocida e carcerário e as confluências necessárias para o antirracismo insurgente

No escravismo a quilombagem⁴ constituiu dos termos de antinomia daquela sociedade, como elemento dinâmico,

⁴ Movimento histórico e social que, no Brasil, teve início no final do século XVI, idêntico à *marronagem* em outras áreas da América Latina e Caribe. Caracterizou-se pela formação contínua de grupos de negros rebeldes e fugitivos, que constituíam comunidades próprias, os quilombos. A quilombagem perdurou durante todo o tempo em que existiu a escravidão no Brasil e foi um elemento de desgaste permanente do sistema escravista. “Grandes ou pequenos espraíram-se em todo território brasileiro, preocupando as autoridades e exigindo delas, dos senhores de escravos, da Câmara e do aparelho de Estado no seu conjunto, o ônus permanente com despesas para combatê-los. A quilombagem foi, pois, um movimento social permanente que lastreou todo o período escravista no Brasil, influiu poderosamente no esfacelamento da estrutura econômica da época e proporcionou a conservação da consciência étnica do negro até os nossos dias” (Moura, 2013, p. 334). Para as autoridades, quilombo era “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles” (Resposta do Rei de Portugal a consulta do Conselho Ultramarino, data de 2 de dezembro de 1740) (Moura, 1988, p. 103).

considerando que as ações de negação do trabalho eram fatores de desgaste para as bases econômicas do sistema.

A condição de escravizado já trazia em si contradição que criava a possibilidade da revolta. E quando se concretizava em fuga e aquilombamento gerava novas formas de assimetria social na realidade, pois retardava concretamente um processo de produção no qual era considerado uma peça. Ou seja, impulsionava a sociedade no seu sentido global para novas formas de convivência. E como reflexo de suas atividades rebeldes, defluíam “outras formas de comportamento “divergente” em camadas diversas que, por seu turno influíam para que os escravos ainda passivos se transformassem em elemento dinâmico, passando de escravo a quilombola” (Moura, 1988, p. 270). O quilombola onerava o trabalho escravo no seu conjunto e o destituía de legitimidade ao organizar e desenvolver formas de vida social baseadas em outros modos de produção (Silva, 2017, p. 133).

A quilombagem influía negativamente na produção total a ser exportada e na margem de lucros individuais da classe proprietária. Contudo os desajustes em cadeia provocados pelas resistências negras obrigaram a montagem de um aparato de controle social, que mobilizava recursos econômicos públicos e privados, com a contratação de capitães do mato e formação de milícias de recaptura, além do próprio escravizado fugido que era contabilizado como capital perdido. Havia toda uma cadeia de circulação de recursos envolvida na apreensão de escravizados fugidos e destruição de quilombos. A lucratividade com os corpos negros ocorria de um jeito ou de outro, pois a estrutura concreta e subjetiva de contenção buscava sempre manter o equilíbrio no interior de uma sociedade estruturada no conflito entre as duas classes determinantes: proprietários e escravizados.

O eixo da dinâmica social desse período passa pelo comportamento do escravo rebelde ou descontente e as medidas das autoridades para impedi-lo. Isto não quer dizer que todo escravo fosse um quilombola ou fugitivo. Em qualquer sociedade dividida em classes a consciência dos seus antagonismos não atinge a totalidade dos seus membros, nem seria isso possível. Quando voltamos a repetir que a dinâmica desse tipo de sociedade passa pelo antagonismo entre escravos e senhores queremos assinalar que toda a máquina ideológica, administrativa e militar estava montada

objetivando manter o equilíbrio social e ele somente seria possível se houvesse uma estrutura de contenção capaz de mantê-la equilibrada (Moura, 1994, p. 20).

Na atualidade a luta de classes se mantém constitutiva das relações sociais e o Estado como órgão da classe dominante usa todo o seu aparato coercitivo e consensual para reprimir e barrar os conflitos decorrentes do antagonismo básico gerado pela exploração do trabalho. Isso significa que a coerção do Estado segue como uma condição indispensável ao sistema de acumulação capitalista e a contínua adaptação de relações coloniais torna o moderno a base de manutenção do arcaico.

No Brasil o trabalho livre assalariado se estabeleceu através do trabalho escravizado com a dinâmica de acumulação dependente sustentada na superexploração da força de trabalho, na expropriação das terras, dos recursos naturais e na contenção permanente de populações negras e indígenas. Assim como outros países latino-americanos mantém uma estrutura econômica e social colonial: agrário-exportador de *commodities* (matérias-primas básicas como grãos, minerais, petróleo etc.), produzidas em larga escala (monocultura) em grandes extensões de terras (latifúndio) através de superexploração e/ou de trabalho análogo à escravidão, com baixa industrialização e preços definidos pela oferta e demanda internacional.

Considerando essa forma histórica e a ênfase de Moura na coerência metodológica da produção do conhecimento sobre a realidade, no sentido de determinar a partir dos dados objetivos o que é determinante e o que é secundário na análise social, podemos questionar sobre a atualidade: *O que é realmente novo? O que é fundamental e mantém a estabilidade do sistema? Em relação a quais acontecimentos e processos não podemos ficar indiferentes? O que pode abrir perspectivas para uma práxis emancipatória?*

Terra e trabalho continuam fundamentais. Contudo, no Brasil em um contexto de neoliberalismo de extremos, o capitalismo acredita poder prescindir do consenso racial que por décadas

organizou as relações sociais e regulou as populações negras como mão-de-obra excedente para o trabalho assalariado, um "exército de reserva" pressionando os salários para baixo.

A partir de 2018 com a eleição de Jair Bolsonaro o terror racial de Estado contra as favelas e periferias tornou-se ainda mais exacerbado e explícito, ainda que com um discurso que não é direto contra os negros, mas contra os "bandidos", com ênfase na chamada guerra às drogas, que:

é acima de tudo uma guerra racial, não existe destruição de drogas, existe a destruição de pessoas consideradas drogas. Vivemos o que nas palavras de Fanon (2008) é o círculo infernal onde ser negro é não ser humano, consumido por outros que reivindicam o lugar de humanidade. As díades escravo-pecado/negro-crime, são um continuum, as formas mudam, porém, os resultados ao final não são tão distintos (Silva; Marques Jr., 2021, p. 198).

Nos anos de 2020-2023 a pandemia de COVID-19 acirrou as contradições da organização da vida social em nível mundial materializadas no abismo de desigualdade entre os mais ricos e os pobres e miseráveis em todo planeta, demonstrando, portanto, a articulação entre as dimensões estruturais e a conjuntura de crise política, econômica e pandêmica. No Brasil, ocorreu o aumento das iniquidades raciais, que são a base de sua fundação como nação. Foram intensificadas as condições de exploração e opressão na reprodução do racismo como elemento estrutural e estruturante das relações de classe, na medida em que as respostas e não-respostas de enfrentamento da pandemia pelo Estado mostraram-se tanto racializadas como funcionais para a lógica de acumulação.

No pós-pandemia temos vivido tanto o aumento da exploração do trabalho em termos de tempo e intensidade como a aceleração da descartabilidade do trabalho humano vivo. Então como ficam as populações negras, cujas lutas em pleno século XXI ainda são para provar a sua condição de humanidade no interior de democracias liberais? O seu valor na sociedade brasileira contemporânea ainda está para a superexploração e força de trabalho sobrando, porém ganha cada vez mais espaço, o seu lugar

como elemento (perigoso) de valorização da indústria de armamentos que cada vez mais abocanha fatias vultosas do orçamento para a segurança pública dos grandes centros urbanos.

Em 2024 os gastos estaduais com segurança pública somaram R\$ 109,4 bilhões de reais, sendo R\$ 87,5 bilhões (79,9%) para as polícias, R\$ 21,9 bilhões (20%) para o sistema prisional e somente R\$ 18 milhões (0,001%) em políticas para egressos. Com os investimentos nas polícias concentrado no trabalho ostensivo das polícias militares (59,7% dos recursos), a investigação a cargo da polícia civil com 23% do orçamento, e apenas 2,8% para a polícia técnico-científica⁵.

O Rio de Janeiro foi um dos estados que mais gastou, proporcionalmente, com polícias em 2024, sendo 79% destes gastos destinados à polícia militar. Conforme informações do site da Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial:

Em 2022, o Rio de Janeiro foi o estado que mais importou armas e munições no Brasil, cerca de US\$73,3 milhões de dólares, sendo responsável por 33% de toda a importação de armas e munições para o território nacional. Ademais, neste mesmo ano ocorreu o aumento de 26,8% nas importações brasileiras de armas e munições, chegando a US\$ 220 milhões utilizados para compra de arsenal bélico, o maior valor registrado em toda a série histórica do país, sendo valores maiores que durante a Copa do Mundo e as Olimpíadas e todo seu processo de intervenção federal (IDMJR, 2025, n/p).

De acordo com a Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN), do Ministério da Justiça e Segurança Pública, em 2025 a população carcerária brasileira somou 941.752 pessoas em cumprimento de pena, sendo 705.872 em celas físicas e 235.880 em prisão domiciliar, com ou sem monitoramento eletrônico, mantendo o Brasil como a terceira maior população carcerária do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos (EUA) e da China.

⁵ Dados do JUSTA (justa.org.br) – site de informações sistematizadas no campo da economia política da justiça.

De 2005 a 2024, a presença da população negra inserida no sistema prisional do registrou um aumento excessivo no Brasil, com o crescimento de 580%. As informações são da recente edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública [2025]. No primeiro ano do período analisado, os negros eram 58,4% (91.843) do total prisional, enquanto brancos somaram 39,8% (62.574). Já em 2024, a presença de negros correspondeu a 68,7% (532.683) de todas as pessoas privadas de liberdade (Serpa, 2025, n/p).

O encarceramento e o genocídio negro, a vigilância e a opressão sistemática de territórios periféricos seguem cada vez mais lucrativos para as indústrias de armas, torando imprescindível o debate antirracista abordar as relações comerciais e os intercâmbios de tecnologias de produção de morte entre os países capitalistas.

A história dos quilombos, das guerrilhas e das insurreições pesquisadas por Moura na formação social brasileira mostram as populações negras como segmento de antinomia da sociedade escravista, contra o qual todo um violento aparato repressivo ideológico, jurídico e policial foi montado e que permaneceu no pós-abolição, quando os “bons escravos” se tornaram “maus cidadãos” na perspectiva do Estado brasileiro (Moura, 1977).

Durante todo o período republicano os territórios negros periféricos e de favelas têm sido os locais prioritários sobre o qual incidem ações policiais com morte. Esses territórios com maior contingente de moradores negros, além de serem os que apresentam os menores índices de condições de vida, também são os que mais sofrem incursões violentas da polícia.

Os diferentes índices de dominação das diferentes formas de produção econômica existentes no Brasil parecem coincidir num mesmo ponto: a reinterpretação da teoria do “lugar natural” de Aristóteles. Desde a época colonial aos dias de hoje, percebe-se uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães de mato, capangas etc., até à polícia formalmente constituída. Desde a casa grande e do sobrado até aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o

mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” (...) dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço (...) No caso do grupo dominado o que se constata são famílias inteiras amontoadas em cubículos cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias. Além disso, aqui também se tem a presença policial; só que não é para proteger, mas para reprimir, violentar e amedrontar. É por aí que se entende por que o outro lugar natural do negro sejam as prisões. A sistemática repressão policial, dado o seu caráter racista, tem por objetivo próximo a instauração da submissão (Gonzalez, 1984, p. 232).

A percepção da naturalização da vida social engendrada pelo racismo é uma condição para o seu entendimento como uma construção ideológica cuja materialização ocorre através de diversos e multifacetados processos de discriminação racial experimentados por sujeitas e sujeitos. “Enquanto discurso de exclusão que é, ele tem sido perpetuado e reinterpretado de acordo com os interesses dos que dele se beneficiam” (Gonzalez, 2020, p. 55). Assim, a politização do seu enfrentamento racismo requer a sua internalização como questão racial nas relações sociais e a produção de conhecimentos que desvendem criticamente suas origens históricas.

Conclusão

O racismo é uma questão central nas sociedades contemporâneas porque está no cerne de suas construções como sociedades capitalistas. Portanto, não é uma especificidade que atinge segmentos sociais desarticulados do todo social. Ao contrário, as camadas negras e indígenas organizadas compõem o elemento dinâmico potencial para o deslocamento dos polos de poder e para uma recomposição democrática e emancipatória das relações sociais para toda a sociedade.

Após 137 anos de abolição inconclusa as demandas por direitos sociais continuam ameaçadoras e mobilizadoras do medo branco. A memória das revoltas é, de fato, uma potencial

disparadora de uma práxis insurgente forjada por mais de quinhentos anos de violência, opressão e exploração que tem como fundamento as resistências negras e indígenas.

O mundo atravessa uma crise civilizatória que foi acirrada pela pandemia de Covid-19, fazendo com que contradições históricas se tornassem mais visíveis. Vivemos a crise do modelo social inventado pela branquitude, que pelos últimos cinco séculos têm se servido de tudo e de todos como mercadoria, excluindo da condição humana quem está fora da branquitude.

Moura nos lembra que são as contradições que determinam a transformação das sociedades. Por isso, os movimentos rebeldes e insurgentes também contribuem com as contradições que advém de outras causas e tem origem em outras camadas, para a substituição de um modo de produção por outro. Nesse sentido, a raiz do protesto negro não está somente no enfrentamento do racismo contra um segmento específico, mas na luta conjunta pela efetivação da humanização, da participação social democrática e na desmarginalização de todas, todos, todes. Quilombagem não é retórica. Aquilombamento não é uma palavra de ordem. É a utopia sem devaneio de uma sociedade radicalmente democrática cujas concretização nós acreditamos ainda estar na organização da classe trabalhadora.

Referências

ALMEIDA, Magali da Silva. Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo. **Em Pauta**: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, n. 34, v. 12, p. 131-154, 2014.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu/PISEAGRAMA, 2023.

GILMORE, Ruth Wilson. **Califórnia Gulag**: prisões, crise do capitalismo e abolicionismo penal. São Paulo: Igrá Kniga, 2024.

MOURA, Clóvis. **O negro, de bom escravo a mau cidadão?** Rio de Janeiro: Conquista, 1977.

MOURA, Clovis. **Brasil**: as raízes do protesto negro. São Paulo: Global, 1983.

MOURA, Clóvis. **Brasil**: as raízes do protesto negro. São Paulo: Dandara, 2023.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, ANPOCS, p. 223-244, 1984,

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

GONZALEZ, Lélia. Entrevista. **Jornal MNU**, nº 19. 1991. Disponível em: <https://memoriafeminista.com.br/wp-content/uploads/tainacan-items/750/54471/BR-RJ-REDEH.NM_LG_02.CD05.02.02.06.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2026.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político econômica. In: RIOS, Flavia; LIMA, Marcia (org.). **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. A juventude negra brasileira e a questão do desemprego. In: RIOS, Flavia; LIMA, Marcia (org.). **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

OLIVEIRA, Fabio Nogueira de. **Clóvis Moura**: trajetória intelectual, práxis e resistência negra. Salvador: EDUNEB, 2016.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgar (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Disponível em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2026.

ROBINSON, Cedric J. **Marxismo negro**: a criação da tradição radical negra. São Paulo: Perspectiva, 2023.

SERPA, Verônica. Em 19 anos, população negra nos presídios cresce mais de 500% no Brasil. **Alma Preta**, São Paulo, 25 de julho de 2025. Disponível em: <<https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/em-19-anos-populacao-negra-nos-presidios-cresce-mais-de-500-no-brasil/>>. Acesso em: 19 jan. 2026.

SILVA, Ana Paula Procópio da; MARQUES JR. Joílson Santana. Racismo estrutural e o paradigma antinegro: o proibicionismo e a guerra às drogas como os novos grillhões dos negros brasileiros. *In*: GOMES, Tathiana Meyre da Silva; PASSOS, Rachel Gouveia; DUARTE, Marco José de Oliveira. (org..). **Saúde mental e drogas em tempos de pandemia**: contribuições do Serviço Social. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

SILVA, Ana Paula Procópio da. **O contrário de casa-grande não é senzala**. É quilombo. A categoria práxis negra no pensamento de Clóvis Moura. 2017. 291f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Escola de Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

CAPÍTULO 6

AMÉFRICA LADINA, NEOCOLONIALISMO E RACISMO ESTRUTURAL

Magali da Silva Almeida

Seu nome era dor
Seu sorriso dilaceração
Seus braços e pernas, asas
Seu sexo seu escudo
Sua mente libertação
Nada satisfaz seu impulso
De mergulhar em prazer
Contra todas as correntes
Em uma só correnteza
Quem faz rolar quem tu és?
Mulher!...
Solitária e sólida
Envolvente e desafiante
Quem te impede de gritar
Do fundo de sua garganta
Único brado que alcança
Que te delimita
Mulher!
Marca de mito embotável
Mistério que a tudo anuncia
E que se expõe dia-a-dia
Quando deverias estar resguardada
Seu ritus de alegria
Seus véus entrecruzados de velharias
Da inóspita tradição irradias
Mulher!
Há corte e cortes profundos
Em sua pele em seu pelo
Há sulcos em sua face
Que são caminhos do mundo
São mapas indecifráveis

Em cartografia antiga
Precisas de um pirata
De boa pirataria
Que te arranques da selvageria
E te coloque, mais uma vez,
Diante do mundo
Mulher.
(Sonho, Beatriz Nascimento)

Introdução

Estou muito emocionada por participar do VIII Seminário Internacional da Faculdade de Serviço Social (VIII SEMINTSS) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Um pedaço de mim reside nestas terras mineiras. Meu pai, Eugênio Telles de Almeida, homem negro potente, a quem devo uma homenagem, nasceu em São Mateus, em Juiz de Fora, em 1928. Este artigo é dedicado à sua memória e legado tanto na formação familiar quanto na coletividade onde morou na Baixada Fluminense, no estado do Rio de Janeiro, desde o final da década de 1950.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFJF (PPGSS/UFJF) pelo convite, e explico minha concordância com zelo da organização desta mesa de debate. Particularmente, dirijo minhas saudações, na pessoa do Professor Marco José de Oliveira Duarte, aos corpos docente e discente desta casa e a toda audiência.

A geração à qual pertencemos engajou-se no novo sindicalismo de filiação marxista, contribuindo de forma sistemática para a construção do projeto democrático brasileiro de base antirracista. Mas ainda temos muitos desafios. O enfrentamento do capitalismo dependente, estruturado em relações de poder hierárquicas e desiguais na sociedade brasileira, exigiu, dos movimentos negros (MNs) contemporâneos, a problematização e o enfrentamento do racismo e do sexismo, articulados na ideologia da democracia racial, base na qual o modelo econômico de exploração do trabalho se reproduz de forma sistêmica.

A construção de uma contranarrativa ao discurso hegemônico da harmonia racial constituiu-se em um dos principais desafios políticos e teóricos dos MNs, materializado ao final da década de 1970. A formulação de uma base teórica, segundo a qual a história da formação social brasileira se funda na luta de classes — entre escravizados(as) e senhores(as) na ordem escravista e, no pós-abolição, entre patrões e trabalhadores — conferiu novos contornos ao protagonismo negro, comprometido com a radicalização da ordem societária vigente.

Uma crítica à miopia intelectual dos cientistas sociais foi realizada por Moura (1983), acerca da superficialidade das análises dos quase 400 anos de existência do escravismo colonial, do trabalho escravo e da coisificação do corpo negro, bem como das insurgências negras, eclipsadas na década do centenário da Abolição, o mais relevante evento sócio-histórico da formação social brasileira.

Estamos na década do centenário da Abolição da escravidão negra no Brasil. O fato histórico-social mais importante para a formação brasileira - quase quatrocentos anos de escravismo colonial - parece, no entanto, que não sensibiliza ou estimula os nossos cientistas sociais, mais voltados para assuntos tópicos, centrados em fatos e processos secundários, fugindo, assim, de analisar mais profundamente o modo de produção escravista, como ele se manifestou no Brasil e as muitas (e profundas) aderências sociais, econômicas, políticas, culturais e psicológicas que deixou na nossa sociedade atua (Moura, 1983, p. 124)

A crítica do autor ainda é atual, a despeito do aumento da produção intelectual negra, resultado da política de reserva de vagas para pretos e pardos nas universidades brasileiras que ampliou a presença da população negra no âmbito da ciência, no estudo das desigualdades sociorraciais e na manutenção das estruturas de poder, mantendo-se intocáveis essas estruturas e o padrão de acumulação econômica capitalista.

É também um grande prazer reencontrar a professora Luciane Rocha, com quem divido esta mesa. Cabe, aqui, uma breve digressão temporal. Em parceria com as equipes de CRIOLA (ONG

de mulheres negras do Rio de Janeiro) e da Universidade do Texas em Austin (UT Austin), foi possível compartilhar e construir processos formativos de inúmeros ativistas brasileiros e estadunidenses, por meio da realização de um curso pioneiro no Brasil, sediado nas dependências da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), no Programa de Estudos e Debates dos Povos Africanos e Afro-Americanos (PROAFRO)¹. O curso de extensão “*A Teoria e as Questões Políticas da Diáspora Negra nas Américas*”, organizado pelas três instituições, foi desenvolvido na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) entre os anos de 2007 e 2013. Nesse período, o acesso ao pensamento negro e feminista das Américas e do Caribe possibilitou a circulação de um amplo e, em grande medida, inédito repertório bibliográfico no Brasil. Foram apresentadas referências de intelectuais estadunidenses, latino-americanos e caribenhos, articuladas ao acervo da produção intelectual brasileira, que, durante décadas, permaneceu marginalizada nos processos formativos antirracistas, especialmente, nos ciclos de formação da infância e da juventude negra, bem como na graduação e na pós-graduação no país.

O tema desta mesa, “*América Ladina, Neocolonialismo e Racismo de Estado*”, remete ao debate de categorias analíticas centrais para a compreensão dos efeitos seculares genocídio da população negra estruturante do projeto capitalista na vida dessa população e, de modo particular, das mulheres negras.

O presente artigo propõe-se a refletir, de forma sucinta, sobre a categoria histórico-cultural *amefricanidade* na análise da violência estrutural contra a juventude negra retratada no alto índice de assassinatos pelas forças policiais do Estado burguês e a resposta das mães e familiares às mortes precoces. Essa violência funda a sociedade brasileira, é tem no racismo estrutural a tecnologia, por excelência, como uma das respostas à crise do capitalismo

¹ PROAFRO é um programa de Pesquisa e Extensão, criado em 1992, vinculado ao Centro de Ciências Sociais da UERJ. O primeiro programa de estudos e extensão brasileiro sobre a África e Diáspora Americana certificado pelo CNPq.

contemporâneo. Como ponto de partida, o texto apresenta duas questões norteadoras: o que é *amefricanidade* e qual o seu contributo para o debate do racismo estrutural como dispositivo de dominação do Estado e de reprodução de seu modelo de acumulação? Como a *necropolítica* afeta a juventude negra? Quais têm sido as respostas do Movimento de Mães e Familiares de vítimas da violência estatal frente à política de morte que incide sobre a juventude negra.

Amefricanidade: o contributo de Lélia Gonzalez ao processo de libertação da América Latina.

A reprodução social do capital, tanto no período escravista quanto no pós-abolição, não prescindiu do trabalho das mulheres negras. Tal formulação foi desenvolvida teoricamente por diversas intelectuais negras e feministas negras, entre as quais se destacam Ângela Davis (2016), Patricia Hill Collins (2021) Lélia Gonzalez (1988) e Beatriz Nascimento *apud* Ratts (2007; 2025). Essas autoras evidenciam que a divisão racial e sexual do trabalho constitui um eixo estruturante da sociabilidade capitalista, na medida em que articula exploração econômica, opressão racial e de gênero. Nessa perspectiva, a centralidade do trabalho das mulheres negras revela-se fundamental para uma crítica radical do capitalismo, ao permitir compreender a permanência sistêmica das desigualdades raciais e de gênero nos contextos sociais marcados pela experiência da escravidão moderna² e por suas continuidades no pós-abolição.

As críticas e análises das desigualdades de raça e gênero no pensamento feminista negro brasileiro movimentam a ação política de mulheres negras na diáspora ao longo dos séculos XX e XXI — entre marchas e lutas diversas —, como consequência do ativismo das mulheres negras brasileiras, de reconhecimento internacional.

² Escravidão moderna segundo Clóvis Moura (2021, p. 149), é um “modo de produção, que surgiu com o mercantilismo e a expansão do capitalismo, sendo um dos elementos constituintes básicos da acumulação primitiva do capital”.

Collins (2021) exprimindo sua opinião sobre o movimento das mulheres negras no Brasil, afirma que

Várias décadas de ativismo das mulheres negras no Brasil criaram o espaço político, social e artístico para esse evento³ dedicado às questões e necessidades das mulheres negras no Brasil, especificamente, mas também das afro-latinas e afro-caribenhas de forma geral. Em 1975, no início da Década das Mulheres promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), as mulheres negras apresentaram o Manifesto das Mulheres Negras no Congresso das Mulheres Brasileiras. O manifesto chamou a atenção para com a vida das mulheres negras no trabalho, na família e na economia era moldada por gênero, raça e sexualidade. Durante esta década, as feministas brancas permaneceram indiferentes ou incapazes de abordar as preocupações das mulheres negras. Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e muitas outras ativistas negras continuaram a lutar pelas questões relativas às mulheres negras (Collins, 2021, p. 39).

Como afirma Vilma Reis (Gomes, 2021), são as mulheres negras que impulsionam a luta pela democracia no Brasil, embora ainda se conheça pouco acerca de suas lutas insurgentes no cotidiano. Por sua vez, Lélia Gonzalez (2019) chama a atenção para a necessidade de situar a luta antirracista na totalidade da vida social e no interior do projeto de nação em disputa no âmbito da luta de classes.

Enquanto a questão negra não for assumida pela sociedade brasileira como um todo: negros, brancos e nós todos juntos refletirmos, avaliarmos, desenvolvermos uma práxis de conscientização da questão da discriminação racial nesse país, vai ser muito difícil no Brasil, chegar ao ponto de efetivamente ser uma democracia racial. No lastro do todo das questões que estão colocadas, o que se percebe é que estamos num país em que as classes dominantes, os donos do poder e os intelectuais a serviço dessas classes, efetivamente, não abrem mão. Eles não estão a fim de desenvolver um trabalho no sentido da construção de uma nacionalidade brasileira (Gonzalez, 2019, p. 223).

³ Collins (2021) refere-se à sétima edição do Festival Latinidades realizado em Brasília.

A opressão racial e sexista conjugada, fundante da exploração do trabalho na formação sócio-histórica brasileira, estruturalmente edificada pelo sistema colonial escravista, adquire, no capitalismo dependente, novas feições. O Brasil foi o último país das Américas a abolir formalmente a escravidão, sem a implementação de quaisquer políticas reparatórias subsequentes voltadas à população negra recém-liberta. Ao contrário, o Estado brasileiro instituiu, ao longo do século XIX, políticas de distribuição e ocupação de terras devolutas, bem como de estímulo à imigração europeia, entre outras políticas raciais constitutivas de um projeto de nação idealizado a partir de uma centralidade racial. A esse respeito, a pesquisadora Giralda Seyferth (1996) demonstra, em artigo clássico, a intenção declarada do Império em promover, cerca de sete anos antes da Abolição, o embranquecimento do trabalho e da sociedade brasileira, em razão do esgotamento do modelo escravista frente às exigências impostas pelas economias centrais do período. Desse modo,

a sistemática da concessão de terras públicas a colonos de origem europeia, na fase final dos assentamentos ocorridos no Vale do Itajaí-mirim, após a criação do município de Brusque em 1881 – uma região oficial de colonização administrada pelo Estado de Santa Catarina desde 1860. Focaliza as práticas de ocupação de lotes utilizadas pelos colonos, consideradas ilegais pelas autoridades porque contrariavam o modelo de colonização idealizado pelo Estado, configurando uma situação de constantes deslocamentos (Seyferth, 1996, p. 29).

O racismo recrudesciu, assumiu novas feições e estabeleceu alianças políticas entre o Estado republicano e a burguesia emergente, afirmando o pacto da branquitude⁴. Tal pacto assegurou

⁴ Para Cida Bento (2002, p. 160), o conceito de pacto narcísico da branquitude é concebido como um “pacto não verbalizado, mas que mantém as pessoas, o mesmo segmento, em geral, masculino e branco, nos lugares de poder do país em todo tipo de instituição. Não é um acordo, não é uma coisa combinada (...). Mas nas diferentes instituições se tem o mesmo perfil de pessoas liderando. E liderar significa tomar decisões que influenciam o país (...). Esse pacto, ao mesmo tempo que fortalece o mesmo grupo, o grupo de iguais, ele exclui quem não faz parte

privilégios aos grupos dominantes e mantém intocadas as estruturas de poder assimétricas e desiguais de gênero, raça e classe na conformação da classe trabalhadora.

Sem dúvida, essa dinâmica societária teve profundo impacto sobre as condições de vida da população negra e, de modo particular, das mulheres negras, desde o pós-abolição e ao longo de todo o período republicano. Destaca-se, nesse contexto, o trabalho de cuidado remunerado realizado por mulheres negras nas primeiras décadas do século XX, como consequência do modelo de desenvolvimento adotado tanto nos países do capitalismo industrial central quanto nos países dependentes, o que acentuou as desigualdades raciais e de gênero.

O trabalho doméstico, bem como as condições de sua realização por mulheres negras, tanto nos Estados Unidos da América quanto no Brasil, constituiu tema central nas agendas políticas de ativistas sindicalistas comunistas como Laudelina de Campos Melo, no Brasil, e Esther V. Cooper e Claudia Jones, nos Estados Unidos (Almeida; Cruz, 2024).

A incidência dessas opressões fecunda, de modo sistêmico, estereótipos de inferiorização e exploração de seu trabalho que desumanizam a existência das mulheres negras. As *imagens de controle*⁵, produzidas no âmbito da educação e da ciência, edificam representações de inferioridade, subalternidade e, sobretudo, de suposta incapacidade intelectual, que acompanham suas trajetórias educacionais, produzindo desvantagens estruturais e discriminações sociais no acesso equânime ao mundo do trabalho,

deste grupo (...) Ele é um pacto que sustenta as desigualdades (...). Quando você está dentro de uma instituição, essas desigualdades que são criadas nesse contexto do pacto narcísico e do pacto da branquitude, são tratadas como mérito. Então, se este grupo está na liderança das grandes instituições é porque tem mérito. E os grupos que não estão é porque não tem mérito. Não estão devidamente preparados”

⁵ Conceito de Patrícia Hiil Collins, entendida como imagens concebidas, sendo construções sociais que são estruturadas pelo racismo, sexismo e outras formas de injustiça social, pareçam naturais, normais e inevitáveis na vida cotidiana. Ver Bueno (2020).

especialmente em atividades que demandam competências e habilidades associadas ao trabalho intelectual.

Isto posto, discutir a emancipação do trabalho da mulher negra frente à racionalidade do capitalismo em sua fase neoliberal implica desvelar o racismo patriarcal heteronormativo que sustenta as relações sociais desiguais e o pacto da chamada “democracia racial” brasileira, cuja função mítica consiste em negar cotidianamente o conflito racial e intelectual. Desse modo, desvelar a(s) forma(s) como o Estado burguês aciona as ideologias raciais e sexistas no exercício da exploração e opressões das mulheres. Paradoxalmente, esse mesmo pacto evidencia as condições materiais e simbólicas que produzem as desvantagens vividas pelas mulheres negras e por sua coletividade, alimentando lutas em diáspora pelo acesso a direitos e pela construção de projetos emancipatórios, autônomos, antirracistas e anticapitalistas.

Em texto anterior (Almeida, 2021), discuti o conceito de formulado por Lélia Gonzalez (1988), como chave analítica para compreender a denegação do racismo na formação social brasileira. No contexto político dos anos posteriores à década de 1970, o debate racial foi intensificado pela atuação dos movimentos negros (MNs), a partir da desnaturalização da inferiorização da população negra e da superexploração do trabalho que afeta diretamente o acesso aos direitos do conjunto da classe trabalhadora. Esta crítica funda-se no reconhecimento da raça como construção social mobilizada pelo Estado por meio do racismo, entendido como dispositivo ideológico de dominação, exploração e controle social.

Outro sujeito social importante forjado neste período histórico foi o Movimento de Mulheres Negras (MMNs). O pensamento feminista negro brasileiro, em diálogo com pensadoras feministas negras das Américas e do Caribe e com ativistas anticapitalistas na efervescência naquela conjuntura, fortaleceu os fundamentos críticos sobre a formação social da América Latina, iluminando o debate sob a presença da diversidade cultural dos povos africanos e indígenas presentes que foram subordinados à cultura

dominante, mas o grande organizador da cultura diversa desse continente.

É nesse contexto que Lélia Gonzalez (1988) formula a categoria de amefricanidade. Essa categoria de análise, toma como ponto de partida a experiência brasileira e da sofisticação da racionalidade do racismo à brasileira, promove um amplo debate sobre a totalidade da vida social na América Latina, buscando explicar a dinâmica da ideologia da democracia racial em sua função de dominação, ao articular racismo e sexismo nas condições objetivas e subjetivas dos(as) colonizados(as).

Segundo Almeida (2021),

Lélia Gonzalez recompõe em novas bases teóricas a importância da análise da formação histórico-cultural brasileira. Segundo ela, devido a fatores de ordem geográfica, mas sobretudo no plano do inconsciente, a América Latina não vem a ser o que geralmente se afirma. Entendendo a construção do conhecimento como um processo de memória e da história no qual o sujeito cognitivo é criativo. Lélia Gonzalez nos brinda com um jogo de palavras de enorme erudição teórica, política e epistêmica e nos apresenta o *modus operandi* das tecnologias do colonialismo [de colonialidade - *inclusão nossa*], que para servir ao capital/patriarcado e a supremacia branca, precisa negar os sujeitos subalternizados, mas contraditoriamente, usufrui, silencia, oculta a cultura e as riquezas criadas, porém não aproveitadas pelos /as subalternizados/as, acionando o racismo como arma colonial de dominação. O Brasil é uma América africana, cuja latinidade por não existir, teve trocado o *t* pelo *d* para ser, evidentemente, seu nome assumido com todas as letras: América Ladina (Almeida, 2021, p. 174).

América Ladina, termo que Lélia Gonzalez usava para se referir à formação do continente, marcando suas influências indígenas e africanas, além da ibérica. Para Lélia Gonzalez (2020) todos os pretos e pardos, indígenas são “ladinoamefricanos”,

A denegação de nossa *latinoamefricanidade*, o racismo a brasileira, se volta contra aqueles/as que afloram em sua presença, a população negra. Ao mesmo tempo afirmam, afirma-se que os brasileiros não são racistas, acionando o mito da democracia racial. Semelhanças nas contribuições culturais negro-africanas em várias regiões das Américas (incluindo o caribe) com efeitos do processo de violência colonial levaram nossa autora a

reconhecer os processos de luta e afirmação do legado civilizatório africano [e indígena, inclusão nossa] [e cunhar o conceito de *amefricanidade* (Almeida, 2021, p. 174).

Neste contexto, a mulher negra ganha significado de resistência, luta e guardiã da memória ancestral. Esta representação, segundo Lélia Gonzalez, aproxima a luta das mulheres negras das referências femininas africanas rompendo com os paradigmas ocidentais do feminino universal. Segundo Elizabete Viana (2006) essas referências simbólicas são fundamentais para a diferenciação para a construção do protagonismo negro e das mulheres negras. Para Viana (2006, p. 2)

Para superar algumas contradições, Lélia entendia que uma organização autônoma de mulheres negras deveria ter como referência as lutas das mulheres africanas e amefricanas, como Nanny, que estaria “para Jamaica assim como Zumbi para o Brasil”. As lendas ou narrativas acerca de Nanny – além da sua capacidade de guerrear – demonstraram, para ela, simbolicamente, que a mulher, ou seja, a mulher negra: a) “assegura a regeneração e a continuidade de uma sociedade”, mesmo em condições adversas, b) possui uma “perspicácia feminina no desenvolvimento de táticas, inesperadas para o inimigo, cuja fonte está no saber do próprio grupo e c) e possuiria “uma radicalidade”. Na comparação, entre Nanny e Zumbi feita por ela poderíamos traçar uma analogia com o segundo, como destacou Bairros, sobre as constantes referências a Zumbi nos escritos de Lélia, não como uma “alusão a um passado longínquo”, mas uma “atualização das demandas do povo negro hoje”. As narrativas acerca de Nanny, segundo a própria Lélia, remeteriam à “importância das mulheres na luta das comunidades amefricanas ontem e hoje (Viana, 2006, p. 22).

Necropolítica, capitalismo e neoliberalismo: mães e familiares de vítimas de violência de Estado em luta pela memória

O conceito de necropolítica foi formulado por Achille Mbembe, um dos mais relevantes intelectuais negros contemporâneos, nascido na República dos Camarões em 1957. Sua inserção em universidades de projeção internacional atesta a centralidade de sua contribuição ao pensamento crítico insurgente. Mbembe exerce atividades de docência e pesquisa em instituições de destaque dentro e fora do

continente africano, sendo professor de História e Ciências Políticas na Universidade de Witwatersrand, em Joanesburgo, África do Sul, e na Duke University, nos Estados Unidos.

Sua obra possui caráter marcadamente interdisciplinar, dialogando com a História, a Filosofia e a Ciência Política, e tensiona os limites teóricos e filosóficos da Modernidade, especialmente no que concerne à liberdade enquanto valor universal. O conceito de necropolítica, formulado pelo autor, refere-se ao exercício da soberania como poder de decidir quem deve viver e quem deve morrer, evidenciando as formas contemporâneas de gestão da vida e da morte nos Estados modernos. Em diálogo crítico com os conceitos foucaultianos de biopoder e biopolítica, demonstra como a violência estatal, especialmente em contextos marcados pelo racismo estrutural, produz territórios e populações matáveis. No caso brasileiro, a necropolítica manifesta-se de modo particularmente incisivo sobre a juventude negra, alvo privilegiado de políticas de segurança pública que operam como dispositivos de controle, extermínio e administração racializada da morte.

Na economia do biopoder, a função do racismo consiste em regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado. Segundo Foucault, trata-se da “condição de aceitabilidade do fazer morrer” (Mbembe, 2018, p. 18). No contexto brasileiro, essa lógica se materializa nas políticas de segurança pública e no sistema penal, que operam seletivamente sobre territórios violentados e racializados, convertendo a juventude negra em alvo preferencial da violência estatal e naturalizando sua eliminação como mecanismo de gestão social.

O pensamento de Mbembe promove um deslocamento crítico dos conceitos foucaultianos, originalmente formulados para explicar os processos de dominação no contexto europeu, ao mobilizá-los para a análise das relações de dominação e opressão em contextos pós-coloniais na África e dos processos de colonização e colonialidade nas Américas e no Caribe, sobretudo

nas formações sociais marcadas pela experiência histórica dos sistemas de *plantation*.

Nestes termos, afixação que raça, território e violência são dimensões inescapáveis da análise do genocídio da juventude negra que atinge a população jovem negra e se amplia de forma esmagadora como uma das dimensões da política neoliberal. Igualmente a opinião de Alves (2011) a categoria raça como produção social importante de quem vive e quem morre no espaço urbano é um fenômeno global⁶.

Se ‘raça’ em termos biológicos é uma ficção, o mesmo não se pode dizer das suas implicações materiais na vida das populações racializadas. Por si só, os padrões de violência homicida não apenas desafiam os entendimentos ambivalentes sobre raça – segundo os quais o Brasil se difere dos Estados Unidos e da África do Sul – como também sugerem nesse contexto um ‘modelo antropofágico de relações étnico-raciais’ (PAIXÃO, 2005, p.04) em que o corpo negro aparece como o locus privilegiado da violência. Os pesquisadores da violência urbana têm identificado não apenas uma ‘afinidade eletiva’ entre punição e cor (AD’RNO 1995, SILVA 1998), como também um ‘padrão da mortalidade juvenil’ (WASELFISZ 2011) que elege jovens negros urbanos como as principais vítimas dos assassinatos no país. Mais: se o assassinato de indivíduos em plena idade produtiva já expõe a tragédia programada do Brasil do futuro, o assassinato de negras e negros expõe também o exercício estatal de um necropoder racial pelo qual o Estado mata por deixar morrer (Alves, 2011, p. 109).

A equipe de pesquisadores do Observatório da Racialidade e Interseccionalidade (ORI), da Universidade Federal da Bahia, tem

⁶ Claudia Silva vítima de uma operação da Polícia Militar do Rio de Janeiro, no Morro da Congonha, em 16 de março de 2014. Foi baleada e arrastada pela viatura da polícia em via pública; Marielle Franco e Anderson Gomes foram executados a tiros no Estácio, Região Central do Rio de Janeiro, no dia 14 de março em 2018. George Perry Floyd Jr foi um afro-americano assassinado em Minneapolis, no dia 25 de maio de 2020, estrangulado pelo policial branco Derek Chauvin, que ajoelhou em seu pescoço durante uma abordagem por supostamente usar uma nota falsificada de vinte dólares em um supermercado. A médica Andréa Marins Dias, morta aos 61 anos, após ser baleada em uma perseguição policial no Rio de Janeiro. Andreia era uma cirurgiã oncológica especializada no tratamento de endometriose.

desenvolvido pesquisas e ações de extensão voltadas para trabalhadores(as) e movimentos sociais, com o objetivo de qualificar a atenção e o cuidado psicossocial às mães e aos familiares de vítimas do Estado na Bahia. Temos voltado a atenção para estudos sobre a violência letal de Estado, concebida neste artigo como necropolítica (Mbembe,2018), promovida por agentes de segurança pública e que incide de forma direta sobre a juventude negra periférica, revelando a articulação entre o racismo estrutural e a seletividade penal como dispositivos que estruturam o modelo de segurança pública brasileiro e orientam a atuação de seus agentes.

No cenário de históricas e sistemáticas violações de direitos humanos em nosso país, insurgem os movimentos de mães e familiares de vítimas de violência de Estado como processos de resistência para denunciar as mortes de seus filhos(as) e familiares, frente à micropolítica e agenciamento de uma ampla agenda de denúncias do racismo institucional e direitos humanos. A ação política desses movimentos coloca em evidência a naturalização da violência dos agentes de segurança do Estado, confrontando a raiz neoliberal que fundamenta a segurança pública e o conjunto das políticas de proteção social e de outros direitos. Evidentemente, o racismo e o sexismo ganham centralidade na produção da desigualdade social, aprofundando o sofrimento/existência das mulheres negras e de suas famílias, requerendo maior investimento do fundo público na execução de políticas públicas. Ao buscar justiça, memória e reparação pela perda de seus filhos, essas mulheres rompem com o papel socialmente atribuído de passividade e sujeição e se colocam como protagonistas de denúncias públicas, articulações coletivas que abrem importantes canais de enfrentamento com o Estado burguês (Almeida *et al.* 2025).

Considerações finais

De acordo com Rui Braga (2025), o racismo constitui a base das relações sociais de dominação e exploração no capitalismo. Ideários

racialistas, no Brasil, afirmam a incapacidade da população negra de se integrar ao modo de vida moderno e a naturalização da condição de marginalização do negro. Cobra-se, ainda hoje, desse(a) trabalhador(a) um comportamento submisso, tal qual aquele que o senhor exigia do colonizado (Braga, 2025).

Tal compreensão evidencia que a racialização da força de trabalho não é um elemento residual, mas estrutural à dinâmica de acumulação que articulando-se a outras matrizes de poder, como o patriarcado, aprofunda os mecanismos de dominação e, de forma contraditória, engendra historicamente processos de resistência e insurgência no interior da classe trabalhadora, na qual a luta feminista e antirracista tem formulado uma miríade de análises críticas e materialistas das desigualdades raciais e de gênero, históricas, no capitalismo.

Lélia Gonzalez (2020) e Sueli Carneiro (2024) são como faróis iluminadores dessa longa caminhada, de uma estrada pavimentada por resistências e insurgências negras, que mantêm viva a memória do legado africano na diáspora negra. Ambas as autoras, assim como Beatriz Nascimento (*apud* Ratts, 2007; 2024), sacodem nossas memórias para o perigo de uma história única a nós imposta, mediante a invisibilização e o silenciamento do pensamento negro, do legado civilizatório, do direito de viver com dignidade e da memória. Ser amefricana(o) é apropriar-se do legado ancestral negro-brasileiro, soterrado, sobretudo, pela necropolítica, e buscar as raízes das desigualdades produzidas no capitalismo. O trabalho inovador que estamos realizando na Universidade Federal da Bahia, no âmbito da formação de trabalhadores de instituições públicas para o acolhimento de mães e familiares de vítimas de violência de Estado, escancara a crise do modelo de segurança pública brasileiro, que reproduz e legitima o genocídio da juventude negra no contexto neoliberal.

O levantamento das produções acadêmicas de programas de pós-graduação realizado pela equipe de pesquisadores(as) revela que os movimentos de mães e familiares de vítimas dessa violência atuam na denúncia do genocídio da juventude negra, articulam

redes nacionais e internacionais, e reivindicam memória, justiça e reparação. Para além da denúncia, esses movimentos produzem conhecimento a partir de suas experiências cotidianas de resistência.

Referência

ALMEIDA, Magali da Silva *et al.* Levantamento bibliográfico sobre movimento de mães e familiares enlutados: contribuições ao debate antirracista. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS - CBAS*, 18, 2025, Salvador, Bahia. **Anais [...]**. Salvador, BA: CFESS, 2025, p. 1-12.

ALMEIDA, Magali da Silva; CRUZ, Maruaia de Castro. Trabalho doméstico e lutas radicais no século XX: pelepas de mulheres negras contra o racismo. BASTOS, Rogério Lustosa *et. al.* (org.). **Negritude, minorias excluídas e lutas anticapitalistas**. São Paulo: Editora Dialética, 2024

ALMEIDA, Magali da Silva. Relações raciais no Brasil e políticas coloniais: a presença dos coletivos de estudantes negros e negras no ensino superior. EURICO, Marcia Campos *et. al.* (org.). **Questão racial, serviço social e os desafios contemporâneos**. Campinas: Papel Social, 2021

ALVES, Jaime Amparo. Topografias da violência: necropoder e governamentalidade espacial em São Paulo. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, v. 22, p. 108-134, 2011.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. 2002. 185f. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

BRAGA, Ruy. **Capitalismo racial: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2025

BUENO, Winnie. **Imagens de controle: um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins**. Porto Alegre: Zouk, 2020.

CARNEIRO, Sueli. Prefácio. *In*: RATTES, Alex. **Eu sou atlântica**: lugares e rotas de Beatriz Nascimento. 2ª ed. São Paulo: Oralituras Editora; Fundação Rosa Luxemburgo, 2024. p. 13-16.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016

GOMES, Christiane. Vilma Reis: são as mulheres negras que qualificam a democracia brasileira. **Fundação Rosa Luxemburgo** – Brasil e Paraguai. São Paulo, 18 jul. 2021. Disponível em: <<https://rosalux.org.br/vilma-reis-sao-as-mulheres-negras-que-qualificam-a-democracia-brasileira/>> Acesso em 10 fev. 2026.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92-93, p. 69-82, jan./jun., 1988.

GONZALEZ, Lélia. Democracia racial: uma militância. **Arte & Ensaios** - revista do ppgav/eba/ufrrj, n. 38, jul., 2019. Disponível em: <<https://revistas.ufrrj.br/index.php/ae/article/download/27925/15208/70151>> Acesso em 19 de mar de 2026

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Organização de Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar. 2020

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MOURA, Clóvis. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2013.

MOURA, Clovis. Escravismo, colonialismo, imperialismo e racismo. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 14, 1983. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20824>> . Acesso em: 1 mar. 2026.

RATTES, Alex. **Eu sou atlântica**: lugares e rotas de Beatriz Nascimento. 2ª ed. São Paulo: Oralituras Editora; Fundação Rosa Luxemburgo, 2024

RATTES, Alex. **Eu sou atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial do estado de São Paulo; Instituto Kuansa, 2007.

SEYFERTH, Giralda. Concessão de terras, dívida colonial e mobilidade. Estudos **Sociedade e Agricultura**, n. 7, p. 29-58, dez., 1996.

VIANA, Elizabeth do Espírito Santo, **Relações raciais, gênero e movimentos sociais**: o pensamento de Lélia Gonzalez 1970-1990. 2006. 193f. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SOBRE AS AUTORIAS

Ana Paula Procópio da Silva - Psicóloga (UGF, 1995) e Assistente Social (UERJ, 2007). Doutora em Serviço Social (UFRJ, 2017). Mestre em Serviço Social (UERJ, 2009). Diretora (2024-2028) e professora adjunta da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Bolsista Prociência UERJ (2024-2027). Coordenadora adjunta do PROAFRO UERJ. Coordenadora da Ênfase de Relações Raciais do GTP Serviço Social, Feminismos, Relações Étnico-Raciais, de Gênero, Sexualidades e Classe Social da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS. Pesquisadora do Observatório de Racialidade e Interseccionalidade (ORI/UFBA) e do Centro de Estudos Octavio Ianni (CEOI/UERJ). Associada da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN). Integrante da coordenação da Campanha 21 dias de ativismo contra o racismo. E-mail: <procopio.anapaula@gmail.com>. LATTES: <<https://lattes.cnpq.br/6172895336666864>>, ORCID: <<https://orcid.org/0000-0003-4420-1114> ana.procopio@uerj.br>.

Andrea Tamayo-Torres - Licenciada en Trabajo Social, licenciada en Antropóloga Aplicada, Magíster en Gestión del Desarrollo Local y Comunitario, Magíster en Estudios de la Cultura, Doctoranda de Trabajo Social en la Universidad Nacional de La Plata – Argentina. Académica de la Universidad Central del Ecuador. Sus líneas de investigación e intervención social son: marxismo, feminismo, interculturalidad crítica y educación popular. E-mail: <andretamayot@gmail.com>. ADSI: <<https://adscientificindex.com/scientist/andrea-tamayo-torres/5641476>>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0003-0427-6146>>.

Davisson Charles Cangussu de Souza - Professor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Classes e Conflitos Sociais (GEPECSO/UNIFESP). E-mail: <davisson.souza@unifesp.br>. LATTES: <<http://lattes.cnpq.br/9521153041999015>>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-3384-385>>.

Edneia Alves de Oliveira - Graduada (UFJF), mestre (UFRJ) e doutora em Serviço Social (UERJ). Professora da Faculdade de Serviço Social e permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFJF, que coordena. Líder do Grupo de Pesquisa Trabalho, Mercado de Trabalho e Serviço Social (CNPq). E-mail: <oliveira.edneia@ufjf.edu.br>. LATTES: <<http://lattes.cnpq.br/1353592697826668>>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0001-6550-7177>>.

Ivanete Boschetti - Assistente social. Mestre em Política Social (UnB), Doutora e Pós-Doutora em Sociologia pela EHESS/Paris. Professora titular aposentada da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS/UFRJ) e docente permanente colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ (PGSS/UFRJ). Pesquisadora do NEPEM e do GEMPS/UFRJ. Email: <ivaboschetti@gmail.com>. LATTES: <<http://lattes.cnpq.br/2538174210879274>>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-3390-1556>>.

José Rodolfo Santos da Silveira - Assistente social, graduado pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSS- UFRJ) e Doutor em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGSS-UERJ). Professor adjunto na Faculdade de Serviço Social da UERJ e

assistente social na UFRJ. E-mail: <sjoserodolfo@yahoo.com.br>. LATTES: <<http://lattes.cnpq.br/0860740466290792>>. ORCID: <<https://orcid.org/0009-0001-9744-0277>>.

Magali da Silva Almeida – Assistente Social, graduada pela UNISUAM. Mestre em Memória Social e Documento pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Pós-doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e pelo Centro de Estudos de Mulheres e Gênero da Universidade do Texas em Austin (Estados Unidos da América). Professora aposentada pela Faculdade de Serviço Social da UERJ e foi docente da UNISUAM por 11 anos. Professora Associada do Instituto de Psicologia e Serviço Social da Universidade Federal da Bahia (UFBA), no curso de graduação em Serviço Social e docente permanente dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) e do Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos (Pós-Afro), em que foi coordenadora do primeiro e é atualmente coordenadora do último. Líder do Observatório de Racialidade e Interseccionalidade (ORI/CNPq). Pesquisadora do PROAFRO/CNPq da UERJ. Coordenou a ênfase de Raça/Etnia do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão e Resistência de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades” da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) nas gestões 2010/2012, 2014/2016, 2016/2018. E-mail: <magali.almeida@ufba.br>. LATTES: <<http://lattes.cnpq.br/8133793716452449>>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0001-7382-8480>>.

Marco José de Oliveira Duarte - Assistente Social, Psicólogo e Sanitarista. Mestre (UFRJ) e Doutor (UERJ) em Serviço Social. Pós-Doutor em Políticas Sociais (UCSal) e em Psicologia Social (UERJ e ISCTE-IUL-Portugal). Professor Adjunto da Faculdade de Serviço Social e Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em

Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), exercendo o cargo de vice coordenador do PPGSS e foi o presidente do VIII SEMINTSS, por isso a organização desta coletânea. Docente Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Pesquisador Líder do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Saúde Mental e Atenção Psicossocial (NEPS/UERJ/CNPq) e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidade, Gênero, Diversidade e Saúde: Políticas e Direitos (GEDIS/UFJF/CNPq). Coordenador do SER-DIVERSE – Observatório Latino-americano da Diversidade Sexual e de Gênero da Faculdade de Serviço Social da UFJF. E-mail: <marco.duarte@ufjf.br>. LATTES: <<http://lattes.cnpq.br/1776095470421007>>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-6395-1941>>.

Yolanda Guerra – Graduada, Mestre e Doutora em Serviço Social (PUC-SP) e Pós-Doutora em Serviço Social (UFSC). Professora associada aposentada da ESS/UFRJ e docente permanente do PPGSS/UFRJ. Professora Visitante do PPGSS/UFJF. Coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre os Fundamentos do Serviço Social na Contemporaneidade- NEFSSC da UFRJ. Bolsista Produtividade do CNPq. Membro da Comissão Ampliada do GTP Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional da ABEPSS. E-mail: <yguerra1@terra.com.br>. LATTES: <<http://lattes.cnpq.br/4263622867321897>>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0003-1330-9587>>.

APÊNDICE

COMISSÕES DO VIII SEMINTS (2024-2026)

Comissão Organizadora do VIII SEMINTSS

Prof. Dr. Marco José de Oliveira Duarte – Professor, Vice
Coordenador do PPGSS/UFJF e Presidente da Comissão
Organizadora

Profa. Dra. Edneia Alves de Oliveira – Professora, Coordenadora
do PPGSS/UFJF e Vice Coordenadora da Comissão Organizadora

Profa. Dra. Yolanda Aparecida Demétrio Guerra - Professora
Visitante do PPGSS/UFJF

Profa. Msa. Jéssica Ribeiro Duboc - Professora da FSS/UFJF

Dra. Michelle Neves Capuchinho - Voluntária

Dra. Fernanda Picinin Moreira - Voluntária

Monaliza Medeiros Cornélio Domingos - TAE da FSS/UFJF

Luciano Cardoso de Souza - TAE da FSS/UFJF

Anna Luíza Carneiro e Oliveira - Mestranda do PPGSS/UFJF

Thaysi Poliani Ribeiro Melo – Doutoranda do PPGSS/UFJF

Maria Fernanda Novaes Figueiredo - Graduanda da FSS/UFJF

Palloma Faria Correa - Graduanda da FSS/UFJF

Comissão Científica do VIII SEMINTSS

Alcina Maria de Castro Martins – Instituto Superior Miguel Torga
(Portugal).

Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras - FSS/UFJF

Alexandre Aranha Arbia - FSS/UFJF

Amor António Monteiro – Universidade Católica de Angola
(Angola).

Ana Luiza Avelar de Oliveira - FSS/UFJF

Ana Maria Ferreira - FSS/UFJF

Ana Paula Procópio da Silva – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Brasil)
Bruno Bruziguessi Bueno - FSS/UFJF
Carina Berta Moljo - FSS/UFJF
Christen A. Smith – University of Texas at Austin (Estados Unidos da América)
Cláudia Mônica dos Santos - FSS/UFJF
Edneia Alves de Oliveira - FSS/UFJF
Elaine Rossetti Behring – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Brasil)
Elizete Maria Menegat - FSS/UFJF
Estela Saléh da Cunha - FSS/UFJF
Isaura Gomes de Carvalho Aquino - FSS/UFJF
José Paulo Netto – Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil)
Joseane Barbosa de Lima - FSS/UFJF
Luciana Gonçalves Pereira de Paula - FSS/UFJF
Marco José de Oliveira Duarte - FSS/UFJF
Margarita Helena Rozas Pagaza – Universidad Nacional de La Plata (Argentina)
Maria Carmelita Yazbek – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Brasil)
Maria Lúcia Duriguetto - FSS/UFJF
Marilda Villela Iamamoto – Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Brasil)
Marina Monteiro de Castro e Castro - FSS/UFJF
Miguel Ángel Oliver Perelló – Universitat de Les Illes Balears (Espanha)
Mônica Aparecida Grossi Rodrigues - FSS/UFJF
Néstor Aníbal Artiñano – Universidad Nacional de La Plata (Argentina)
Paula Molina Vidal – Universidad de Chile (Chile)
Rodrigo Souza Filho - FSS/UFJF
Rosana de Matos Silveira Santos – Universidad de Granada (Espanha)
Sabrina Pereira Paiva - FSS/UFJF

Sergio Andes Quintero Londoño – Universidad de Caldas
(Colômbia)
Sónia Mafalda Pereira Ribeiro – Universidade Lusófona do Porto
(Portugal)
Vassilis Ioakimidis – University of Essex (Inglaterra)
Yolanda Aparecida Demétrio Guerra – Universidade Federal do
Rio de Janeiro (Brasil)

Pareceristas do VIII SEMINTSS

Agatha da Silva Leite - UFRRJ
Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras - UFJF
Alexandre Aranha Arbia - UFJF
Ana Luiza Avelar de Oliveira - UFJF
Ana Maria Ferreira - UFJF
Analú dos Santos Lopes - UFSC
Anderson Martins Silva - UEMG
Bruno Bruziguessi Bueno - UFJF
Camila Faria Pançardes - UFRJ
Carina Berta Moljo - UFJF
Carla Carolinne Alves de Carvalho Moises – UFRJ e UFF
Carla Virginia Urich Lobato - UERJ
Carolina Gilaberte Barbosa de Oliveira - UERJ
Carolina Morais Simoes de Melo –UFJF
Claudia de Oliveira Vicente Santos - PUC Rio
Cláudia Mônica dos Santos - UFJF
Daniele Cima Cardoso - UFSC
Edneia Alves de Oliveira - UFJF
Eliane Gomes Da Silva Borges – PUC Rio
Elizete Maria Menegat - UFJF
Emilio Ben Barreto Freire - UFSC
Erica Aparecida Monsores da Silva – P.M. Engenheiro Paulo de
Frontin
Erika de Almeida Winter - UFJF

Estela Saléh da Cunha - UFJF
Fabiana Nascimento Marques - UNESP
Fatima Eugenia de Araujo Silva -UFF
Fernanda Pantuso Garcia - UFMG.
Fernanda Picinin Moreira –UFJF
Flávia Lopes de Moraes - UEL
Geyzon Cosme Santos Rodrigues - UFG
Gláucia de Fátima Batista - CRESS-MG
Guilherme Moraes da Costa - UERJ
Heloisa Helena Mesquita Maciel – PUC Rio
Higo Gabriel Santos Alves - UFC
Isabel Cavalcante Godinho - UERJ
Isaura Gomes de Carvalho Aquino - UFJF
Jéssica Ribeiro Duboc –UFJF
Joseane Barbosa de Lima - UFJF
Juliana Aparecida Vieira Pinheiro - UFV
Juliana da Silva Miranda - UERJ
Juliano Zancanelo Rezende - UFJF
Lara Rodrigues Caputo - UFJF
Lucas Catarino Pereira de Sousa - UFPI
Luciana Gonçalves Pereira de Paula - UFJF
Luíza Carla Cassemiro – PUC Rio
Malu Ribeiro Vale - IFRJ
Marcello de Moura Coutinho - UFF
Marcelo Fernandes da Rocha – P.M. Rio Pomba
Marcelo Nascimento de Oliveira - UEL
Márcia Cristina Brasil Santos - UERJ
Márcia Cristina de Souza Cabral - UFSC
Marco José de Oliveira Duarte - UFJF
Maria da Conceição Epitácio dos Santos Correa - UFSC
Maria Lúcia Duriguetto - UFJF
Mariana Leite Peres - UFJF
Marina Monteiro de Castro e Castro - UFJF
Marina Valeria Delage Vicente Mancini - UFJF
Mauricio Caetano Matias Soares - UFRRJ

Michelle Neves Capuchinho - UFJF
Mirian de Freitas da Silva Ramos - UFV
Mônica Aparecida Grossi Rodrigues - UFJF
Natã Sousa Coutinho - UFRJ
Natália Tuler Godinho - UERJ
Nicole Cristina Oliveira Silva - UFJF
Paula Silva Leão - Universidade Nove de Julho
Priscila Rodrigues Nonato - PUC Goiás
Priscila Teixeira de Carvalho – ANPOF/AFYL-NEA
Rachel de Aguiar Batista - UFF
Rita Marilza Bravin - UERJ
Rodrigo Souza Filho - UFJF
Rosangela Oliveira Gonzaga de Almeida - UFF
Sabrina Pereira Paiva - UFJF
Sandra Regina de Souza - PMCRJ
Sandra Rodrigues dos Santos –UFJF
Thaiana Rodrigues da Silva - UERJ
Thais Cavalcanti Marques - UFRJ
Thaís Lopes Côrtes - UERJ
Thays Karolline dos Santos Fidelis - UFAL
Ubiratan de Souza Dias Junior – PUC SP
Vanessa Cristina dos Santos Saraiva - UFRJ
Vanessa Ferreira Queiroz – PUC Rio
Viviane Arcanjo De Oliveira - UNESP Franca
Viviane Souza Pereira –UFJF
Wagner Ricardo dos Santos - UFF
Yolanda Aparecida Demétrio Guerra –UFJF e UFRJ

Comissão Organizadora dos ANAIS do VIII SEMINTSS

Prof. Dr. Marco José de Oliveira Duarte – FSS/UFJF - Coordenador
Profa. Dra. Edneia Alves de Oliveira – FSS/UFJF
Profa. Msa. Jéssica Ribeiro Duboc – FSS/UFJF

Revisão Técnica dos ANAIS e das Coletâneas

Prof. Dr. Marco José de Oliveira Duarte – FSS/UFJF

"Um rio não deixa de ser um rio porque conflui com outro rio, ao contrário, ele passa a ser ele mesmo e outros rios, ele se fortalece. Quando a gente confluncia, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente – a gente rende. A confluência é uma força que rende, que aumenta, que amplia. Essa é a medida". – Antônio Bispo dos Santos (Nêgo Bispo).

SANTOS, Antônio Bispo dos.
A terra dá, a terra quer. São Paulo:
Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

